UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

INTELECTUAIS NA VIDA PÚBLICA:

MÁRIO DE ANDRADE

E

MONTEIRO LOBATO

Neide Moraes de Mello

São Paulo

2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

INTELECTUAIS NA VIDA PÚBLICA:

MÁRIO DE ANDRADE

E

MONTEIRO LOBATO

Neide Moraes de Mello

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação do Departamento de Ciência
Política da FFLCH da USP para a
obtenção de título de Doutorado.

Orientador: GABRIEL COHN

São Paulo

2006

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Resumos.....	6
Abstract.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – A Modernização do Brasil e os intelectuais.....	14
CAPÍTULO 2 A Ação dos Intelectuais no Departamento de Cultura do Município de São Paulo.....	57
CAPÍTULO 3 – Missionário da Utopia ou Agente da modernização?.....	99
CONCLUSÃO.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	155

Agradecimentos

Quero agradecer àqueles que contribuíram para a elaboração e execução desta tese no decorrer do curso da pós-graduação. Sem a sua ajuda a consecução desse objetivo teria sido impossível. Em primeiro lugar, agradeço a meu orientador, prof. dr. Gabriel Cohn, pela paciência, delicadeza e rigor em suas avaliações e pelas sugestões para o andamento do trabalho. Igualmente sou grata aos professores das disciplinas que cursei, em particular aos profs. drs. Ricardo Mussi e Marcelo Siqueira Ridenti.

Agradeço à Pró-reitoria de Pós-graduação da Universidade Federal do Mato Grosso pela oportunidade de pesquisar e desenvolver-me intelectualmente e ao Departamento de Sociologia e Ciência Política por proporcionar-me sem ônus o afastamento das aulas.

Sou grata também às ricas discussões que mantive com Marco Aurélio Lagonegro e Marcello Lagonegro, ao qual devo ainda a editoração deste trabalho. É impossível não esquecer a gentileza e prestatividade das funcionárias do Programa de Pós-graduação em Ciência Política Rai, Ana Maria, Regina e Viviane; dos funcionários da biblioteca e dos serviços de pós-graduação da FFLCH-USP, bem como o carinho e apoio do Áurio André Gabriel de Lima, bem como os amigos que compartilharam comigo os momentos mais difíceis deste percurso.

Embora este trabalho tenha contado com a contribuição de várias pessoas, convém lembrar que a responsabilidade pelos erros, defeitos e insuficiências cabem apenas ao autor

Resumo

Este trabalho compara a atuação e a vida pública de dois intelectuais que tiveram um papel de destaque em meio às discussões que trataram da modernização do Brasil, bem como compara os projetos de país com os quais se envolveram durante as décadas de 20 e 30. A partir da análise das atividades do Departamento de Cultura da prefeitura paulistana entre 1934 e 38 chefiada pelo modernista Mário de Andrade e da vida e obra do escritor e editor Monteiro Lobato, pretende-se avaliar a postura que assumiram diante da modernização inexorável de uma sociedade agrária e exportadora como a brasileira, de reação e defensiva por parte do primeiro, e de adesão ativa ao modelo norte-americano de sociedade afluenta a de mercado interno pelo segundo. Defende também que a coerência interna do modelo proposto por Lobato frutificou tanto na esfera pública, tendo o Estado assumido várias de suas bandeiras como a causa da siderurgia e do petróleo, quanto entre os indivíduos, na medida em que a “pedagogia desenvolvimentista” que elaborou, se não chegou a resultados materiais expressivos, a formação embutida nela engendrou a geração de militantes políticos das mais audaciosos que já houve no país, encorajando-os indiretamente à ação armada.

Palavras-chave:

história social; relações de trabalho; desenvolvimento; educação e cultura; intelectuais.

Abstract

This thesis compares the action and public life of two intellectuals that played a significant role among discussions about modernization of Brazil and projects for the country that involved them during 20's and 30's years. From the analysis of the activities of *Departamento de Cultura* of São Paulo city's prefecture between 1934 and 1938 headed by modernist author Mário de Andrade, and of life and works of writer and publisher Monteiro Lobato, is attempted to value their attitudes facing the inexorable modernization of an agrarian and exporter society like the Brazilian one, reactive and defensive by the first of them, and of active adhesion to north-american affluent society model and to inner market by the other. It defends also that inner coherence of Lobato's proposed model fructified in public sphere, having State of Vargas assumed several of his causes like steel industry and oil, and among individuals, in so far as the "developmentist pedagogy" that elaborated, if it didn't reach expressive material results, political education inlaid in it engendered a generation of the boldest and most combative militants in history of the country, by it indirectly encouraged to armed fight.

Key words

Social history; work relationship; development; education and culture; intellectuals.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe-se interpretar a ação dos intelectuais no Departamento de Cultura (DC) da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) entre 1934 e 1938 relacionando-a com o processo de *modernização* de uma sociedade na periferia do capitalismo,¹ cujos efeitos mais contundentes, o questionamento da propriedade privada, a massificação dos direitos e a socialização da política teriam representado uma perspectiva perturbadora para as oligarquias agro-exportadora do país, uma fração respondendo com a transição do regime monárquico servil para uma “ordem social competitiva” republicana (FERNANDES: *A revolução burguesa no Brasil*, p. 149) numa economia capitalista urbana de trabalho livre, e outra lutando politicamente pela sobrevivência da economia agrária dependente, do estamento e do privilégio em pleno século XX. (*Ibidem.*, p. 172) Defende-se que o DC foi um dos principais veículos da reação dos cafeicultores “não-republicanos” aristocráticos – o mais ilustre foi o conselheiro Antônio Prado, fundador do Partido Democrático (PD) – à vertente de modernização brandida pelos republicanos “girondinos”, cujos trunfos eram a legislação trabalhista e a substituição de importações em troca do não questionamento da propriedade privada, a qual influiu na formação da sociedade brasileira do século XX, simultaneamente avançada e retrógrada.²

A difícil afirmação do interesse público sobre o privado e elevados níveis de iniquidade social são contradições que resultariam da aversão da oligarquia ante a possibilidade do poder por elementos alheios a seus clãs,³ sobretudo a partir de quando se extinguiu a escravidão e intensificaram-se o êxodo rural e a imigração para o país na

¹ O processo social de formação, incorporação e rotinização do *novo*; que (...) *busca alcançar, por um lado, menor custo por elemento produzido e uma ampliação do número de elementos produzidos na unidade de tempo, e, por outro, controle racional das unidades produzidas, com o intuito de obter-se a maior homogeneidade possível entre essas unidades.* (VARGAS, KATINSKY e NAGAMINI in MOTOYAMA (org.), p. 29; ver também BARROS, p. 2-3)

² Considera-se aqui modernização, no sentido mais amplo do termo, o conjunto de inovações materiais e culturais que permitiu à plebe invadir a cena política, antes privativa dos “nobres”, e as transformações que essa invasão impôs à condução dos negócios públicos e particulares nas últimas décadas do século XVIII. Seus efeitos se propagaram retardatária e imperfeitamente pelo Brasil do século seguinte até chegar a um ponto crítico no complexo quadro político dos anos 20 e 30.

³ Os “corpos estranhos”, na expressão de Thomas Skidmore.

virada do século XX, entrevedo na ação do DC uma estratégia defensivo-ofensiva para a fração aristocrática da oligarquia conservar a nova população urbana sob seu controle político em meio a fluxos capitalistas intensos. As raízes desse quadro deitam-se no passado colonial, mas uma emergente classe média urbana nos grandes centros, influenciada pela ideologia jacobina das escolas de engenharia da França revolucionária e outros países europeus, procurou atraí-la para projetos republicanos de produção em massa e formação de mercado interno, induzindo, em contrapartida, a resistência dos beneficiados pela dependência externa, nesse período e no século seguinte.

Os republicanos de perfil jacobino eram favoráveis ao aproveitamento do surto industrial paulista investindo em fábricas, gerando empregos na indústria, contribuindo para a formação de um mercado interno para seus produtos, desafiando o pacto liberal e ameaçando substituir as importações. Os agro-exportadores “não-republicanos” eram contra o país parar de importar, e, em vista disso, tentavam conter a massificação da sociedade. Por isso, seria também um episódio da difícil formação da sociedade civil brasileira, dado o arcaísmo do Estado herdado da colônia, cujo funcionamento, colidiu no início do século XX com a dinâmica capitalista e exacerbou seu já acentuado uso político. Contra a cultura “industrializada” de massa numa ordem social competitiva que aportava no país na outra mão do comércio de café, o DC forneceu bases ideológicas para uma reedição “moderna” do estamento que substituísse a “classe operária” e pretendeu tutelar os filhos dos imigrantes sob a “matriz luso-brasileira” da cultura rural para os preservar da cultura urbana moderna, segundo Patrícia Tavares Raffaini em seu estudo sobre o órgão, (RAFFAINI, *Esculpindo a cultura na forma Brasil*, p. 96/7) à qual combatiam enquanto elite cultural. Favoráveis à propriedade privada ambos, divergentemente exigiam responsabilidade social em seu gozo.

Qual a postura dos intelectuais atuantes em São Paulo no período, particularmente Mário de Andrade e Monteiro Lobato, o primeiro o “líder” dos “modernos”, e o segundo, um “desafeto” deles, frente às tendências de modernização que aportavam no Brasil do início do século XX, coadjuvantes na condução do processo “pelo alto”,⁴ mais por uma classe que por toda sociedade? Em que circunstâncias envolveram-se por adesão ou cooptação com projetos de difusão cultural para “abrasileirar” o imigrante? Nesse enfrentamento os intelectuais alinharam-se às duas

⁴ Favoráveis à manutenção da propriedade privada.

facções da oligarquia paulista em luta pelo governo segundo seus interesses em meio a pressões por transformações materiais e sociais rápidas e inadiáveis: Mário de Andrade ao PD e Monteiro Lobato ao PRP.

O que era a “cultura” que os intelectuais do DC dirigido por Mário de Andrade difundiram de dentro do Estado para a população paulistana pobre, sobretudo de origem imigrante, e como ela dialogava com as tendências modernizantes que fatalmente chegavam ao Brasil? O que significou “atrair o consumidor de elite para a produção popular”, proposta de realização social num simulacro de mercado, conferindo expressão prática a sua síntese entre popular e erudito?⁵ E o que teria sido o contraponto à atuação do DC, presume-se, a pedagogia implícita na obra de Monteiro Lobato, um veículo de difusão iluminista e científica, voltado à capacitação de pessoal para a afluência numa “ordem social competitiva”? Em termos gramscianos, qual das duas tendências mais facilmente promoveria nessas circunstâncias a formação de uma “sociedade civil” em equilíbrio com a “política”⁶ “ocidentalizando” o Estado no Brasil?⁷

Defende-se aqui que o DC foi um “aparelho ideológico” do Partido Constitucionalista (PC), sucedâneo do PD, que lutou pelo Executivo local e nacional nos anos 30, quando chegou ao máximo a tensão entre forças favoráveis e contrárias ao deslocamento da hegemonia política dos agro-exportadores para os industriais promotores da substituição de importações. Liderados por Armando de Salles Oliveira e tendo como porta-voz o jornal *O Estado de São Paulo*, os democráticos encarnaram a resistência ruralista à urbanização e modernização do país, e à substituição de importações. Fazendeiros liberais e culturalmente “modernos” eram, contudo, avessos à afluência das massas. Em compensação, acenavam ao povo com generosas ofertas de bens culturais, desviando-o de demandas materiais perturbadoras, ministrando-lhes educação artística preparatória à produção de “cultura popular” por um estamento de

⁵ Joan Dassin In: BARBATO JR., *Missionários...*, p. 162.

⁶ COUTINHO, *As categorias de Gramsci e a realidade brasileir*, p. 127.

⁷ *Id.*, p. 148.

“artistas-operários” sob o patrocínio dos órgãos públicos⁸ para ser vendida exclusivamente para a elite.

Ao contrário, Monteiro Lobato assumiu a modernização econômica capitalista e defendeu a industrialização e uma proposta de ensino que ajudasse a formar empreendedores com visão crítica da realidade e capazes de viabilizar afluência e a mobilidade social,⁹ mantendo o caráter democrático do regime, tarefas que a serem assumidas no seio da sociedade civil, em tese, por administradores e técnicos probos sob os auspícios de um governo responsável, ele próprio tendo sido empresário e dos melhor sucedidos no difícil ramo em que atuou.¹⁰ Para isso, arvorou-se arauto do que era tido e havido no Brasil à época como causa eficiente do sucesso norte-americano, o estímulo à iniciativa privada, a produção em massa e o fordismo, tendo sido adido comercial em Nova York no governo perrepista de Washington Luís. Difundiu a idéia de desenvolver o Brasil e substituir as importações para fazer do Brasil um país classe média, pelo quê, aderiu ao “populismo” perrepista que o PD combatia sem trégua.

Desse modo, a ação dos intelectuais do DC visava escudar os democráticos de uma “revolução burguesa” que, mesmo “dentro da ordem”, massificasse a produção, generalizasse a forma mercadoria e o trabalho assalariado na economia brasileira, questionando o pacto colonial renovado pelo liberalismo do PD.¹¹ Essa reação era motivada por um “humanismo” defensivo, anti-iluminista e avesso à massificação, estamental, aristocrático e *ultramontano*, cujo antípoda foi a obra de Monteiro Lobato, projeto “para-didático” que, ao invés oferecer ao povo donativos “culturais” e reduzi-lo à condição de artesãos de elite, formaria antes mesmo da alfabetização leitores que dominassem conhecimento científico útil à produção em massa e aptos a entender e criticar a realidade, qualificando-os para massificar a cultura, socializar a política e

⁸ Ver BARBATO JR., *op. cit.* p. 27.

⁹ (...) *Os dois temas que emergem no estudo da Modernização são: de um lado, a tentativa do homem em controlar a natureza e sujeitá-la às suas necessidades, do outro, o esforço perene de ampliar o âmbito das opções sociais e políticas para o maior número de pessoas.* (...) (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, *Dicionário de Política*, p. 776)

¹⁰ O mercado editorial num país de esmagadora maioria de analfabetos.

¹¹ Exportação de produtos primários e a contrapartida da importação de manufaturados.

permitir a afluência, tornando factível lançar um olhar crítico sobre a propriedade privada e superar as imperfeições do próprio capitalismo industrial.

A tese está dividida em três capítulos e uma conclusão. No primeiro, examina-se o que se entende aqui por “modernização”, considerando-a fundamentalmente a formação material e política da sociedade de massas em oposição ao despotismo e privilégios que dominaram no antigo regime, bem como a forma como que aportou no Brasil em meados do século XIX, a forma como perturbou a sociedade anterior e suscitou resistências a sua propagação, os protagonistas do processo e os grupos políticos envolvidos motivando adesão ou reação por intelectuais e grupos sociais urbanos de São Paulo.

No segundo, analisa-se a atuação do DC, sua formação, práticas, centrando o enfoque na figura de seu intelectual mais representativo, Mário de Andrade e no projeto de sociedade que se presume implícito na ideologia que presidiu sua institucionalização, o “abrasileiramento” da população urbana de origem imigrante e a formação do “artista-operário” para dar outra solução para o problema da urbanização da sociedade. No terceiro, enfim, analisa-se a obra de Monteiro Lobato a partir da hipótese de ela se constituir a antítese da proposta do DC, de formar um indivíduo envolvido com os aspectos materiais, práticos e sociais da modernização, em proveito de um projeto de Brasil que o fizesse semelhante aos EUA no que este país tivesse de mais positivo, seus atributos de sociedade afluenta e próspera. Na Conclusão, as questões formuladas nesta Introdução são retomadas e discutidas segundo o conteúdo dos capítulos e lançam-se, a partir daí, outros questionamentos que possam servir de motivação para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1

A modernização do Brasil e os intelectuais

Antecedentes da modernização

Em sentido amplo, entende-se aqui por modernização um processo, complexo, hesitante e contraditório que a longo prazo conjugou transformações materiais e sociais expressivas cujo efeito mais importante foi questionar o despotismo no ocidente em fins do século XVIII. Forma arbitrária de poder político, o despotismo era até então considerado “natural”¹² entre governantes e governados em quase todas as sociedades humanas, particularmente as mais organizadas,¹³ nas quais o terror e a violência de Estado, tortura,¹⁴ servidão em larga escala, penúria e uma pesada extorsão fiscal eram

¹² Cumpre definir termos como “tirania”, “ditadura” e “despotismo”, empregados indiferentemente. Classicamente, numa tirania, o chefe de uma facção política impõe a força seu poder arbitrário, coercitivo e ilimitado sobre os demais, aproveitando-se de uma crise ou desagregação de um regime tradicional, democrático ou não, como no caso de várias cidades-Estado da Grécia antiga. Por ditadura entendia-se um poder concentrado, absoluto e extraordinário, que pode em limites legais definidos, como na Roma republicana, ou excepcionalmente em situação revolucionária, como no governo da Convenção francesa de 1793. Modernamente, consideram-se ambientes propícios às ditaduras profundas transformações econômicas e sociais que potencializam e ativam a participação política de estratos cada vez mais amplos da população levando à emergência da soberania popular, para as quais esses regimes costumam se instalar como respostas positivas ou negativas. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, *op. cit.* p. 368-73) Enfim, despotismo é o regime político em que o governante mantém com o governado a mesma relação que o senhor (*despotés*) com seus escravos, (*id.* p. 339) nos quais “uma só pessoa, sem obedecer a leis e regras, realiza tudo por sua vontade e seus caprichos”, (MONTESQUIEU, P. :I, 2, I, 31) cujo princípio de governo era o medo. (*id.*:I, 3, IX, p. 45) Considerando que, de Aristóteles a Montesquieu e Marx, vários autores sublinham o caráter “asiático” do despotismo (incapacidade de auto-governo, prediposição da massa dos governados à obediência), entendemo-lo como atributo daquilo que Gramsci denominou formações “orientais”, nos quais a vida política é animada exclusivamente pelo Estado-coerção ante a total inexistência de quaisquer traços de uma “sociedade civil”. Ver COUTINHO., p., 147-8.

¹³ Na história européia, apesar das tentativas de atribuir fundamentos legais ao arbítrio dos governantes, essa prerrogativa era rotineira a ponto de no absolutismo tornar-se sinônimo de tirania e praticamente idêntica às monarquias em que se originavam, transformando-as em alvo de quase todos os movimentos revolucionários, bem sucedidos ou não, que se manifestaram a partir do século XVI.

¹⁴ O espetáculo do terror de Estado contra o governado foi descrito por Foucault em *Vigiar e Punir*.

rotineiras.¹⁵ Em sociedades rigidamente estratificadas, os déspotas apropriavam-se de praticamente tudo em proveito seu e de seu séquito, e comandavam o braço armado do Estado legitimados pelo recurso ao sobrenatural¹⁶. O governo era um espetáculo suntuoso e terrificante cujo cenário eram as instituições e o enredo, a vida privada no seio das famílias reinantes, de onde emanavam decisões com força de lei que perpetuavam seu *status*.

As raízes da modernização deitaram-se no fim da Idade Média, quando a volta da economia monetária e da vida urbana romperam o monopólio da Igreja no “mercado de trabalho” dos intelectuais e no suporte ideológico do Estado medieval. Manifestaram-se em regiões onde a retomada do comércio internacional e do primado político das cidades foi mais intenso e a formação de burguesias industriais e/ou mercantis mais rápida, como Aragão, o norte da Itália, Renânia, Flandres, Inglaterra e França.

Gerações de intelectuais retomaram, renovaram, desenvolveram e infundiram vida própria ao pensamento leigo,¹⁷ desmascarando o sobrenatural e questionando a

¹⁵ Nas últimas décadas do século XVIII a tortura e a servidão foram banidas de vários códigos europeus, tendência corresponde ao “despotismo esclarecido” ou “legal” para distingui-lo do “arbitrário” ou “oriental”, no entender dos fisiocratas, a única forma de “bom governo”. (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO *op. cit.* p. 345).

¹⁶ (...) *Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. Id., p. 5-6 e 11.*

¹⁷ As primeiras manifestações estariam nas primeiras universidades européias, como Bolonha (1088), onde se ressuscitou o direito romano, e Paris (1150), cujos estudantes tomaram a cidade em meados do século XIV; no franciscano Marsílio de Pádua, que na mesma época defendia a separação entre igreja e Estado; em humanistas como Nicolau de Cusa (1401-1464), o primeiro a retirar a Terra do centro do universo, Erasmo de Rotterdam, Giordano Bruno e Tommaso Campanella, precursor do comunismo; e cientistas como Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, cuja contribuição para o estabelecimento do pensamento leigo é de reconhecimento geral.

propriedade, capacitando os oprimidos do antigo regime a enfrentar o Estado patrimonial privado,¹⁸ escapar da fome, da indigência, formar uma sociedade civil,¹⁹ aspirar à igualdade, ao socialismo, criando condições para sua hegemonia política sob a república.²⁰ A partir do século XVII, a modernização desafiou o despotismo em vários Estados ocidentais. Entre as revoluções Puritana em 1649 na Inglaterra e a Francesa em 1789, tornou-se irrefreável a vaga democrática que abriu a “era das revoluções” burguesas segundo Hobsbawm, quando representantes do “Terceiro Estado” – burgueses, artesãos, proletários industriais, camponeses e mesmo escravos como no Haiti – invadiram a cena política, exigindo condições dignas e generalizadas de vida, o fim dos privilégios da nobreza e mesmo da propriedade privada.²¹

Os intelectuais que retomaram e releeram a produção científica da Antigüidade formaram o acervo teórico e técnico que séculos depois permitiu multiplicar a oferta de gêneros, fabricar medicamentos, vacinas e o surto de invenções que elevou a produtividade industrial a níveis inéditos a partir dos anos 1780, as primeiras obras de infra-estrutura urbana e programas de saneamento básico, de saúde pública e mesmo a idéia de planejar a sociedade um século depois, aumentando a qualidade e a expectativa de vida da massa da população. Após a Revolução Francesa, uma instituição pública nova como a Escola Politécnica tornou-se foro público de discussão política e

¹⁸ Manifestação de laicização do Estado na Inglaterra foi a promulgação inaugural do *Habeas Corpus* em 1679, fornecendo pela primeira vez fundamentos legais para a resistência individual às arbitrariedades da monarquia, o qual, pela ideologia *tory*, ainda o era “pela graça de Deus”.

¹⁹ A (...) “trama privada” a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, são “privados”) e que não se caracterizam pelo uso da repressão. COUTINHO, *op. cit.* p. 125.

²⁰ Embora a modernização já se manifeste na transformação da economia feudal no capitalismo, a forma como se deu marginalizou a força-de-trabalho excluindo-a de seus benefícios. Isso se deveria à aliança entre Estados e forças capitalistas primitivas dispersas em fins da Idade Média, o que Arrighi denominou “gênese das altas finanças” (ARRIGHI, *O longo século XX*, p. 98 e ss.) desviando as revoltas populares dos “empregadores” para o “Estado”, aguçando nos governantes a consciência de seus interesse comum diante dos governados, (*id.*, p. 42/3) elevando a luta a outro patamar, tornando-a um movimento político complexo, de dimensão cultural tão significativa quanto a econômica e política.

²¹ Recebendo apoio inclusive de “aristocratas progressistas” como Filipe “*Égalité*”, irmão de Luís XVI.

comprometida com a manutenção da propriedade e da mobilidade social, mostrando que a invasão da cena pública pelo povo era uma forma nova de resolver graves problemas de distribuição dos meios de existência causados pelo despotismo.

O caso brasileiro

O percurso da modernização no Brasil revela a difícil formação de uma sociedade civil capaz de desvencilha-lo do fardo colonial e atualizá-lo com os centros capitalistas em benefício da população. No primeiro grande empreendimento – talvez o maior – das altas finanças que formaram o capitalismo ainda na virada do século XVI,²² o plantio sistemático de cana e a implantação de engenhos de açúcar começaram na década de 1530, primeiramente em São Vicente e depois, mais favoravelmente, no nordeste, sobretudo na baía de Todos os Santos e em Pernambuco.²³ A produção açucareira na colônia empregou mão-de-obra escrava africana e a riqueza gerada por ela criou nas zonas rurais uma sociedade polarizada entre uma classe de senhores de engenho, representantes da metrópole, donos de toda riqueza e de um poder absoluto e despótico sobre a população.²⁴ Esta, por sua vez, uma maioria de escravos, mestiços agregados e um estrato intermediário ínfimo, politicamente desprezível, responsável pelo controle técnico da produção e por algumas atividades manuais vitais à auto-suficiência do engenho. Por outro, nas cidades litorâneas – sobretudo Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Olinda – sedes administrativas e religiosas, formou-se um setor médio considerável. Esse embrião de classe média urbana tornou-se rapidamente proeminente na colônia, o que se pode avaliar, por exemplo, no luxo dos monumentos arquitetônicos, na literatura que produziu e no choque de interesses que fomentou movimentos por autonomia,

²² Sua incorporação ao sistema foi um episódio da corrida mercantilista colonial entre as monarquias do ocidente europeu ainda no século XV, envolveu ambições territoriais, ideologias de fundo religioso e interesses financeiros de governantes portugueses e banqueiros de várias nacionalidades que vislumbraram investir e lucrar na exploração da América oriental. (Ver ARRIGHI, *op. cit.* P. 120-4.)

²³ Na virada dos século XVII, a lavoura de cana e os engenhos já se espalhavam regularmente pelo litoral do Rio de Janeiro até a Paraíba.

²⁴ Numa sociedade escravocrata, um escravo que se liberta atenta contra a propriedade, sujeitando-se a severa repressão, como a que Domingos Jorge Velho impôs ao quilombo dos Palmares.

“nativistas”, organizados a partir do século XVII, nos momentos mais graves de crise do sistema de exploração colonial.

Para a metrópole, era impossível conter a formação de uma classe média urbana influente e isolá-la do fluxo de idéias modernas que solapava a autoridade colonial. O ciclo “do ouro” acentuou a contradição entre interesses metropolitanos e coloniais uma pois ocorreu nos sertões, longe do litoral, o que não impediu a repressão severa da insurreição nativista, mas revelou o antagonismo entre o Brasil exportador e o gerado pelo mercado interno, subsidiário ao primeiro. O comércio de animais do Rio Grande, Minas e Bahia para as cidades da mineração centralizou pela primeira vez um âmbito econômico que organizou fluxos internos de riqueza por quase todo interior da colônia,²⁵ formando áreas de influência consideráveis e independentes das áreas exportadoras do litoral. O episódio da vinda da família real em 1808 demonstrou que o Brasil já havia se diferenciado internamente, motivando José Maria Lisboa, o visconde de Cairu, estudioso da obra de Adam Smith, a advogar a abertura dos portos, o capitalismo e medidas protecionistas como forma de impulsionar o capitalismo na colônia, (HOLLANDA, *Impressões de viagem*, p. 83/5; LUZ, *A luta pela industrialização no Brasil*, p. 17) a exemplo do que fizera Pombal meio século antes em Portugal, para resgatar o país do pesado atraso econômico que amargava para a Inglaterra com enorme prejuízo. Mas a independência formal em 1822 se consumou com a unidade territorial condicionada à preservação do regime escravocrata, o *status* dos latifundiários e traficantes, os maiores interessados na manutenção da economia exportadora. Estavam postas aos protagonistas as principais dificuldades da modernização do Brasil, marcado desde a origem pelos vínculos com as matrizes do capitalismo.

Em *Os Donos do Poder*, Raymundo Faoro descreve a pesada estrutura legal-administrativa imposta pela Coroa ao Brasil para exercer um poder absoluto sobre sua possessão após o breve domínio no comércio com as Índias, Faoro mostra como uma máquina comandada por nobres, militares e “letrados”, juristas a serviço do criou um “capitalismo politicamente orientado” que imprimiu uma diretriz específica à empresa colonial em benefício exclusivo do rei e apaniguados.²⁶ Legislando sobre todos

²⁵ Ver FERNANDES, *A revolução burguesa no Brasil*, p. 24.

²⁶ FAORO, *Os donos do poder*, P. 59, 62, 68 e 733.

os aspectos da rotina colonial, o Conselho Ultramarino controlava rigidamente a posse da terra e o acesso a ela vedando-a a não-porgugueses, (HOLLANDA, *op. cit.*, p. 108) estipulava deveres e privilégios dos concessionários agrícolas ou extrativos, e impunha limites às atividades assessorias para impedir a vida civil autônoma na colônia.

Em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, tomando como caso as lavouras de café do vale do Paraíba paulista em meados dos século XIX, Maria Sylvia de Carvalho Franco procura explicar porque no Brasil matava-se por nada. (p. 20 e ss.) Segundo ela, o monopólio senhorial da terra e o fim estritamente mercantil da empresa agrícola colonial escravagista organizaram a economia primária em dois planos, o comercial e o de subsistência. (*Ibidem.*, p. 75) Nessa ordem rija, cabia ao homem livre desempenhar funções assessorias de caráter técnico, logístico, mercantil ou de capangagem para viabilizar a empresa colonial em circunstâncias praticamente despóticas. Mas o vendeiro, tropeiro, sitiante, camarada, agregado e o capanga estabeleciam vínculos de dependência pessoal direta do senhor, integrados ao sistema em que atuavam pobres, marginalizados, imersos na violência banal,²⁷ sob terror privado e de Estado. Uma vez que o maior problema da agricultura colonial se resolvia no braço escravo, economicamente necessário, o homem livre socialmente não o era. E havendo terra suficiente para lhes permitir a posse, não a propriedade, com todas as incertezas dessa situação, consolidaram sua presença no cenário social do país numa espécie de limbo, expropriados, desonerados das responsabilidades da produção mercantil, aproveitando “nas fimbrias do sistema” a oportunidade de realizar serviços residuais que não podiam ser executadas pelos escravos nem interessavam aos homens de posses. (*Ibidem*, p. 60)

Após a independência, a absorção do homem livre pobre e despossuído, e mais tarde dos escravos libertos, constituiu o maior desafio e ao mesmo tempo o maior entrave à modernização do Brasil, sobretudo, como explicou Faoro, devido ao peso das instituições que transplantadas na colônia, que transformaram seus representantes numa casta a parte, envolvidos com a exportação e indiferentes à sorte do restante da população. Assim, a modernização do país consistiu na desmontagem dessa estrutura e na formação de outra que valorizasse o homem despossuído livre ou nascido escravo. Era preciso que uma nata intelectual levasse a organização da produção a um patamar

²⁷ Sobre as diferentes “esferas” da violência cotidiana no Brasil dos homens livres despossuídos, FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata*. P. 25, 29, 40 e 47.

mais elevado instaurando a “ordem social competitiva” que romperia com os estamentos quase estanques da ordem aristocrática colonial, o que só ocorreu retardatariamente. Após a revolução, a França concentrou os esforços do Estado na formação do conhecimento aplicado para competir com a Inglaterra pela supremacia capitalista, logrando resultados positivos nesse sentido na “segunda revolução industrial”, esta sim, a que elevou a escala e barateou a produção permitindo às massas níveis de vida inimagináveis no antigo regime. No Brasil, esse processo envolveu múltiplos aspectos, da propriedade à implantação de cursos superiores, passando pelo trabalho livre e pela substituição de importações.

De fato, a economia colonial viveu um período de indefinição na virada do século XIX. Esgotadas as reservas de ouro em Minas Gerais, a exportação de açúcar, tabaco e algodão do nordeste sofria a competição de outros produtores mais eficientes, dominada por uma elite aristocrática aparentemente incapaz de se adaptar à nova realidade. Nesse quadro deram-se as primeiras e tímidas tentativas de ruptura com o passado para tornar a economia exportadora brasileira mais eficaz, bem como os primeiros ensaios de desenvolvimento, todos fugazes, limitados mas não completamente infrutíferos. Desse modo, observar a orientação de alguns protagonistas da Revolução Francesa esclarece como as correntes políticas locais encaminharam a institucionalização em níveis aceitáveis de modernização da sociedade brasileira e como se reagiu a isso.

A irrupção revolucionária da modernização e seu contrário

Quando os Estados Gerais convocados em 1789 formaram uma Assembléia Constituinte²⁸ e a Assembléia Legislativa continuou o processo revolucionário, as

²⁸ Que aboliu a tortura e promulgou a Constituição Civil do Clero, que os transformou em funcionários públicos, suprimiu as ordens e estatizou seus bens, fazendo da Igreja e da modernização inimigos irreconciliáveis. A Constituição de 1791 tornou-se modelo para as monarquias parlamentares burguesas do século XIX.

principais tendências²⁹ polarizaram-se entre a bancada à direita do recinto, dos deputados girondinos, burgueses republicanos, representantes dos grandes interesses e que a dominaram,³⁰ e a da esquerda, dos jacobinos, republicanos pequeno-burgueses, e *sans-coulottes*, proletários, de pouca influência política mas enorme apoio popular.³¹ Seguiu-se a Convenção Nacional “Girondina”.³²

Na Revolução Francesa, uma série de breves hegemonias percorreu o espectro político “da direita para a esquerda”, na medida da radicalização do processo, retrocedendo a partir da Convenção Girondina e, já em seu arrefecimento, a Convenção Termidoriana consagrou o comando da revolução “ao centro”, equilibrando jacobinos “mais republicanos” e girondinos “menos”, impedindo-a de atingir a “extrema esquerda” dos *sans-culottes*, artesãos urbanos mais pobres duramente atingidos pelas inovações fabris e inimigos da propriedade privada.

Em refluxo, a revolução foi dominada por centristas. Mais “à direita”, entendeu que o processo atingira um limite satisfatório “à esquerda”, ao varrer da França monarquia, absolutismo, direitos feudais e influência religiosa sobre o Estado e a educação. E definiu-se como revolução burguesa clássica, pois a hegemonia durante seu transcurso nunca esteve à esquerda da pequena burguesia, permitindo ao grandes

²⁹ Direita: aristocratas e monarquistas opostos à revolução (Mauri, Mounier); monarquistas constitucionalistas (Filipe “*Égalité*”, Mirabeau); centro: constitucionalistas (Lafayette, Siéyes, Talleyrand); esquerda: defensores teóricos da revolução (*feuillants*, Barnave, Duport, Lameth); extrema esquerda: democratas (Robespierre), Amigos dos Direitos do Homem (Danton, Desmoulins, Hebert, Marat).

³⁰ Tendência que controlou a Assembléia e concluiu a revolução.

³¹ Os jacobinos tinham o jornal *Le Père Duchesne* de Hebert e os *cordeliers*, *L'Ami du Peuple*, de Marat. Entre os girondinos à direita e os jacobinos à esquerda, havia um “centro” formado por deputados independentes carentes de programa político definido.

³² A Convenção “Girondina” dividiu-se entre deputados “montanheses” e da “planície”, muito mais numerosos. Os primeiros eram jacobinos liderados por Danton, Marat e Robespierre, apoiados pelos *sans-coulottes*, pela Comuna de Paris, que exigiam a função social da propriedade privada, democracia política, a administração centralizada da revolução, e girondinos, que recuaram ante a radicalização jacobina, liberaram o preço dos cereais e suspenderam o programa de obras de combate ao desemprego. Os segundos, sem opinião própria, alinharam-se aos girondinos por discordar das exigências dos montanheses e em defesa da propriedade privada.

interesses econômicos se manterem próximos ao centro do poder, preservando a propriedade, aprofundando e institucionalizando as conquistas no país que as promoveu. E tendo a racionalização das atividades e a estabilização da revolução ao centro rompido com a estrutura corporativa do trabalho artesanal na França, dos *ateliers d'État*, a “aliança” entre aristocratas e artesãos tornou-se no século XIX uma alternativa à modernização capitalista industrial, obra da burguesia e pequena burguesia.

Além disso, nessa época configurou-se o antagonismo entre duas vertentes da revolução industrial. Por um lado, a inglesa, bem conhecida, conduzida por técnicos – Watt, Arkwright, Hargraves e outros – que trabalhavam solitários em inventos³³ como a máquina a vapor, o tear mecânico, a fiadeira, etc., que permitiam a produção e consumo em grande escala de tecidos de algodão, com efeitos em mercados consumidores que determinaram o banimento da escravidão contemporânea. Por outro, a francesa, obra de um tipo novo de intelectual, misto de cientista e burguês revolucionário, que mobilizou em proveito do país uma instituição pública de ensino técnico recém-fundada, a Escola Politécnica, para não só atualizar-se com relação à Inglaterra e ao *know-how* fabril, mas também para a superar produzindo coletivamente em ambiente acadêmico, a custos menores, tecnologia necessária à intensificação e massificação da indústria na França.³⁴

Em 1794, renomados cientistas republicanos da Convenção, liderados pelo geômetra Monge e o químico Fourcroy, formaram uma Comissão de Obras Públicas para organizar a reconstrução do país. Recrutou candidatos às suas vagas por toda França aplicando testes de conhecimentos gerais e específicos. Após selecionar os quatrocentos primeiros, a Comissão transformou-se em escola preparatória para as principais instituições de ensino no setor de obras públicas, a Escola de Minas e a *École de Ponts et Chaussées*.

³³ Os cientistas britânicos evitavam traduzir em linguagem matemática os princípios que regiam o funcionamento de seus inventos para dificultar e impedir sua pirataria, garantindo para si os *royalties* que consideravam legítimo receber pela propriedade intelectual daquilo que criavam. Isso motivou o conhecido atraso britânico em matemática ao longo de boa parte do século XIX.

³⁴ A Guerra dos Sete Anos (1756-63) entre os dois países foi a expressão bélica dessa situação. (ver ARRIGHI, *op. cit.* P. 237)

Em 1795, o Diretório, conselho de cinco membros que eliminou resquícios de participação popular direta na política e fez dos interesses das burguesias os interesses gerais da nação,³⁵ redefiniu as atribuições da Comissão transformando-a na Escola Politécnica, mobilizando quase todos os grandes nomes das ciências exatas na França para colaborar com o Estado republicano de centro numa situação de guerra militar, econômica e social contra a Coalizão e a vertente da revolução industrial propagada da Inglaterra.³⁶ A Politécnica catalisaria o esforço intelectual da França revolucionária e burguesa, oposto ao capitalismo industrial inglês, “aristocrático”, mesquinho, que avançava em mãos de técnicos que esperavam receber *royalties* sobre invenções básicas

³⁵ Talvez, o aspecto dessa tendência republicana em suas congêneres brasileiras, especialmente no PRP.

³⁶ “Eu quero dizer algumas palavras só, sobre a história, porque é muito interessante. Mostra um certo espírito da Escola Politécnica, desde as origens até hoje. Veja, no Século XVIII, os cientistas todos eram nobres. Eram pessoas ricas que tinham eles mesmos seus próprios laboratórios em casa. Eram manifestamente pessoas de grande valor, uma grande curiosidade intelectual, porque com o dinheiro que tinham, com a vida que levavam, com todas as possibilidades, ele não precisavam se preocupar com a ciência. E, no entanto, se preocupavam. Então todos esses nomes que vocês ouvem desde o curso ginásial, não é? Lavoisier, Berthollet (em química), Cuvier (História Natural), Coulomb, famoso Coulomb da lei de Coulomb da Eletricidade, Laplace, Lagrange da matemática e Astronomia, D'Alembert em Matemática, Filosofia, Gay-Lussac em química, eram todos ricos e eles eram condes e viscondes e barões, etc., não é? Essa era a situação naquela época. Mas, em 1789, se deu a Revolução Francesa e apareceram, então, umas personalidades interessantes. Cinco anos depois da Revolução Francesa, Monge, o grande matemático que vocês conhecem, (foi o homem que inventou a geometria descritiva, não é?). O Monge vinha de uma cidadezinha francesa, fora de Paris, e era uma pessoa que chamou a atenção logo, porque aos 14 anos de idade, na cidadezinha dele, ele inventou uma bomba hidráulica para tirar água para população, água do poço, não é? Depois ele se tornou matemático conhecido e em [17]94, junto com Laplace, eles tiveram a idéia de fazer uma escola para jovens do povo. Não para nobres. Seria a **École Polytechnique**. Para isso, o que eles fizeram? Eles viajaram pela França, conversando com jovens nos vilarejos, pedindo informações para captar jovens inteligentes, mesmo que não tivessem ainda uma preparação básica. O fundamental era ser inteligente e ter uma certa curiosidade, não é? E esse espírito de captar jovens inteligentes e com curiosidade é o que prevalece até hoje na seleção que é feita para os jovens que são aceitos na Escola Politécnica, não é? (...)”. (www.poli.usp.br/CCInt/Ecole_Polytechnique/Palestra/palestra)

como o tear mecânico, na prática arrefecendo a propagação dos benefícios, incapaz, portanto, de abastecer uma sociedade afluyente de massas.³⁷

O nacionalismo despertado pelo sucesso da revolução dentro e fora da França, tornou o serviço militar obrigatório e instituiu a promoção por mérito, independente da origem social,³⁸ revelando o mais influente personagem do período, Napoleão Bonaparte. Imperador, vinculou em 1804 a Politécnica ao exército, equiparando os alunos a sub-oficiais da artilharia, o equivalente a uma “bolsa” de estudos, incitando-os a assumir a carreira científica como um gesto patriótico em favor da primeira nação a banir privilégios hereditários e instituir em larga escala a ascensão social “por mérito”. A Politécnica reuniu em seu corpo docente inúmeros cientistas, sobretudo matemáticos, físicos e químicos de altíssimo nível, que contribuíram para precipitar a “segunda revolução industrial”,³⁹ na qual a Inglaterra, obsoleta, não teve mais como se manter na ponta, (MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, p. 279/84, 280/2) possibilitando a sociedade afluyente, produção e consumo em massa de toda sorte de bens industrializados, com impactos sobre periferias capitalistas como o Brasil.

A influência napoleônica envolveu a Politécnica numa aura chauvinista e *snob*, impregnada por uma visão autoritária do mundo, um sentimento difuso de desprezo pelo sistema representativo, e pela obsessão por desmoralizar o Legislativo em proveito de um Executivo forte que garantiria a ordem “pelo alto” em favor dos grandes interesses que triunfaram na Revolução. Noutras palavras, após vencer o despotismo e o

³⁷ Os artífices da revolução industrial inglesa eram homens de profundo e arraigado espírito prático, orgulhosos de trabalhar sem “teorias” que, em seu entender, apenas os desviavam dos resultados a que queriam chegar. Além disso, acreditavam que a teorização que explicava seus inventos permitiria a outros desvendar os segredos de seu funcionamento e, por conseguinte, violar direitos de propriedade que entendiam possuir sobre eles. Isso explica a pouca atenção dada por eles a essas teorias, colocando a Inglaterra numa condição paradoxal de liderança na revolução praticamente com data marcada para se encerrar, haja vista o esforço envidado sobretudo na França, na Alemanha – nas universidades – e, posteriormente, nos Estados Unidos – nas empresas privadas – para se gerar a curto prazo a tecnologia necessária para enfrentar e liquidar com facilidade a supremacia britânica no capitalismo industrial.

³⁸ Assim como no “Novo Exército Modelo” de Cromwell. (HILL, *O eleito de Deus*, p. 37)

³⁹ Os matemáticos Lagrange, Laplace, Cauchy, Schwarz, Jourdan, Galois, Poisson e Poincaré; os físicos Ampère, Coriolis, Fresnel, Foucault, Coulomb, Carnot, Leverrier e os químicos, Charles, Gay-Lussac e Clapeyron.

privilégio, a fração superior da burguesia, girondina, assumiu-se aristocrata “por mérito”, ressuscitando o despotismo. Governando autoritariamente a pretexto de salvaguardar os interesses nacionais, desequilibram o pacto “ao centro” que concluiu a revolução para obstar a influência de idéias jacobinas na economia, estas sim, favoráveis ao trabalho e contrárias à manutenção do “exército industrial de reserva”, criando politicamente condições favoráveis ao ingresso do trabalhador pobre na afluência. Sócio minoritário, defensor zeloso e intransigente de privilégios corporativos recém-adquiridos, o girondino de espírito bonapartista se vê exercendo um papel grandioso e insubstituível no bom funcionamento da máquina econômica do país, na garantia da ordem pública e como árbitro imparcial de interesses conflitantes de classe.⁴⁰

O processo que teve na criação da Politécnica o seu ponto alto motivou, por outro lado, a crítica do sistema artesanal e seus defensores, os quais sentiram-se prejudicados pela racionalização e pela exacerbação da divisão social do trabalho na produção capitalista que os degradou em assalariados. A invasão da tecnologia deslocou em pouco tempo o artesão da condição de produtor de objetos de uso cotidiano, os quais perderam sua aura de peças únicas, “obras de arte”, que transferiam seu prestígio para quem as possuísse. O consumo, todavia, restringia-se à uma elite de altos burgueses e aristocratas capazes de pagar por eles, resultando num mercado restrito, formado por uns poucos que podem pagar muito por bem adquirido.

Diante do desafio da modernização tecnológica de produzir em massa para permitir bens de menor custo, o artesanato reagiu romanticamente, propondo a restauração de tempos passados, pré-capitalistas, revivendo as corporações para marcar diferenças e distância do novo modo de produção. (BELLUZZO, *Artesanato, Arte e Indústria*, p. 39) O século XVII francês forneceu um modelo de comunidade de trabalho proposto como antídoto à fábrica massificadora e alienante. Na França de Luís XIV havia três tipos de estabelecimentos industriais, os “*ateliers d’État*”, “manufaturas do Estado”, que produziam artesanalmente sem concorrência nem lucro, unicamente para satisfazer a demanda por luxo da nobreza e aristocracia; as “manufaturas reais”, arrendadas a particulares que produziam para a população em geral, e as “manufaturas privilegiadas”, que detinham o monopólio sobre a produção e comercialização de certos

⁴⁰ Ver BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, *op. cit.* p. 118.

produtos. (MANTOUX:17/8) Embora mobilizassem recursos e mão-de-obra em escala considerável, essa indústria pré-capitalista não produzia em massa visando o consumo geral. Ao contrário, eram subsidiadas pela própria classe consumidora garantindo a qualidade do artesanato produzindo exclusivamente para ela. (*Ibidem.*, p. 19) Sintomaticamente, no apagar das luzes da Revolução, a *École des Arts et Métiers de Paris*, o “Liceu de Artes e Ofícios”, foi criado em 1799, para levar a prática das artes aplicadas a um novo patamar, conjugando-as à nova realidade traduzida pela Politécnica, adaptando o artesanato suntuário aos tempos da produção em massa e esclarecendo a dimensão ideológica do trabalho técnico.

Desalojado da produção no processo de formação da indústria capitalista, o artesanato levantou várias frentes da resistência, particularmente sob John Ruskin e August Pugin, teóricos do neo-gótico,⁴¹ Eugène Viollet-le-Duc, pioneiro no tombamento e restauro de monumentos e construções, e, sobretudo William Morris, pequeno-industrial socialista que propôs reformas nas relações de trabalho a partir das mudanças nas condições técnicas de emprego da mão-de-obra. (*Ibidem.*, p. 40) Assim, a combinação da crítica à industrialização capitalista com as propostas do socialismo utópico e as idéias de William Morris e outros defensores “anti-politécnicos” do artesanato, levou a uma retomada da idéia das comunidades de trabalho organizadas à maneira de algumas ordens monásticas enclausuradas,⁴² o que resultou em respostas às questões formuladas pela cultura industrial emergente e que a Politécnica se encarregou de difundir. Essas respostas na tradição dos *ateliers d’État* visavam preservar para as camadas mais elevadas da população um espaço de produção e consumo não técnicos, mas artesanais, o que esteve à base da constituição dos “*arts and crafts*” de Morris, mais

⁴¹ O regime de trabalho pré-capitalista sob o qual se construíram as catedrais góticas.

⁴² O fundador do socialismo utópico, Claude Henri de Saint-Simon, aristocrata de nascimento, acreditava no progresso como o elemento dinâmico da história, vendo na industrialização, no capitalismo e no trabalho sob a direção da tecnocracia a forma mais eficaz de promoção da população pobre. propuseram cooperativas de trabalhadores, fechadas e auto-suficientes, em alguns casos estatais, onde seus membros trabalhariam livres da opressão, da exploração e da miséria. Saint-Simon acreditava também que a nova ordem levaria espontaneamente a uma transferência da riqueza da classe ociosa para a laboriosa. Seus mais importantes seguidores foram Charles Fourier, criador dos “falanstérios” e Robert Owen, que os levou para os Estados Unidos, e Louis Blanqui que organizou *Ateliers Nationaux* para mitigar o desemprego no surto revolucionário de 1848.

tarde dos “liceus e artes e ofícios”, veículos de uma “missão civilizatória” tão importante quanto aquela da qual se gabava a indústria. (*Ibidem.*, p. 84) embora não contribuíssem para a afluência.

Um novo contexto

A contradição entre a economia colonial brasileira e o embrião da interna, subsidiária, manifestou-se mais positivamente durante o ciclo do ouro. O comércio de animais que abastecia as áreas da mineração fez a capitania de São Paulo participar de forma ativa mas secundária dos negócios coloniais. No meio do caminho entre o sul e o norte do Brasil, São Paulo e seus potentados rurais foram mobilizados por Pombal em meados do século XVIII para organizar a lavoura canavieira e produção de açúcar em condições diversas das vigentes no nordeste.

Restaurada a capitania em 1765, a administração do Morgado de Mateus⁴³ organizou o “pequeno ciclo da cana”. O “quadrilátero do açúcar” entre Jundiá, Mogi Mirim, Piracicaba e Sorocaba (PETRONE, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 7/8) concentrou lavouras e engenhos em moldes mais avançados que transformaram a capitania rapidamente em exportadora de açúcar – de qualidade inferior ao do nordeste – e aguardente não só para outras regiões da colônia, mas também para fora, colocando São Paulo pela primeira vez em relações comerciais com o exterior. (*Ibidem.*, p. 12) Abriu caminho para o ciclo seguinte, que alterou totalmente o Brasil.

Os primeiros pés de café foram trazidos da Guiana Francesa em 1727. Em fins do século, durante a crise colonial decorrente do esgotamento do ouro, a rebelião dos escravos desorganizou a produção no Haiti, o maior exportador. Mas já à época da independência, as primeiras plantações de café ao redor do Rio de Janeiro, restritas ao abastecimento da corte, expandiram-se rapidamente, subindo a serra e se espalhando

⁴³ Extinta em 1748 e com a sede transferida para o Rio de Janeiro, a capitania de São Paulo foi restaurada em 1765 por Pombal em meio a disputas com a Espanha. Como parte do projeto, Pombal nomeou o Morgado de Mateus para o governo da capitania e ordenou o plantio de cana, a produção de açúcar e aguardente, de cuja venda, parte do lucro seria revertida para financiar a defesa da capitania contra eventuais pretensões espanholas nas regiões da mineração. (BELLOTTO, p. 34/50)

vale do Paraíba acima, fazendo do produto em poucos anos o principal item de exportação do país.

Nos anos 1850 ocorreu o apogeu da economia cafeeira fluminense enquanto as plantações se espalhavam rapidamente vale do Paraíba paulista, assinalando, por outro lado, o esgotamento da fase inicial do ciclo do café. Nessa época, a Inglaterra proibiu o tráfico de escravos no Atlântico sul, interrompendo subitamente a oferta de mão-de-obra africana para as fazendas do vale. A cafeicultura aí se organizava sobre o trabalho escravo, em procedimentos agrícolas arcaicos que esgotavam a terra após umas poucas safras⁴⁴ e o adiantamento de capitais para a compra de insumos e escravos por comissários brasileiros que reembolsavam as quantias após a venda do produto hipotecado em sua maior parte na praça do Rio de Janeiro. (SZMRESCÁNYI, *Produção, apropriação e organização dos espaço na economia cafeeira*, p. 196/201) Após a proibição do tráfico, o custo da mão-de-obra disparou, levando ao comércio interno de escravos, fornecidos sobretudo por regiões açucareiras decadentes mas a preços tão elevados que em pouco anos a cafeicultura do vale do Paraíba fluminense e paulista faliu quase completamente.

Ainda na década de 1840, a lei Eusébio de Queiroz foi promulgada e realizaram-se no quadrilátero experiências de utilização sistemática de mão-de-obra livre “parceira” na fazenda Ibicaba em Limeira, do senador Nicolau de Campos Vergueiro, que “importou” lavradores alemães e suíços adiantando-lhes a passagem. Mas, habituado à escravidão, Vergueiro não criou condições de vida e trabalho favoráveis aos “parceiros”: contratos na faixa de 50% eram lesivos para eles e, como era freqüente, uma contabilidade duvidosa os atolou em dívidas insolúveis com os vendeiros. Após uma década, voltaram à Europa.⁴⁵

⁴⁴ Ver HOLLANDA, *Impressões de viagem*, p. 68-9.

⁴⁵ Um deles, Thomas Davatz, liderou uma revolta de colonos e precisou da intercessão do consulado suíço para sair do Brasil. Na Europa, escreveu um livro (*Memórias de um Colono no Brasil*) relatando as dificuldades dos colonos junto a fazendeiros ainda despreparados para o trato com trabalhadores livres. A obra repercutiu na Europa e levou o governo alemão a proibir em 1859 a “importação” de lavradores para as fazendas brasileiras. Isso ilustra como os poderosos da sociedade brasileira ainda estavam distantes de qualquer perspectiva favorável a tendências de modernização.

A proibição do tráfico modernizou indiretamente com a promulgação da lei de Terras a 18 de setembro de 1850. Após trezentos anos de expedientes feudais como sesmarias e doações, a necessidade de recursos para a compra de escravos no “mercado interno” fez da terra mercadoria passível de compra e venda, ainda que seletivamente, para que sua propriedade permanecesse restrita à aristocracia latifundiária e/ou escravocrata.⁴⁶ Ainda em 1850, o engenheiro maranhense Manuel Joaquim Pereira de Sá defendeu na Escola Militar do Rio de Janeiro a tese de doutorado em estática considerada o primeiro trabalho de clara motivação positivista no Brasil.⁴⁷ E apesar do número crescente desses trabalhos, sua influência restringia-se às escolas militares, sobretudo no campo da matemática aplicada à engenharia. (*Ibidem*, p.131) Mas após a guerra do Paraguai o positivismo escapou do âmbito estritamente filosófico e se imiscuiu na política brasileira para influenciá-la por dentro, alavancando as primeiras tendências relativamente modernizadoras verificadas no país, quando escravatura, a “vocação agrícola” do Brasil, relações religião/Estado e o regime monárquico caíram sob dura crítica, incorporando pressões pela renovação de suas estruturas e pela fluência.

A modernização retardatária

A guerra do Paraguai (1865-1870) assinalou o apogeu do império e o início de sua desagregação, quando suas contradições chegaram a um nível elevado de tensão.

⁴⁶ O conservadorismo dos latifundiários brasileiros mostra-se ainda mais avesso à modernização no contraste da Lei de Terras com seu equivalente norte-americano, o *Homestead Act*, (Lei da Propriedade Rural) sancionado por Lincoln em 1862. Obra dos setores mais dinâmicos e progressistas da economia norte-americana, o *Homestead Act* regulamentava a cessão de terras aos que desejassem exercer a atividade agrícola com base na idéia difusa sobretudo nos estados do norte da primazia da pequena propriedade rural sobre o latifúndio e na noção protestante da dignificação do trabalho e sua valorização como fonte da riqueza. O *Homestead Act* desencadeou a conquista do oeste e impediu a formação de novos estados escravistas, levando à guerra de Secessão, cujo desfecho forçou a modernização dos estados do sul, organizados sobre o latifúndio, a mão-de-obra escrava e a mentalidade senhorial. (BARROS P. 72) Por isso, os Confederados tiveram o apoio da monarquia brasileira durante o conflito. (BANDEIRA, *Presença dos EUA no Brasil*, p. 99-102)

⁴⁷ COSTA, P. 130. Em 1837 já havia estudantes brasileiros da Politécnica de Paris freqüentando o curso livre de Comte. (*ibid.*)

Começou com a “Tríplice Aliança” entre Argentina, Uruguai e Brasil enfrentando o Paraguai de Francisco Solano López⁴⁸ e mobilizou esforços consideráveis no país, boa parte deles graças à receita da exportação do café do vale do Paraíba, cuja produção havia atingido o máximo de sua capacidade entre os anos 1850 e 1860. Encerrada com o Brasil vitorioso, o exército e a monarquia nunca mais foram os mesmos.⁴⁹

Para o exército, a guerra foi decisiva. Caxias o reaparelhou com o que havia de mais avançado na época. Fatal foi ter sido obrigado a acolher em suas fileiras um grande número de escravos alforriados e indivíduos humildes, muitos dos quais pegavam em armas para escapar da fome e/ou ascender socialmente naquelas circunstâncias excepcionais. O exército contava com muitos oficiais oriundos da classe média sob influência do ideário positivista em franca disseminação entre eles. Com o espírito da caserna congregando brancos, negros e mestiços nos campos de batalha tornou-se indefensável entre o baixo e médio oficialato a continuidade do regime escravocrata e a manutenção dos privilégios da aristocracia, passando os oficiais a apoiarem maciçamente a abolição selando a sorte da monarquia. Entre eles destacou-se Benjamin Constant Botelho de Magalhães: representante da pequena burguesia do Rio de Janeiro à época, republicano de primeira hora e líder carismático, desempenhou papel da maior importância na difusão do positivismo entre os alunos das escolas militares bem como na articulação entre os oficiais que levou à derrubada da monarquia em 1889.⁵⁰ (COSTA, *História das idéias no Brasil*, p. 132) Os militares positivistas, republicanos de primeira hora, formavam uma frente jacobina que contava com a simpatia da massa do povo do Rio de Janeiro, por exemplo. Em sua maioria estiveram “à esquerda” no pacto político de centro que conduziu à república; as posturas “à direita”, “girondina”, *snob* e *autoriária*, e a “contra-revolucionária” aristocrática, foram encarnadas pelas duas frações em que se dividiu a oligarquia cafeeira do oeste paulista.

⁴⁸ Por motivos internos, Argentina e Uruguai abandonaram a coalizão em 1867, arcando o exército brasileiro, cujo comando fora transferido a Caxias, com o ônus do restante do conflito.

⁴⁹ Além das vidas perdidas, a imagem da monarquia saiu da guerra arranhada pelas atrocidades cometidas contra civis paraguaios por ordem do conde d’Eu, genro de d. Pedro II, quando assumiu o comando do exército brasileiro e colocou-se no encalço de Solano López após a tomada de Assunção por Caxias.

⁵⁰ A importância do positivismo enquanto antecedente do regime republicano no Brasil reside antes em sua capacidade de aglutinação de um contingente de idealistas do que pelos méritos próprios da doutrina.

Durante a guerra do Paraguai a cafeicultura em São Paulo deu o salto qualitativo que a colocou na dianteira da economia brasileira. Muito se discute quanto às origens da cafeicultura do oeste paulista. Entendia-se que fosse uma expansão das lavouras do vale do Paraíba, que teriam passado do leste para o oeste da província em meados do século XIX. Agora sabe-se que resultou de desdobramentos da cana do quadrilátero, (PETRONE, *op.cit.*, p. 7/8; PRADO JR., *História econômica do Brasil*, p. 86) diferindo consideravelmente da antecessora do vale do Paraíba.

Como se viu, o pequeno ciclo da cana alçou São Paulo rapidamente à condição de principal produtor brasileiro de açúcar e aguardente. Na virada do século XIX, os plantadores de cana paulistas reinvestiram seus lucros primeiramente no algodão ao redor de Sorocaba, produzindo sacaria e tecidos grosseiros para os escravos e depois em café. A princípio, a evolução da cafeicultura no oeste paulista foi tímida porque as plantações não podiam se expandir além de Rio Claro a 200 quilômetros da costa, pois o risco com o transporte da mercadoria em lombo de mula era alto sobretudo na estação chuvosa. (SZMRESCÁNYI, *op.cit.*, p. 198) Datam de 1838 as primeiras tentativas de construção de uma ferrovia do interior ao porto de Santos, por decreto de Pombal, o único aparelhado para o escoamento da produção do planalto. (KATINSKY *in*: MOTOYAMA (*org.*), p. 38) Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá,⁵¹ tentou, mas banqueiros ingleses passaram-no para trás, construíram e inauguraram em 1867 a *São Paulo Railway*, ligando Jundiaí a Santos, reduzindo de semanas para horas o tempo de viagem do café das fazendas ao porto exportador.⁵²

A inauguração da *São Paulo Railway* desencadeou o surto cafeeiro que mudou o país. Em meio à guerra, os cafeicultores do oeste venderam ao governo imperial tropas inteiras de mulas e o dinheiro apurado foi aplicado na expansão das lavouras e ferrovias, iniciando a formação do “mar de café” que em breve faria a província “regurgitar café”. (SZMRESCÁNYI, *op.cit.*, p. 202) Além de intensificarem a exportação de café,

⁵¹ A primeira ferrovia brasileira, com pouco mais de 30 km ligando o porto de Estrela na baía da Guanabara, ao pé da serra, a Petrópolis, construída por iniciativa de Mauá e inaugurada em 1854, não teve impacto algum na economia. Tratou-se apenas de uma linha utilizada pela nobreza para deslocar-se da corte a Petrópolis para fugir do verão do Rio de Janeiro.

⁵² KATINSKY *in* MOTOYAMA (*org.*) p. 41/2. Dominando o gargalo por onde toda a produção do interior descia a serra, a *São Paulo Railway* foi por muitas décadas a ferrovia mais lucrativa por quilômetro do mundo.

permitiram aos “barões” do café residir na capital paulista para, com o auxílio do telégrafo, administrar a distância suas fazendas, transformando-a na sede dos negócios da cafeicultura, tornando-se em poucas décadas a metrópole brasileira. Descendo a serra com café e subindo com mão-de-obra livre, as ferrovias desencadearam a modernização da sociedade brasileira.⁵³

A instalação e manutenção das ferrovias demandou engenheiros e técnicos especializados em quantidade impossível de ser suprida por “importação”. (KATINSKY *In*: MOTOYAMA (org.), p. 43) Assim, a implantação do parque ferroviário brasileiro causou um efeito multiplicador na produção de infra-estrutura: motivou, numa ponta, a formação de quadros capazes de conceber obras civis necessárias à instalação dos trilhos, operação das ferrovias e ao aparelhamento dos portos; (VARGAS *In*: MOTOYAMA (org.), p. 67/70) na outra, exigiu infra-estrutura urbana à medida que as linhas se expandiam precedendo ou acompanhando novas lavouras, bem como o abastecimento de insumos importados, precipitando a urbanização e mesmo a industrialização, forçando o país a se modernizar. (*Ibidem*, p. 34)

Foi o sinal para a constituição das primeiras faculdades civis de engenharia no país, (*id.*, p. 35) cujos profissionais, influenciados pelo positivismo, exigiam participação ativa na condução dos negócios públicos, munidos das ferramentas do conhecimento técnico que os capacitariam a exercer um governo racional favorável ao bem comum, contrapondo-se ao predomínio dos cursos de direito. De fato, na perspectiva de seus representantes, as faculdades de direito pareciam romper com o passado ao se alinharem, por exemplo, à abolição. Todavia, o legalismo de muitos de seus quadros mais influentes tolhia iniciativas mais radicais de promover a atualização do Brasil com os centros do sistema, rompendo com a prática colonial renovada; ao contrário, firmaram-se como baluartes do conservadorismo liberal das oligarquias do império.⁵⁴

⁵³ “(...) Somos, assim, obrigados a reconhecer que a modernização se deu a partir da instalação do sistema ferroviário brasileiro. De fato, foram as estradas de ferro que primeiro se constituíram em indústria no Brasil, de acordo com a definição anteriormente proposta.” VARGAS, KATINSKY e NAGAMINI *in* MOTOYAMA (org.), p. 31.

⁵⁴ Sobre a Faculdade de Direito de Recife ver (SCHWARCZ, *O Espetáculo das raças*, p. 146-71). Lília Moritz Schwarcz destaca o fato de a faculdade de Recife, por haver sido essa cidade a primeira no país em que se

As primeiras escolas de engenharia independentes do exército no país foram a Politécnica do Rio de Janeiro (1874), a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), que mesclaram em seus corpos docente e discente ideais republicanos jacobinos, positivismo e liberalismo conservador. Para eles, os privilégios da aristocracia fundiária e as limitações à iniciativa privada urbana em formação eram incompatíveis com as transformações materiais e culturais que demandavam como nunca o trabalho dos engenheiros, aglutinando-os em torno da idéia de superar a monarquia e conduzir o país a um novo patamar de organização, mais aberto à formação de uma “ordem social competitiva”, com economia de mercado e público consumidor.

Em 1874, a Escola Central de Engenharia Militar do Rio de Janeiro foi reestruturada aos moldes da Politécnica francesa tomando-lhe inclusive a denominação, tendo sido profunda a influência do positivismo na orientação dessa escola. Nas primeiras décadas de funcionamento, refletiu o lado mais intolerante e retrógrado da ortodoxia comteana⁵⁵ que os motivou, por exemplo, a combater a vacinação obrigatória organizada por Oswaldo Cruz em 1904 (COSTA, *O positivismo no Brasil*, p. 36 e ss.) e vetar o ingresso em seu corpo docente de professores de fora, notadamente da Escola de

estudaram sistematicamente autores alemães – a “Escola de Recife” – na segunda metade do século XIX, formar juristas suscetíveis à idéias do determinismo racial em voga na Europa naquele momento e que as aplicaram ao direito criminal e penal, recobrando com um verniz “científico” o preconceito contra o povo mestiço pobre: “Uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”. (Laurindo Leão, professor da Faculdade de Direito de Recife, *In: Id.*, p. 167) Na faculdade de São Paulo, além da “antropologia criminal” de Lombroso e Ferri, (*id.*, p. 179) a ênfase recaía sobre o darwinismo social que legitimava o liberalismo conservador, elitista e anti-popular dos cafeicultores republicanos triunfantes. (*id.* P. 180-1)

⁵⁵ “(...) O problema central de Comte e dos seus seguidores, notoriamente entre os mais ortodoxos, é que eles não eram capazes de discernir entre a ‘má abstração’ típica da exacerbação meramente especulativa e a necessidade da mediação da atividade teórica no processo de interação do sujeito com o objeto. Dito de outra forma, entre a percepção direta dos fenômenos e o trabalho de conhecimento compreensivo da essência do fundamento do real, é indispensável introduzir a reflexão crítica, para que os constructos teóricos otimizem a força produtiva do conhecimento, cuja autonomia, no conjunto dos meios de produção, é uma conquista da modernidade. (...) os positivistas confundem ‘má abstração’ com o mau estado fundamental da sociedade em que viviam, da qual só têm interesse em registrar os traços externos, e em particular aqueles que podem servir para fazer o ‘progresso’ orientado pelo conhecimento positivo, ou seja, conclusivo e encerrado em si mesmo, em condições de estabilidade da ordem social e política, sob o controle incontestável dos sábios da elite positivista.” (BARROS, p. 50)

Minas de Ouro Preto, isolando-se por longo tempo da comunidade científica nacional e estrangeira. (BARROS:51)

Auguste Comte idealizou uma síntese entre a organização social de Saint-Simon e a tecnocracia que se afirmava com o incipiente capitalismo industrial, propondo a manutenção da propriedade privada pela condução autoritária da sociedade, constantemente monitorada pelo exército. Ornada por um catolicismo suntuário, capacitou-se para legitimar processos de modernização “pelo alto” em sociedades como as da América Latina: pressionadas por baixo a se evoluir, não podiam iniciar mudanças sócio-estruturais bruscas, que pusessem em risco a propriedade, a opulência e a hegemonia dos sócios do centro do sistema.⁵⁶

O positivismo no Brasil difundiu-se amplamente entre a baixa oficialidade do exército, que assumiu a iniciativa de modernizar o país assumindo o Estado para iniciar o desmantelamento da monarquia “em proveito do povo”, realizando na terra as mais

⁵⁶ Comte ingressou na Politécnica em 1814 mas não a concluiu. Considerava-a modelo de estabelecimento de ensino superior. Foi influenciado por seus maiores docentes, especialmente Lagrange, os “ideólogos” jacobinos Destutt de Tracy, Cabanis e Volney, por Francis Bacon, Adam Smith, Say, Hume e, sobretudo, o girondino Condorcet, de cujo *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano* extraiu a idéia de que as conquistas da ciência e da técnica têm um papel fundamental na evolução do homem, conduzindo-o a uma época em que a organização social e política decorreriam do uso aplicado da razão. A sorte de sua obra selou-se ao conhecer Clothilde de Vaux, esposa de um presidiário pela qual se apaixonou sem ser correspondido. Ao falecer dois anos depois, Comte a transformou em musa do que denominou “religião da humanidade”, com panteão, liturgia e calendário próprios. Após o surto religioso, sua filosofia, que havia conquistado admiradores e adeptos como John Stuart Mill e o filólogo Émile Littré, recobriu-se com uma aura duvidosa que a desqualificou seriamente diante de parte do público e dos cientistas mais sérios, que viram nela uma história da filosofia e o clamor de um reacionário invocando a rigidez da ordem medieval apoiado num catolicismo autoritário, assustado com os movimentos operários emergentes questionando a propriedade privada. A ortodoxia de Comte vitimou no Brasil a própria ciência que ele proclamou explicação primordial do mundo, asfixiando o pensamento de homens que se pretendiam cientistas, levando-os a posturas equivocadas diante de questões sociais prementes como a indiferença no tocante à necessidade de se organizarem universidades no país devido a seu desprezo por essa instituição. (PAIM in FERRI e MOTOYAMA (coords.), p. 17) Por outro lado, houve no país cientistas lúcidos que não só combateram sua influência avassaladora, como também apontaram erros crassos seus, como os que o matemático brasileiro Oto de Alencar Silva, professor da Politécnica do Rio de Janeiro, apontou erros em seus trabalhos sobre geometria, álgebra e teoria dos números, todos posteriormente confirmados. (MOTOYAMA in MOTOYAMA (coord.), p. 69)

elevadas aspirações da “religião da humanidade”, desimpedindo o desenvolvimento econômico, criando a base material para isso, difundindo o pensamento técnico-científico como professores de matemática, física, matemática e biologia, imbuídos da “missão” de levar as luzes da modernidade numa sociedade ainda escravocrata.⁵⁷ Militares positivistas, como Benjamin Constant, tornaram-se após a guerra do Paraguai os idealizadores e artífices da república no Brasil, sem, no entanto, assumir a hegemonia no seio do regime que ajudaram a instaurar em 1889.

Além da Politécnica francesa, outra instituição superior de ensino técnico criada por motivos políticos e que exerceu influência considerável sobre os cursos de engenharia no Brasil foi a Politécnica de Zurique. Em consonância com o espírito burguês emergente da Revolução Francesa, a Politécnica de Zurique foi instituída para atender às exigências do capitalismo industrial na Suíça, carente de infra-estrutura tecnológica, e para abrir oportunidades de carreira contribuindo com a formação de uma elite técnica nacional.⁵⁸ Antônio Francisco de Paula Souza, fundador da Escola Politécnica de São Paulo, posteriormente incorporada à USP, iniciou sua formação de engenheiro na Politécnica de Zurique, saindo de lá por motivos políticos para concluí-la na de Karlsruhe na Alemanha.

⁵⁷ Paradoxalmente, a maior influência de Comte no Brasil residiu na intransigente defesa do Estado laico, de sua separação da Igreja, do casamento civil, e na determinação de um de seus mais fanáticos seguidores da “religião da humanidade”, o republicano gaúcho Júlio de Castilhos, mentor da jacobina constituição estadual de 1891, de tão profundo alcance na evolução política do Rio Grande do Sul, ao garantir direitos trabalhistas e sociais naquele estado só bem mais tarde estendidos a outros, que foi necessária uma guerra civil nos anos 20 para que os liberais impedissem os positivistas de eleger pela quinta vez um representante no governo estadual.

⁵⁸ Na República Helvética, formada pelo Diretório em 1798, desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XIX um movimento liberal que evoluiu para o separatismo opondo cantões protestantes, urbanos e unitários aos católicos, rurais, que exigiam uma federação de estados independentes. O retorno dos jesuítas à Suíça detonou a guerra entre milícias de ambas confissões, culminando com a expulsão dos religiosos e a aprovação em 1848 de uma constituição federal nos moldes norte-americanos. O parlamento aprovou em 1854 a criação de uma escola voltada para o ensino de ciências exatas, humanas e políticas, visando atender às demandas da federação suíça, acima das diferenças lingüísticas e religiosas entre os cantões, resultando na *Eidgenossige Technische Hochschule* (Escola Superior Técnica Federal), ou Politécnica de Zurique, como ficou conhecida.

Por outro lado, acuada por quase dois séculos de racionalismo, revoluções burguesas e convulsões sociais, a Igreja Católica resolveu recuperar ao menos parte do prestígio e autoridade perdidas mobilizando a resistência à modernização da sociedade em meados do século XIX. Durante as revoluções liberais e a unificação da Itália, o papa Pio IX⁵⁹ decretou sua “infalibilidade *ex-cathedra*” e uma segunda contra-reforma, agressiva e intolerante, contra tudo o que lhe parecesse novidade trazida pela Revolução Francesa, sobretudo no tocante à ordem e fé.⁶⁰ Assomou o movimento *ultramontano*,⁶¹ que redefiniu e proclamou a ortodoxia católica e conclamou os fiéis, em particular na alta burguesia e aristocracia esclarecida a se envolverem nos movimentos em prol da classe operária, exortando-os a disputar com os jacobinos e a esquerda a adesão dos trabalhadores às propostas do catolicismo social sobretudo após a edição da encíclica *Rerum Novarum* por Leão XIII.⁶²

⁵⁹ De 1846 a 1878.

⁶⁰ Nesse momento, ocorreu em alguns países da Europa ocidental uma retomada “neo-católica” dos estudos de Santo Tomás de Aquino e dos teólogos da Idade Média, para que a Igreja se opusesse à “anarquia intelectual” desencadeada por Descartes e ao erro das revoluções e heresias modernas. Seus centros mais importantes foram a Itália, Espanha e a Bélgica, em particular a universidade católica de Louvain, foco dos estudos tomistas renovados, que exerceria profunda influência entre as novas gerações de católicos politicamente conservadores mas socialmente sensíveis, também no Brasil. Após a anexação em 1795 da República Batava pela França da Convenção, a Universidade de Louvain foi fechada em 1797. Restaurada em 1834 após a criação da Bélgica (1831), seu Instituto Superior de Filosofia foi organizado por iniciativa de Leão XIII segundo os ensinamentos tomistas e tornou-se o centro difusor da neo-escolástica, sobretudo graças ao trabalho de Casimir Ubaghs, chefe da Escola Ontológica Tradicionalista de Louvain, segundo a qual, as atitudes primordiais do homem são a fé e o reconhecimento da autoridade. (ENCICLOPÉDIA CATÓLICA *on line*) Francisco de Paula Ramos de Azevedo, mentor do Liceu de Artes e Ofícios, graduou-se em engenharia civil pela Universidade de Gand, na Bélgica.

⁶¹ Expressão surgida na Europa do norte no tempo da questão das investiduras (século XII) para caracterizar que a verdadeira fé residia além das montanhas, no sul, em Roma.

⁶² Papa de 1878 a 1903. A *Rerum Novarum*, editada em 1891, e a militância social católica renovaram a atividade dos dominicanos, disponíveis desde o fim da Inquisição em 1837, sobretudo em regiões com movimentos operários atuantes como o norte da França, Bélgica e Renânia, onde se formaram organizações que enviaram religiosos à América Latina para coordenar a ação social da Igreja e enfrentar socialistas e comunistas, particularmente junto às elites cultas. No Brasil, essa tendência se traduziu inicialmente na determinação de enquadrar o clero, notório por seu relaxamento moral, doutrinário, e os católicos maçons, dando origem à “questão religiosa” que arruinou as relações igreja-Estado no fim do

A reação à modernização foi protagonizada por fazendeiros e profissionais liberais de extração social elevada e fiéis à monarquia. Anti-republicanos ou republicanos de undécima hora, por um lado, deslumbravam-se com as novidades da revolução industrial e, por outro, manifestavam uma nostalgia romântico-aristocrática pelos tempos do artesanato de luxo, daí derivando, como parte de um projeto maior de “inclusão social” em harmonia com a *Rerum Novarum*, a simpatia pelo modelo “liceu de artes e ofícios” de ensino técnico, em que um sistema corporativo com características medievais combinava proteção social e o monopólio de artesanato de luxo praticado pela oligarquia, análogo aos *ateliers d’État* do antigo regime. O ambiente “comunitário” do “estamento artístico” nos liceus de artes e ofícios assemelhava-se ao das organizações do socialismo utópico, na medida exata para abrigar uma organização cristã e ultramontana da produção fabril numa sociedade de elite, não burguesa.

Do PRP ao PD

A cafeicultura do oeste paulista contrastou com a do vale do Paraíba pela forma como se desenvolveu a partir das diretrizes políticas de Pombal para São Paulo no século XVIII, sob práticas capitalistas mais modernas, fundamentais para explicar seu sucesso econômico e político.⁶³ Além de sua expansão ter efetivamente se dado a partir das primeiras ferrovias na província, a proibição do tráfico estimulou a vinda de mão-de-obra livre, fator decisivo para a modernização da sociedade brasileira. Tratava-se de um contingente estranho aos padrões tradicionais herdados da colônia, que escapava do controle dos fazendeiros dirigindo-se na maioria para as cidades. onde desenvolveram

século XIX. Aí se destacou o bispo de Olinda e Recife, d. Vital Maria de Oliveira, que, intempestivamente, adiantando-se ao imperador, excomungou em 1872 os católicos que persistiram no “erro”. (MARTINS, “A gênese de uma inteligentsia”, III, p. 383).

⁶³ (...) *O café republicano do segundo período nos legou aquele conjunto de instituições que bem ou mal chegaram até hoje. Ou seja, apesar da base econômica comum – a produção agrária e cafeeira –, é forçoso reconhecer que o conjunto dos fazendeiros localizados em torno de Campinas, Itu e proximidades, que propiciou a Convenção Republicana em 1872 [sic], era detentor de um projeto político-social com muito mais ressonâncias de futuro que o dos fazendeiros valparaibanos.* VARGAS, KATINSKY e NAGAMINI in MOTOYAMA, *ibid*, p. (?)

uma cultura urbana alheia aos padrões da oligarquia, tendo sido, como se verá, o alvo preferencial do DC.

O financiamento da cafeicultura do oeste paulista diferiu daquele das lavouras do vale do Paraíba. No início da expansão para o oeste, os fazendeiros contavam com recursos próprios por não se dedicarem exclusivamente à cafeicultura, tendo capitais aplicados em outras lavouras, comércio, pequenas manufaturas, no tráfico interno e empréstimo a juros, muitos deles sendo ainda notários e concessionários do fisco. A diversificação nos investimentos foi uma das principais características modernas dos cafeicultores do oeste, o que os deixou menos vulneráveis às crises no comércio exterior. De fato, com suas fortunas não dependendo de um só item, suportaram as flutuações na demanda dos produtos exportados com muito maior facilidade que seus pares do nordeste açucareiro ou da Amazônia da borracha.

Na república, devido à ascensão política da cafeicultura paulista, seus “barões” lutaram pela autonomia estadual para contratar empréstimos diretamente com grandes bancos estrangeiros, gerando em boa medida o perfil da dívida externa brasileira vigente até hoje. E um dos feitos mais importantes da cafeicultura do oeste foi ter se tornado em menos de uma década a grande fornecedora dos Estados Unidos, estabelecendo no início da década de 1870 importantes vínculos comerciais e culturais com esse país. Nessa época, vários fatores alimentaram os processos de modernização no país. A recessão européia dessa década liberou grande volume de capitais investidos na América Latina, sobretudo na logística da exportação. De fato, a partir da década de 1870 houve uma expressiva expansão da malha ferroviária no Brasil. Em São Paulo, à *São Paulo Railway* seguiram-se a Companhia Paulista, a Ituana, a Mogiana e, a Estrada de Ferro Sorocabana, a primeira ferrovia paulista a atender a uma região não cafeeira, mas algodoeira. (CANABRAVA, *A grande lavoura*, p. 233/4; SAES, *As ferrovias de São Paulo*, p.83,93)

Assim, o avanço da cafeicultura pelo interior, a imigração subsidiada, a urbanização, a demanda por infra-estrutura concebida por engenheiros e a ascensão política do fazendeiro-profissional liberal à frente desse processo aglutinaram elementos aos quais convinha um regime novo, conveniente à manutenção de seus interesses, no caso, a república federativa, em que cada unidade teria autonomia para os defender contraindo empréstimos externos e arregimentando mão-de-obra estrangeira. A

fundação do Partido Republicano Paulista (PRP) e sua convenção em 1873 na cidade de Itu oficializaram essa tendência pois não havia mais por que postergar o ingresso do Brasil no século XIX.

O movimento republicano paulista organizou-se a partir de tensões entre conservadores partidários da centralização e liberais favoráveis à descentralização ainda no primeiro império. (CASALECCHI, *O Partido Republicano Paulista*, p. 37/8) Sua principal bandeira foi o trabalho livre e a autonomia provincial conjugada à manutenção da unidade nacional sob o regime republicano federativo ao invés da centralização monárquica. (*Ibidem*, p. 42) Em 1873, grandes cafeicultores do interior, prestamistas da capital e das principais zonas agrícolas do interior – ao redor de Campinas, Itu, Sorocaba, Mogi Mirim e Piracicaba – republicanos de perfil “girondino”, fundaram o PRP pela liberdade de negociar diretamente com os grandes bancos estrangeiros os empréstimos necessários à administração de seus compromissos com exterior. (*Ibidem*, p. 49/50) Durante o primeiro surto econômico da “segunda revolução industrial”,⁶⁴ o PRP igualmente aglutinou interesses de outros proprietários e profissionais liberais da província pela organização no país de uma instituição que o adequasse ao avanço capitalista na Europa e Estados Unidos. Após a convenção que definiu os objetivos e as estratégias do partido, seus filiados decidiram criar um jornal para os difundir. Após o *Correio Paulistano*, fundado na capital em 1872, Rangel Pestana, Campos Salles, Francisco Glicério e outros fundaram em 1875 *A Província de São Paulo*, depois de 1889, *O Estado de São Paulo* (OESP). Periódico “moderno”, divulgava em suas páginas positivismo e evolucionismo, associando o que se considerava ciência e modernidade nos meios intelectuais da elite. (SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, p. 32) Mas, décadas depois, OESP adotaria postura oposta, aglutinando em seu corpo de colaboradores vários intelectuais atuantes no DC.

Atividade de longa carência (um cafeeiro leva em média cinco anos para se tornar produtivo), a cafeicultura era de fato negócio para uma oligarquia de “barões” que tinham como contrair vultuosos empréstimos necessários para sua manutenção nesse período. E seu envolvimento com grandes bancos deu-se na afirmação do capitalismo financeiro, colocando a economia brasileira em níveis inéditos de dependência internacional, transformando sua administração numa tarefa de elevado

⁶⁴ Que durou até a I Guerra Mundial.

risco e difícil sem a intercessão do Estado. Assim, a crença difundida entre os fazendeiros que a instabilidade do país traria insegurança à cafeicultura levou os perrepipistas a se aferrarem aos princípios do legalismo e da autoridade inquestionável. (LOVE, *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira*, p. 1975:58, 66) Essa convicção era alimentada reciprocamente pelo intercâmbio que se estabeleceu entre eles, OESP e a Faculdade de Direito de São Paulo, ante-câmara privilegiada da vida pública no país, pólo irradiador de um “liberalismo conservador” bonapartista e *snob*, em que o conceito de liberdade condiciona-se ao de manutenção de uma ordem elitista e anti-popular.⁶⁵

Os republicanos do PRP tomaram por modelo a ala conservadora, girondina, do Partido Republicano Francês (PRF) de Léon Gambetta, para quem o compromisso político fundamental de um governo republicano era manter a ordem e proteger os interesses estabelecidos.⁶⁶ (*Ibidem.*, p. 151) Esse compromisso permitiu à cafeicultura ser habilmente administrada em complexas manobras financeiras por fazendeiros detentores da totalidade dos cargos nos três poderes e que atuavam como estadistas. E, para melhor fazê-lo, os fazendeiros do PRP organizaram e impuseram em 1906 o programa de valorização do café,⁶⁷ (FAUSTO, *Expansão do café e política cafeeira*, 1975:213/6) causando irritação nos mercados consumidores, ressentimento nos liberais clássicos e em outras lideranças regionais brasileiras, (*Ibidem.*, p. 219, 222, 236/7) provocando as primeiras fissuras consideráveis na unidade republicana no país.

Mas o PRP não defendeu unicamente a cafeicultura. A diversificação em toda a economia praticada por muitos de seus filiados, levou o partido a advogar em nome de

⁶⁵ Ver SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 181.

⁶⁶ Primeiro-ministro de 1881 a 1882, Gambetta foi republicano, anti-monarquista, anti-clerical e nacionalista. Defendia os interesses estabelecidos visando nacionalizar os recursos econômicos da França.

⁶⁷ Concebida e executada em 1906 pelo presidente do estado de São Paulo Jorge Tibiriçá, a valorização consistiu em cobrar de cada produtor uma pequena taxa sobre a saca de café, cujo montante cobriria as despesas de compra, estocagem e distribuição do produto nos mercados consumidores numa situação artificial de escassez, mantendo o preço em permanente alta, garantindo, no final, o poder de compra dos cafeicultores e estimulando “por cima” a expansão industrial paulista. Pelo acordo de Taubaté, os cafeicultores mineiros também se beneficiaram com ela, interpretada por Celso Furtado como “a socialização das perdas”. FURTADO, *Formação Econômica do Brasil*, p. 96.

outras lavouras e da incipiente indústria. De fato, um dos mais proeminentes entre os fundadores do PRP foi Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917), engenheiro e industrial itano, do seio da elite agrária paulista do século XIX, mas que via em instituições coloniais e imperiais como a escravidão, entraves ao desenvolvimento econômico e à formação no Brasil de uma sociedade afluenta.⁶⁸ No cerne de seu projeto político encontra-se a idéia da educação para o trabalho e para ele, a solução dos problemas sociais brasileiros exigia desenvolver uma sólida cultura científica e tecnológica a qual, conjugada à ideologia republicana, fundamentaria o desenvolvimento industrial, eliminando o descompasso entre progresso material e moral: em seu entender, a total substituição de importações era uma questão de tempo. (*Ibidem.*, p. 17, 59) Para tanto, o deputado estadual Paula Souza propôs em 1893 a lei que no ano seguinte criou a Escola Politécnica de São Paulo para preparar engenheiros aptos a responder às demandas da indústria paulista em formação. (*Ibidem.*, p. 32, 113)

Diferente da Politécnica do Rio de Janeiro, organizada sob influência da francesa, a de São Paulo foi criada e desenvolvida segundo o modelo de Zurique onde estudara seu fundador. Infensa à influência do positivismo, Paula Souza a organizou comprometida com um projeto nacionalista e promotor da afluência, aberta à inclusão em seu corpo docente de professores de outras instituições ou estrangeiros, fato que contrasta com o sistema “familiar” ou “por painéis” (MICELI, *op.cit.*, p. xx), num contexto em que a afluência se generalizava por conta da imigração e da riqueza agrícola alimentando um indústria que aos poucos se impunha. De fato, a história da Politécnica de São Paulo é a enumeração de cursos sistematicamente instituídos para vencer as sucessivas etapas do processo de industrialização e substituição de importações. (SANTOS, *Escola Politécnica*, p. 137/233)

Nessa época, São Paulo foi cenário de iniciativas inovadoras na educação e pesquisa científica visando disponibilizar ensino público universal e gratuito para a

⁶⁸ Filho de um médico, Paula Souza era de uma família poderosa e influente, precoce na defesa da independência, da construção de ferrovias e da fim da escravatura. Estudante da Politécnica de Zurique e, depois, de Karlsruhe, onde se formou, Paula Souza entendia que somente o federalismo, o trabalho livre e a educação profissional fariam o Brasil se desenvolver como os Estados Unidos deixando de depender do exterior. Casou-se com a filha do revolucionário alemão de 1848 Georg Herwegh e, ao voltar para o Brasil, trabalhou na implantação de ferrovias e redes de água e esgotos em Santos e cidades do interior paulista. (SANTOS, *Escola Politécnica*, p. 27-33).

população que começava a se aglomerar na cidade e fornecer à emergente indústria paulista *know-how* para concorrer com a manufatura importada no atendimento das demandas desse mercado interno embrionário. Entre elas destacaram-se a Escola Normal e o Instituto Biológico, a reforma do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e a criação da Escola de Engenharia do Mackenzie (1896), a fundação do Instituto Butantã (1899), após a reforma do ensino estadual promovida pelo secretário Sampaio Dória em 1892, seguida da construção de vários estabelecimentos por todo o interior do estado. (MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p.1/2, n.2)

Mas se a criação da Politécnica atendeu aos ideais da indústria e da tecnologia, o Liceu de Artes e Ofícios (LAO) de São Paulo assumiu a produção de bens de luxo, perpetuando os valores artísticos e estéticos de uma aristocracia abalada pela invasão da cena pública pelo povo. Anterior à Politécnica, o LAO resultou de iniciativas da Sociedade Propagadora de Instrução Popular (SPIP) e das diretrizes de Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1850-1928). (BELLUZZO:105, 111) A SPIP nasceu para “qualificar o incipiente proletariado de São Paulo”. (*Ibidem.*, p. 103) Além de “subentender uma aliança entre a aristocracia e o povo”, (*ibid.*) encarnaria “ideais igualitários que se expressam na disposição de ‘democratizar a ciência, pondo-a ao alcance da pobreza (...)’ ”.⁶⁹ Desejava “preparar cidadãos úteis à sociedade” iniciando-os nas “artes utilitárias”, no caso, mão-de-obra qualificada e barata para produzir luxo arquitetônico e ornamentação profusa para particulares e para o Estado, à maneira dos antigos regimes,⁷⁰ prática então sob violenta crítica do modernista radical Adolf Loos, (*Ibidem.*, p. 44) para quem era criminoso mobilizar esforço humano para executar detalhes complexos de grandes dimensões e nenhuma serventia prática.

Em 1883, a SPIP tornou-se o LAO e disputou o proletariado de São Paulo para seu projeto de civilização com “elevação moral” do povo (*Ibidem.*, p. 105) expressamente distinto do proposto pela Politécnica, (*Ibidem.*, p. 121) o qual explorava o trabalho *blue collar*, “alienado”, para substituir as importações e promover a afluência. O LAO teve sua “era de ouro” entre 1900 e 1930, quando se tornou referência

⁶⁹ Citação do conselheiro Martim Francisco. (*ibid*, p. (?).)

⁷⁰ “(...) Isso quer dizer que enquanto o artífice-aprendiz já ia conhecendo o conjunto da seção, cada artífice-operário já era um especialista. A rigor, ambos não passavam de horistas remunerados, operando no regime das oficinas; (...)”. (BELLUZZO, p. 125)

em artes aplicadas para todo o país. (*Ibidem.*, p. 111) Valeu-se do imbatível monopólio que o escritório de Ramos de Azevedo exerceu sobre a construção civil em São Paulo no auge do café, executando obras em praticamente todos os edifícios públicos e da grande burguesia da cidade,⁷¹ da ornamentação e detalhamento ao mobiliário e à tubulação, (*Ibidem.*, p. 116, 389/492) garantindo formação profissional e emprego numa indústria de luxo obtendo em troca reconhecimento e a adesão do estamento dos “artistas-operários” aos projetos aristocráticos de poder de seus mentores em oposição ao trabalho “maldito” e alienado *blue collar* da indústria jacobina e republicana da proposta politécnica, a ponto de o LAO ser visto como “um feudo monárquico” tendo perdido “o apoio oficial que merecera na monarquia, chegando a uma situação tal que um relatório datado de 1894 afirma estar prestes a ser fechada”. (*Ibidem.*, p. 105) A ideologia que presidiu o projeto aristocrático do LAO deixou “o escol da sociedade paulista daquela época”⁷² constitucional-liberal e simpático à orientação “positivista” de valorizar a cultura para a formação de bons cidadãos, (*Ibidem.*, p. 102) concorrendo para isso um pastiche de idéias românticas, pré-modernas, socialistas utópicas (*Ibidem.*, p. 40) e ultramontanas que visavam, em última análise, reconciliar o povo com a aristocracia em meio ao jacobismo exacerbado do novo regime. De fato, repercutindo as diretrizes da *Rerum Novarum*, o LAO passou a “irradiar uma moral do culto ao trabalho, de valorização de seu momento executivo sob a forma coletiva e cooperativa”, (*Ibidem.*, p. 125) antítese da atividade *blue collar*, viga mestra da “elevação moral [do povo] pelo trabalho” (*Ibidem.*, p. 105) necessária à sobrevivência da aristocracia durante o maior choque de modernização até então sofrido pelo país.

Em meio ao processo de modernização alimentado pela cafeicultura, formaram-se, sobretudo ao longo do eixo Rio-São Paulo, burguesias, classes médias e um proletariado urbano que começavam a reivindicar medidas modernizantes. Esses setores sociais, sob pressão da economia mundial que compelia o Brasil a avançar, aproximaram o país da esfera de influência dos Estados Unidos. (BANDEIRA, *Presença dos EUA no Brasil*, p. 120/8) E a transição da hegemonia européia para a norte-americana sobre o país não foi tranqüila, como o mostrou a confusão política e

⁷¹ “(...) A feição eclética da cidade de São Paulo é em grande parte esboçada pelo escritório [de Ramos de Azevedo] e realizada pela escola [o LAO]. (*id.*, p. 115)

⁷² Ricardo Severo *In*: BELLUZZO, p. 102.

econômica que se seguiram a instalação da república com o Encilhamento⁷³ e a guerra civil entre monarquistas e republicanos (1891-1893) decidida a ferro e fogo por Floriano Peixoto, (*Ibidem.*, p. 142/3, 145) o episódio da “Ilusão Americana” (*Ibidem.*, p. 146/50) e o extermínio do arraial de Canudos.⁷⁴

Na transição de hegemonia econômica e cultural da Europa para a América do Norte, iniciou-se a inversão da sociedade brasileira, de rural para urbana. O Brasil envolveu-se com os Estados Unidos na passagem da fase concorrencial para a monopolista do capitalismo, quando recrudescceu a disputa colonial e o desenvolvimento tecnológico concentrou e monopolizou capitais em trustes e cartéis com matrizes nas potências centrais doravante exportadoras de capital e tecnologia. Assim, foi decisiva a vinda para o Brasil da Light, que, a pretexto de operar os bondes elétricos na capital paulista e no Rio de Janeiro, dividiu a oligarquia de São Paulo e mudou a face do país.

Constituída no Canadá em 1899 a partir de uma concessão do governo paulista para a operação do primeiro serviço de bondes elétricos na capital, a *The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd.* habilitou-se em 1901 para também produzir e distribuir eletricidade. Como as concessionárias de serviços públicos que pululavam nas periferias do sistema, a Light passou a aspirar também ao monopólio dos serviços de eletricidade, gás e telefone, desentendendo-se com interesses estabelecidos na cidade, aí avultando os da família do prefeito Antônio Prado.⁷⁵ (ELETROPAULO, 1986:9) E em pouco mais de dez anos em São Paulo, a Light eliminou todos os concorrentes na produção de eletricidade e passou a exercer o virtual monopólio do abastecimento de

⁷³ Surto de emissão de moeda sem lastro e papéis sem valor de empresas-fantasma promovido por Rui Barbosa que visou (...) arrancar o Brasil do atoleiro pré-capitalista e equipará-lo aos Estados Unidos ainda que por simples mimetismo. (BANDEIRA, *op. cit.*, p. 134)

⁷⁴ “(...) os legionários da República eram também os sub-rogados do jacobinismo florianista, e não apenas com figura de linguagem: basta lembrar que Moreira César, cuja morte desencadeou a verdadeira onda repressiva contra Canudos, fora o responsável pelas espantosas violências punitivas do Desterro contra os revolucionários de 1893.” (MARTINS, *A gênese de uma intelligentsia*, VI, p. 3)

⁷⁵ O prefeito Antônio Prado era o homem mais poderoso de São Paulo. Chefe de um clã poderosíssimo que centralizava vultuosos interesses agrários, comerciais e industriais, fora conselheiro do império e teve papel de destaque na transição da monarquia para a república. Nunca foi republicano, não tendo jamais aderido ao PRP e acabou fundando o PD em 1926.

água, indispondo-se de vez com importantes lideranças paulistas. (*Ibidem.*, p. 7, 16/8) Assim, a associação de interesses entre a burguesia local e a estrangeira, bem como a fome da *Light* por concessões e monopólios, dividiram os grupos hegemônicos locais, parte solidarizando-se, parte hostilizando-se com ela. Sua agressividade e a total falta de escrúpulos na defesa de seus interesses motivaram críticas à “modernização” ao tomarem-na como sinônimo da atuação da empresa e que daí por diante se tornaram freqüentes. Rapidamente, o “polvo”, como a *Light* foi apelidada, arregimentou e alocou em seus escalões superiores muitos profissionais locais, sobretudo advogados e engenheiros nascidos nas famílias da oligarquia.

As primeiras fábricas de porte se instalarem em São Paulo foram tecelagens transferidas de Itu em 1880.⁷⁶ Por volta de 1910, São Paulo já demandava eletricidade em grande quantidade e quando a usina de Parnaíba atingiu sua máxima capacidade de geração em 1912, a *Light* desdobrou seus interesses em São Paulo e no Brasil, constituindo a *Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd.* (SAES, *op. cit.*, p. 23; T. SZMRESCSÁNYI, *Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil*, p.134) Iniciou-se a longa decadência dos serviços de transportes e tornou-se cada vez maior seu interesse pela produção de eletricidade sobretudo para atender à crescente demanda industrial. Decisivo nesse sentido foi o apoio da empresa a Washington Luís Pereira de Souza em sua eleição para a prefeitura paulistana em 1913. Além de patrono dos transportes rodoviários, Washington Luís foi um importante líder protecionista e dos mais influentes modernizadores da sociedade brasileira “dentro da ordem”. O primeiro no Brasil a manipular as massas urbanas “encantando-as” com o que a modernidade tinha de mais espetacular, brindava-as com o “circo motorizado” do século XX em forma de desfiles de automóveis e exibições aéreas. (SEVCENKO, *op. cit.*, p. 79) E ele encarnou como poucos o paradoxo de modernizar “pelo alto” ao se investir como mecenas da Semana de Arte Moderna (*Ibidem.*, p. 132) e ser o governador de São Paulo que controlou com a força máxima da lei os movimentos da sociedade, sobretudo para dissuadir os trabalhadores da agitação política e reprimir a criminalidade comum, que profissionalizou a polícia civil de São Paulo retirando-a do controle dos “coronéis” do interior, (LOVE, *op. cit.*, p. 175, 178) contratou a *Gendarmerie* para reorganizar a Força Pública do estado (*Ibidem.*, p. 165) e manteve a população da capital refém ao

⁷⁶ De propriedade do coronel Diogo Antônio de Barros e Luís Anhaia Mello.

mandar bombardeá-la a esmo para desalojar as tropas do general Isidoro Dias Lopes que o expulsaram de São Paulo a 5 de julho de 1924.

Em várias oportunidades, Washington Luís conclamou os pares a aproveitarem os *choques adversos* na economia exportadora para intensificar a produção industrial, sendo por isso apoiado pela Light. Essa comunhão de interesses amadureceu nos anos 20, quando a empresa teve como mais poderoso e influente “advogado” o então governador Carlos de Campos, sucessor de Washington Luís, apoiado pela facção industrialista dominante no PRP. (*Ibidem*, p. 164; CASALECCHI, *op. cit.*, p. 159, 167) Essa união consumou-se com as obras da usina hidroelétrica de Cubatão, que, uma vez executada, forneceu a eletricidade que viabilizou a industrialização pesada de São Paulo, na baixada Santista e no ABC, permitindo o desenvolvimentismo dos anos 50. E, contrário à valorização, Washington Luís defendeu mudanças no setor cafeeiro exportador. Propôs uma espécie de “reforma agrária” em grandes fazendas, sobretudo naquelas com o solo mais esgotado, para aumentar o número de proprietários rurais, (*Ibidem*., p. 156/7) base de seu ideal de sociedade moderna, harmoniosa e sem conflitos sociais. E durante as anos 20, os interesses dos Estados Unidos aportaram definitivamente na economia brasileira, (BANDEIRA, *op. cit.*, p. :214) a cidade de São Paulo em particular tornando-se endereço de grandes sociedades anônimas norte-americanas, renovando a inserção no país nos circuitos do capital financeiro monopolista. (DEAN, *A industrialização durante a República Velha*, p.273)

Apesar das oscilações nos preços do café nas primeiras décadas do século XX dificultando a acumulação de capital industrial, (*Ibidem*., p. 280/1) a industrialização em São Paulo já era irreversível no início dos anos 20, tendo na presidência de Epitácio Pessoa conseguido resistir à ofensiva anti-protecionista que partiu do próprio governo. (LUZ, *op. cit.*, p. 191/2) E, em meio a sucessivas crises que eclodiram nessa década no estado de São Paulo, em particular, a da valorização, do monopólio político dos cafeicultores (CASALECCHI, *op. cit.*, p. 154, 163/4; LOVE, *op. cit.*, p. 1975:57/9) e da fraude eleitoral, esta, a mais grave acusação contra o PRP, (PRADO, *A democracia ilustrada*, p.37, 39, 60/1)⁷⁷ os perrepistas chocaram-se com os interesses agrários

⁷⁷ A disposição de correligionários de Washington Luís de vencer as eleições estaduais de 1924 a qualquer custo levou a uma onda de fraudes eleitorais sem precedentes, provocando o efeito adverso de aglutinar a

tradicionais, que exigiam medidas efetivas de provisão de mão-de-obra e não transigiam com “medidas artificiais” como a industrialização, motivo pelo qual clivaram o partido.⁷⁸

No início de 1926, liberais reunidos na casa de Antônio Prado fundaram o Partido Democrático (PD) para lutar pelo voto secreto e por eleições honestas, o único meio capaz, imaginavam, de acabar com a hegemonia do PRP. (LOVE, *op. cit.*, p. 165) De fato, o PD surgiu para reformar os “costumes” políticos em São Paulo e, posteriormente, no país, e teve como antecedente mais significativo a Liga Nacionalista, organização autoritária surgida durante a I Guerra para mobilizar a juventude de elite em torno da defesa dos “valores da nacionalidade”, em meio ao caos ideológico motivado pelo clima beligerante, pelas agitações dos trabalhadores *blue collar* e pela revolução soviética.⁷⁹ (LOVE, *op. cit.*, p. 108)

Entre os fundadores do PD, havia uma maioria de bacharéis, banqueiros e cafeicultores favoráveis à valorização e avessos ao protecionismo, como Paulo de Moraes Barros, José Adriano Marrey Júnior, Fábio Prado, Joaquim Cardoso de Mello, José Maria Whitaker e o engenheiro-arquiteto Luís Inácio Romeiro de Anhaia Mello, nomes que desempenhariam papéis importantes na política paulista e paulistana da derrubada de Washington Luís à imposição do Estado Novo. Humanistas católicos e simpáticos à ideologia do LAO, procuravam manter os trabalhadores e suas famílias afastados tanto da esquerda quanto do populismo do PRP, que acenava-lhes com a

oposição que ergueu a bandeira do combate à politicagem, numa prévia das situação que levaria a sua deposição em 1930 (ver LOVE, *São Paulo: a locomotiva da nação*. P. 160-5, 171- 3, 210-2)

⁷⁸ Antônio Prado e Washington Luís se indispuseram irreconciliavelmente depois que este vetou parte de um acordo de imigração firmado pelo primeiro com a Itália, a “Convenção de Ouchy”. Segundo seus termos, os fazendeiros paulistas, em troca da subvenção para a “importação” de mão-de-obra, aceitava algumas exigências do governo italiano, como a dupla nacionalidade dos trabalhadores, educação na condição de súditos italianos e a sujeição à jurisdição italiana, cláusulas que Washington Luís considerou atentatórias à soberania nacional. (PRADO, P. 23-4; CASALLECCHI, *O Partido Republicano Paulista*. P. 59)

⁷⁹ (...) *A composição social do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista revela a predominância da fração intelectual, incluindo os diretores das faculdades de medicina, direito e da escola politécnica. A Liga constitui o prelúdio da oposição democrática, pelo menos no que diz respeito aos principais tópicos de sua plataforma e à posição social de sua cúpula e do público que pretendia mobilizar.* (MICELLI:6/7. n.10)

afluência para impor seus projetos modernizantes e que os motivou quase uma década depois a criar o DC. Seu porta-voz era OESP, cujo conselho editorial forneceu nomes de peso na agremiação: Júlio de Mesquita Filho, proprietário; seu genro Armando de Salles Oliveira, governador do estado entre 1934 e 1937 e candidato à presidência na eleição de 1938 abortada pelo Estado Novo; os jornalistas Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto e o influente Paulo Duarte, mentor do DC, personagem ambíguo, como se verá, que oscilava no espectro ideológico para combater tudo o que lhe evocasse o PRP e seus projetos de “modernização” populista da sociedade.

Vários autores identificaram um papel retrógrado que o PD teria desempenhado nessa época crítica em que o país lutou de forma quase fratricida contra e a favor da ruptura com a dependência do mercado externo e dos centros do capitalismo, para construir uma sociedade civil autônoma e modernizá-lo enquanto isso ainda fosse possível. Para Edgard Carone, o PD tratou-se de uma “dissidência oligárquica” ligada ao “café e a diversas categorias da burguesia urbana” agindo sob uma perspectiva “conservadora, legalista e evolucionista” de “caráter arcaico e vacilante”.⁸⁰ Segundo Bóris Fausto, o PD foi “a força principal da corrente liberal-constitucionalista que expressou uma das tendências na luta por definir rumos da revolução nos anos trinta”, tendo por característica o “embate por reformas políticas e pelo anti-industrialismo”,⁸¹ ou como “um partido bastante reacionário, com um programa que agrupou um pacote de generalidades” constituído “para formar bases militares e, por intermédio delas, substituir o Partido Republicano Paulista” cuja ausência de vínculos com a nascente indústria “acentua seu caráter aristocrático, paulista e conservador” na análise de Plínio de Abreu Ramos.⁸²

Maria Lígia Prado defende o PD dessas “acusações” afirmando que, no caso de Carone, elas não se sustentam pois a subordinação do Instituto do Café ao PRP que levou à dissensão por ela pontada foi posterior à formação do PD, tendo sido criticada no congresso do partido em 1930 e as medidas visando mitigar os efeitos da crise de 1929 foram tomadas tanto por perrepistas quanto por democráticos; (PRADO, *op.cit.*

⁸⁰ Edgard Carone *In*: PRADO, *A democracia ilustrada*, p. 2-3. Os grifos são da autora.

⁸¹ Bóris Fausto *In*: PRADO, *id.*, p. 3-4.

⁸² Plínio de Abreu Ramos *In*: PRADO, *id.*, p. 4-5.

p.252, 256) que no caso de Bóris Fausto, elas se fundamentam unicamente no apoio dos perrepistas ao aumento nos impostos de importação para os tecidos, na posição contrária defendida pelos democráticos, (*Ibidem.*, p. 266) e na ausência de diretrizes anti-protecionistas para o café explícitas nos estatutos do partido bem como de um projeto sério que orientasse a industrialização do país. (*Ibidem* , p. 266) Mas é significativa sua afirmação, pela a qual, na opinião dos democráticos, era necessário “reprimir para aos poucos debelar, o protecionismo que, não visando o bem geral, importe o lucro de poucos com o sacrifício de todos e, conseqüentemente, defendendo, no mesmo passo, inculcando ao livre cambismo, proteção a certa classe, em verdade signifique um dos fundamentos da prosperidade no país”. (*Ibidem*, p. 268/9)

A autora esclarece, porém, que os dois partidos abrigavam representantes de ambos os setores, e que os estatutos do PD contemplavam propostas universais de apoio à agricultura, comércio e indústria por sua importância na geração da riqueza nacional. Mas, ressalva que na primeira versão do manifesto de fundação do partido, os democráticos reivindicaram exclusivamente para a lavoura “a importância a que tem direito, por sua importância na direção dos negócios”, (*Ibidem.*, p. 18) e que na versão seguinte estenderam essa primazia ao comércio e à indústria, suprimindo a expressão “e particularmente ao bem estar das classes trabalhadoras” das exigências de defesa de medidas que respondessem às demandas suscitadas pela “questão social”, bem como incluíram aí menções de defesa da independência econômica da magistratura e do magistério público. (*Ibidem.*, p. 18/9)

Todavia, a omissão do PD quanto a industrialização, protecionismo e bem estar material dos trabalhadores revelaria pelo avesso o alcance de sua visão da sociedade brasileira naquele momento crucial da história paulista. A cidade de São Paulo, que despertara do torpor colonial a partir da instalação da *São Paulo Railway* em 1867, experimentava índices explosivos de crescimento urbano e demográfico, praticamente quintuplicando sua população entre 1890 e 1900. A condição de mercado de fatores e trabalho era realimentada por seu próprio desempenho, intensificando generalizadamente todas as demandas em seu interior, de habitação popular a artigos de luxo em quantidades nada desprezíveis. Até a I Guerra Mundial, foi possível para São Paulo atender parte delas pelo comércio liberal, em que a renda da exportações importava o necessário ainda não fabricado no local. De fato, até esse momento, predominaram indústrias de bens de consumo imediato, sobretudo têxteis, vestuário,

gêneros alimentícios, bebidas e estabelecimentos de menor porte produzindo artigos de baixo valor agregado. Mas, durante o conflito, choques adversos, sobretudo a retração na demanda de café, reduziram a capacidade de importar e, por conseguinte, o estoque de divisas necessárias à manutenção das importações.

A indústria paulista valeu-se dessa conjuntura favorável transitória para diversificar suas atividades, passando a produzir outros bens até então importados, mantendo em boa medida a capacidade de atender ao conjunto das demandas. E, encerrado o conflito, a indústria tendeu a se expandir e ao entrar a década de 20, a elevação da demanda incentivou a Light a construir a usina de Cubatão atraindo as primeiras multinacionais norte-americanas que se instalaram na cidade.⁸³ Vale dizer, nos primeiros anos da década de 20, a indústria paulista já era uma realidade incontornável, que atingira importância considerável para a sobrevivência da população e para o fisco, diante do que fica difícil justificar a indiferença a ela de um grupo político poderoso que almejava a hegemonia sobre a sociedade como PD. A partir disso, poderia se inferir que o PD encarnou a resistência à industrialização promovida pelo PRP, cuja ação minava seu *status*, e que, por sua vez, respondia aviltando a representação política para se perpetuar no Executivo assegurando a continuidade de suas práticas à medida em que o avanço da urbanização intensificava a tensão entre interesses agrários e industriais. Cabe lembrar, no entanto, que a tenaz aderência do PRP ao Executivo, o sumo desaforo para o PD, contra a qual propugnava pelo voto secreto e eleições limpas, foi institucionalizada na presidência de Campos Salles (1898-1902). Nessa ocasião, o partido celebrou o fastígio da defesa oficial da cafeicultura, o respeito aos princípios liberais e à divisão internacional do trabalho, e os fazendeiros paulistas selaram com os republicanos mineiros o pacto do “café-com-leite”, a política dos governadores e organizaram a Comissão Verificadora de Poderes,⁸⁴ medidas que, perpetuando do PRP no Executivo a princípio, ironicamente o tornou irremovível à medida que sua facção dominante aprofundava-se na industrialização.

⁸³ Entre elas, pesos pesados como a Ford, General Motors, International Harvester, Atlantic (petróleo), Firestone, Armour, Anderson Clayton, Universal Pictures, Metro Goldwyn Meyer, Pan American Airways e outras. (BANDEIRA, *op. cit.*, p. 214)

⁸⁴ Pela qual um candidato eleito só era diplomado com seu aval, tornando impossível a opositores ocupar algum cargo eletivo.

O PD surgiu contra a disposição de seus opositores de se manterem no Executivo por meio de expedientes que passaram a considerar ilegais como o voto a descoberto e a Comissão Verificadora de Poderes. Todavia, aquém da grita dos democráticos contra a corrupção eleitoral, há o fato de combaterem o PRP porque este está definitivamente disposto a romper com os interesses estabelecidos da cafeicultura, postura comungada por alguém fora de seus padrões como Arthur Bernardes, nacionalista convicto que enfrentou liberalismo ao tratar, por exemplo, do minério de ferro, e, posteriormente, por Washington Luís, com relação à valorização e à proteção da indústria nacional. De fato, em sua presidência, Bernardes (1921-1926) se opôs à política habitual de desvalorização da moeda, que fazia uma libra esterlina “render mais” mil-réis para o cafeicultor que pagava seus empregados com moeda inflacionada, mantendo-os na penúria apesar do crescimento das exportações, e à campanha de valorização, (LOVE, *op. cit.*, p. 162) a “socialização das perdas” segundo Celso Furtado, que empobrecia ainda mais o trabalhador. Por sua vez, Washington Luís (1926-1930) e seu ministro da Fazenda Getúlio Vargas pretendiam estabilizar o mil-réis impondo que as reservas de ouro antes servissem de lastro ao mil-réis e como divisas necessárias à expansão da indústria do que para bancar a valorização, (LUZ, *op. cit.*, p. 199) fatos que o indispuseram com os exportadores do PD.

E o cisma entre interesses agrários e industriais consumou-se no PRP com os representantes do setor fabril se desligando em 1928 da Associação Comercial de São Paulo, onde o PD predominava, para fundar o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e defender organizadamente seus interesses. Segundo Nícia Vilela Luz, a fundação do CIESP revelou o mais consistente mentor da política industrial brasileira, Roberto Simonsen, (*Ibidem*, p. 155) levando à prática o que o fundador da Politécnica havia postulado quanto ao papel do setor secundário na independência econômica do país.

Natural do Rio de Janeiro, Simonsen recebeu sua formação em São Paulo diplomando-se em engenharia civil pela Politécnica. Instalou-se em Santos, onde participou das obras de ampliação do porto.⁸⁵ Em 1928, com Jorge Street, Francisco

⁸⁵ Nos anos 20, seu escritório foi encarregado pelo Exército de projetar e executar 30 quartéis em várias cidades brasileiras, motivo pelo qual, após derrubada de Washington Luís, Simonsen foi alvo de uma CPI instaurada pelos “revolucionários” democráticos, que, no entanto, nada encontrou que o incriminasse.

Maratazzo, José Ermírio de Moraes, Basílio Jafet, Horácio Lafer e outros empresários, fundou o CIESP, antecessor da FIESP. A justificativa que orientou suas propostas para o setor fabril foi a “função social da indústria”, pela qual procurava “reconciliar a indústria com os interesses nacionais e estrangeiros e reintegrá-la na sociedade brasileira, harmonizando capital e trabalho”.(ibid.) Simonsen nunca foi fazendeiro, mas reconhecia o papel do setor primário, do capital estrangeiro e do bem estar do trabalhador na realização do que considerava a independência econômica plena do país, cuja ausência, em seu entendera, comprometeria a própria soberania. Em suma, seu projeto de industrialização visou permitir ao trabalhador brasileiro um padrão de consumo mais elevado que aquele no qual a agro-exportação e sua política cambial o mantinham, criando, enfim, condições para a consecução efetiva no país de ideais jacobinos do século XVIII, voltando o parque fabril para o mercado interno, para tanto reclamando medidas protecionistas com objetivos sociais opostos aos da valorização.

Nesses termos, tornou-se impossível reconciliar com o PD e, uma vez que o PRP, alegavam os democráticos, não abria mão da fraude eleitoral para se manter no poder e modernizar a sociedade – para eles “populismo” – só lhes restou “considerar estratégias revolucionárias” (LOVE, *op. cit.*, p. 165/7) para apeá-los do Executivo, retomar a proteção a seus agro-negócios de exportação e continuar consumindo a produção do LAO a despeito da multidão de mendigos que tomou conta da capital paulista após o *crack* de 1929. Como se sabe, a gota d’água foi a tentativa de Washington Luís impor seu candidato à sucessão em 1930, Júlio Prestes, e “vencê-las” em clima de suspeita generalizada, motivo pelo qual desagradou à frente de liberais de vários estados brasileiros, sobretudo Minas Gerais e Rio Grande do Sul, comandada por Getúlio Vargas que o derrubou em outubro desse ano. No ano seguinte, Vargas decretou a queima de milhões de sacas de café para valorizar o produto de modo mais simples do que faziam os paulistas, bem como abriu o caminho para que os democráticos, enfim, se instalassem no Executivo de São Paulo, primeiramente na Prefeitura e, depois do movimento armado de 1932, no governo do estado com Armando de Salles de Oliveira em 1934, viabilizando o DC.

À primeira vista indiferente a questões culturais (a maioria de seus membros irritava-se com elas), o PRP tinha poucos trunfos nessa área. (SCHWARTMAN, BOMENY e COSTA, *op. cit.*, p. 384) Um deles e o mais notável foi o adido comercial do governo Washington Luís em Nova York, José Bento de Monteiro Lobato (1882-1948). Ganhou

notoriedade na década de 1910 com seus romances *Urupês*, que descreve a situação do caboclo doente e alheio à riqueza da cafeicultura, e *Cidades Mortas*, que retrata a decadência das regiões cafeeiras abandonadas do vale do Paraíba. Vivendo na pele a transição do vale para o do oeste paulista, Monteiro Lobato anteviu por onde passava o que entendia ser a remissão social do homem pobre de seu tempo, sua inclusão na afluência que começava a ser organizada no país, sobretudo nas grandes cidades. Começando como fazendeiro e promotor público em sua Taubaté natal, Monteiro Lobato procurou modernizar seu estabelecimento agrícola para recuperá-lo economicamente e promover socialmente seus trabalhadores. Fracassando, abandonou as atividades rurais e entendeu que a remissão do país e do povo passava por uma profunda transformação em seu modo de observar e interpretar, para, a partir daí, propor alternativas e trabalhar para as viabilizar não necessariamente de dentro do Estado. Convenceu-se que isso passava pela construção da sociedade civil ainda inexistente no Brasil, embora sem noção desse termo, e tratou de diagnosticar os males econômicos, sociais e culturais do país e concluiu pela atuação como promotor econômico, como empresário, para, aí sim, chegar a um país em seu entender moderno e soberano.

Sua atuação tomou a forma de um movimento cultural implícito, traduzido numa literatura de fundo social e “regional”, cujo objetivo era trazer o país, em particular a zona rural, e seus problemas às vistas do observador urbano capitalista progressista, motivando cada um a cumprir sua parte na tarefa de transformar. A literatura social de Monteiro Lobato, contém um traço regionalista peculiar, cujo viés político que o define é a revolução burguesa, a luta pelo desenvolvimento do país por uma classe média ativa e culta ao mesmo tempo, capaz de fazer superar todos os preconceitos contra os homens pobres despossuídos de todas as etnias, quando a “americanização” do Brasil coincidia com a emergência econômica de São Paulo. Além disso, por suas próprias origens, formação e sensibilidade, seu desligamento, e mesmo hostilidade à corrente estética *soi disant* “de vanguarda” do período o afastaram dos principais promotores da Semana de Arte Moderna de 1922, da qual o DC é considerado um desdobramento.

Para ele, o exemplo de Henry Ford representava a solução definitiva para a erradicação da miséria da face da terra e do Brasil. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, *Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia*, p. 205) Sua crença no alcance ideológico do fordismo o motivou a divulgá-lo no país como tradutor e articulista.

(*Ibidem.*, p. 205/6) Isso fazia Monteiro Lobato mais “perrepista”, “girondino”, alinhando-se aos adversários da valorização, da imigração subsidiada e da luta por “eleições limpas”. Foi adido comercial nos Estados Unidos, paradigma da sociedade afluyente e meca do empreendedorismo privado, anátemas para o PD e a clientela “humanista” do LAO. Monteiro Lobato seria a antítese do esquema aristocrático das “famílias” patronas do “modernismo” paulistano de 22. Alheio ao grupo cultural dominante, das fazendas, saraus, salões e repartições, “militou” fora do Estado, na iniciativa privada, como empresário no setor editorial, de onde tinha consciência de ser tão influente quanto seus colegas de dentro do poder.

Monteiro Lobato seria o antípoda dos intelectuais e das propostas do DC: enquanto estes propuseram uma sofisticada tutela cultural da gente simples de São Paulo, de forma a preservá-la dos “males” da modernidade para enquadrá-la no “estamento artístico” produtor de luxo para a oligarquia, tendo proposto o que a modernização teria de mais avançado, a independência intelectual, estimulando no povo por meio de uma literatura de e alta receptividade entre o público infantil, dosando entendimento e senso crítico para formar o cidadão jacobino perfeito, o qual, mais do que o “artista-operário”, selecionaria o melhor dos mundos antigo e contemporâneo, realizando a síntese que o levaria a si e à coletividade a uma realidade efetivamente moderna, a uma sociedade civil madura, verdadeiramente “ocidental”, capaz de conduzir com lucidez a imposição de limites à propriedade privada e o desenvolvimento da afluência, impedindo-a de degenerar em consumismo, removendo os excessos do sistema; para o realizar de fora do Estado, “por baixo”, varrendo definitivamente do horizonte político a volta da patrimonialização da sociedade e do despotismo aristocrático, a custo questionados e banidos a partir do século XVIII, do qual trataremos no capítulo final deste trabalho.

CAPÍTULO 2

A ação dos intelectuais no
Departamento de Cultura do
Município de São Paulo

Este capítulo trata do papel dos intelectuais atuantes no Departamento de Cultura (DC) da PMSP entre 1935 e 1938, sob a direção do escritor Mário de Andrade, indagando por que e para quê se propuseram a “difundir cultura” entre a população paulistana de baixa renda a partir de seu grau de envolvimento com a tarefa, relacionamento com os grupos oligárquicos hegemônicos e vínculo empregatício com o Estado, bem como o grau de autonomia frente a este enquanto formuladores e executores de políticas culturais públicas em meio à escalada autoritária no Brasil de meados dos anos 30.

Do que se observou no capítulo anterior a respeito dos impactos da modernização estrutural causados pelas revoluções científicas, econômicas e políticas dos séculos XVIII, XIX, e da reação aristocrática estamental, pergunta-se do significado dessa experiência *sui generis* e muito bem sucedida de difusão cultural pelo Estado entre uma população normalmente excluída dos benefícios e amenidades da civilização. As principais fontes para esta análise são as obras *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)* de Patrícia Tavares Raffaini (2001), e *Missionários de uma Utopia Nacional-popular: os Intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo* de Roberto Barbato Júnior (2004). Entende-se que ambas fundam-se na percepção da existência de um inovador e eficiente “departamento de cultura” junto à administração municipal e do papel original desempenhado pelos sujeitos que o animaram, um grupo de intelectuais dispostos a conter o populismo emergente “humanizando a maioria” e democratizando a “cultura”,⁸⁶ visando não só “elevar o nível geral da população”, mas também “construir uma nação” por meio da “cultura independente da política” numa época irresistivelmente autoritária,⁸⁷ resolvendo o dilema da modernização artística no Brasil atraindo

⁸⁶ A cultura vista como ornamento legitimador do poder “prussiano” tradicional. Essa denominação empregada por Barbato Jr. é uma analogia com a orientação política da industrialização alemã na segunda metade do século XIX, conduzida autoritariamente e “pelo alto” pelos latifundiários *junkers* prussianos em aliança com os industriais e com o apoio de grandes centros tecnológicos universitários, respondendo a demandas de perfil populista como as da social-democracia alemã.

⁸⁷ Não se deterá aqui em questões relativas ao populismo, ao autoritarismo, sua natureza e práticas no Brasil durante a era Vargas. Entende-se-o em situação relativamente “democrática”, quase “anti-populista”, entre 1930 até a instauração do Estado Novo, quando a disputa pelo favor popular dá lugar à satisfação

(...) o consumidor de elite para o valor das produções populares (...).⁸⁸

Far-se-ia da classe operária brasileira um estamento produtor de arte decorativa para uma elite “cult”, alternativa meio artesanal, meio industrial, ao trabalho das fábricas do capitalismo industrial, que avançava sobre as estruturas corporativas, resgatando o trabalhador da proletarização transformando-o em “artista-operário”, socialmente seguro, realizado profissionalmente, produzindo luxo em regime de monopólio pela elite e Estado capazes de comprar a produção do Liceu de Artes e Ofícios (LAO). Isso asseguraria a adesão popular ao projeto de país para o século XX da fração aristocrática da oligarquia. Para que o povo não “invadisse” os espaços políticos oligárquicos, o equivalente a atentar contra a propriedade privada, “resguardavam-no” da modernização desagregadora da herança colonial tutelando-o culturalmente, conduzindo-os ao “estamento artístico” para superar a luta de classes. Acrescente-se aqui o fato de toda oligarquia paulista – jacobina, girondina e aristocrata – o governo do estado e suas repartições comporem a clientela do LAO, e os resultados positivos do trabalho da entidade a qualificaram para fornecer o modelo de acordo entre a aristocracia e o povo que deveria predominar no país daquele momento em diante ao invés do trabalho alienado fabril, numa das conjunturas políticas mais desfavoráveis às classes proprietárias, durante a invasão da cena pública urbana pelo povo no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Como o papel dos intelectuais atuantes no DC se relacionou com o contexto em que se inseriram, dele derivando os motivos que levaram à instituição do organismo e o que se esperava de seus animadores? O que fez com que se impusesse aos quadros dirigentes do município a necessidade de se difundir amplamente “cultura” junto à população pobre, demandando para isso a liderança do mais renomado modernista de 1922? Para que se encaminhem essas questões, uma pista estaria, pelo capítulo anterior, numa das formas de reação à modernização da sociedade e das relações de trabalho decorrentes das transformações generalizadas que acompanharam a invasão da cena

oficial de suas demandas sob um regime autoritário, considerado por seus críticos o “populismo propriamente dito”, ativo até 1945 e que se prolongou até 1964.

⁸⁸ Joan Dassin In: BARBATO JR., *Missionários de uma nova utopia*, p. 162.

pública pelas massas urbanas tradicionalmente pobres, desprovidas de voz e incapazes de interferir na realidade quando desafiaram o despotismo em fins do século XVIII.

As circunstâncias

A distribuição dos protagonistas da Revolução Francesa pelo espectro político teria se reproduzido por aqui quando o sistema colonial sobrevivente à independência, o “antigo regime” brasileiro, tornou-se insustentável em fins do século XIX. Surgiram novos atores sociais além de senhores e escravos, como a classe média urbana progressista e conservadora, jacobina ou girondina, ou os trabalhadores pouco qualificados desprovidos de direitos políticos, “*sans-coulottes*”, cuja emergência política foi contida pelos anteriores num embrião-quase-arremedo de revolução burguesa. E o regime republicano tardiamente imposto ao país no remanso das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX contemplou medidas contraditórias como a autonomia de unidades da federação assimétricas, a proteção à lavoura e a substituição de importações, deitando as raízes do conflito intra-elite que moveu a vida política nacional no século XX, ao opor o protecionismo industrial “populista”, e a agro-exportação, vocação “natural” da economia brasileira.

Viu-se que após trezentos anos de escravidão aviltando socialmente o trabalho no Brasil, somente um acontecimento das proporções da guerra do Paraguai permitiu questionar a escravidão e desmoralizar a monarquia. Nessa época, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo sobretudo, militares, engenheiros e médicos formados em escolas sob influência do positivismo difundiram idéias de conteúdo relativamente modernizador que minavam vestígios coloniais como a iniquidade econômica, social e a primazia política dos agro-exportadores sem questionar a propriedade e comprometer a ordem, na outra ponta expandindo a classe média urbana, generalizando a economia de mercado e a afluência. E, nesse sentido, um dos efeitos mais perturbadores da modernização foi o aumento da população urbana durante a *belle époque* em praticamente todas as regiões do país. Pré-existentes ou imigrados, assomaram nas cidades contingentes populacionais formados por grande número de trabalhadores manuais urbanos altamente qualificados demandando empregos e exigindo condições de vida numa sociedade em intensa transformação, buscando gozar benefícios que as revoluções industriais proporcionaram nos anos de paz que antecederam a I Guerra Mundial.

A população urbana que rapidamente se renovava e multiplicava lançou novos desafios ao *status quo* nacional recém-desembaraçado da escravatura, zeloso de suas prerrogativas e perplexo ante a “invasão” de brasileiros e imigrantes, muitos deles anarquistas e comunistas, que precisavam ser incluídos em limites aceitáveis na sociedade afluyente que se esboçava, o que, afinal, tinha-os abalado a deixar suas regiões de origem para participar da riqueza do café. As frações hegemônicas que compunham a oligarquia responderam mobilizando-se ideologicamente em torno do “modernismo cultural”, quando uma sociedade tradicional foi constrangida a se modernizar quase instantaneamente.

No século XX, intensificou-se a disputa intra-elite para decidir como lidar com a modernização da sociedade, o que poderia levar a uma outra nação, diversa daquela herdada da colonização portuguesa, católica, de rígida estratificação social e fechada aos não luso-brasileiros, escapando das forças políticas tradicionais. A percepção disso foi exacerbada pelas greves de trabalhadores em São Paulo, no Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, e, principalmente pela revolução soviética em 1917, que, com seu exemplo de mobilização eficiente da classe trabalhadora, intensificou ainda mais o temor das oligarquias diante da modernização da sociedade. Daí o dilema enfrentado por eles, entre deter/conter a modernização ou adaptar-se a ela para preservar o *status*.

Nos anos 20, a mobilização ideológica dos intelectuais brasileiros definiu entre as elites os grupos políticos “contrários” ou “favoráveis” à modernização do país em qualquer grau que fosse. Entre os contrários assomavam os da “renovação católica”, ultramontana, que tinha como o porta-voz mais expressivo a revista *A Ordem* do Centro Dom Vital, dirigida por Jackson de Figueiredo⁸⁹ e os de tendência fascista, aparentemente receptivos a algumas pressões modernizantes,⁹⁰ militantes no integralismo de Plínio Salgado e no movimento literário “Anta”, (FONSECA, *O*

⁸⁹ Por Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, após sua morte precoce em 1928. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, *Tempos de Capanema*, p. 54-5)

⁹⁰ Apenas ao lado exterior da modernização, a material, apropriando-se das conquistas da técnica para aprofundar real ou simbolicamente as diferenças de classe, como fez o futurismo de Marinetti, de grande difusão em São Paulo no período, parte graças ao caráter truculento de sua mensagem e parte à numerosa colônia italiana da cidade, que endeusava seus compatriotas ilustres por puro chavinismo, sem se preocupar com a qualidade e o alcance de suas teorias e manifestos. (ver BARBATO JR., *op. cit.* p. 142-3)

patrimônio em processo, p. 87/8) além do “regionalismo crítico” de Gilberto Freyre.⁹¹ Quanto ao que interessa a este trabalho, cabe notar a distinção operada em São Paulo entre modernização das estruturas e o modernismo nas artes plásticas, pelos vínculos que esta última estabeleceu com o artesanato e a produção artística pré-capitalista, à base da formação do “artista-operário”, elemento-chave na cultura promovida pelo DC.

Por outro lado, as contradições decorrentes da modernização estrutural e social incompleta no Brasil dificultaram a definição dos grupos culturalmente “favoráveis” a ela. Por valorizar o local e o regional em oposição à universalidade eclética da cultura acadêmica européia, “de fachada”, (BARBATO JR, *Missionários de uma utopia nacional-popular*, p. 21) a modernização trazia em seu bojo um elemento nacionalista usado pelos intelectuais conservadores como anteparo contra fatores exógenos perturbadores da paz social favorável a seus interesses, embora os “à esquerda” também o invocassem como inspirador. Assim, intelectuais inicialmente identificados com o modernismo pela via conservadora e com o PRP sobretudo após o impacto da Semana de 22, restringiram sua “modernidade” ao âmbito literário para conter numa frente a propagação de seus efeitos pelo restante da cultura e da sociedade, como nos movimentos “Verde-amarelo” de Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e em Plínio Salgado (FONSECA, *op. cit.*, p. 88) de *O Estrangeiro*. A outra, como se sabe, foi a adesão às organizações de massa fascistas, que atuavam como tropas de choque para-militares intimidando e agredindo os trabalhadores para dissuadi-los da ação política.

Assim, os intelectuais progressistas de São Paulo, de um lado, Monteiro Lobato e, de outro, Mário de Andrade e Oswald de Andrade – os modernistas “propriamente ditos” – divergirão em virtude dos compromissos políticos assumidos com interesses oligárquicos conflitantes: o “acadêmico” e enciclopédico Monteiro Lobato, alinhou-se aos industriais protecionistas e “populistas” do PRP; Mário de Andrade, democrático de primeira hora, cujo projeto de levantamento cultural e artístico fundamentaria a transformação do trabalhador brasileiro em “artista-operário”, aos agro-exportadores liberais e anti-populistas do PD,⁹² e Oswald de Andrade, *enfant terrible* do PRP, não muito convicto das pretensões do partido, por força de seu próprio “modernismo”,

⁹¹ “Em 1926, um grupo de escritores nordestinos liderados por Gilberto Freyre produziu o Manifesto Regionalista, que chamava a atenção para os valores da cultura popular da região”. (FONSECA, *Patrimônio em processo*, p. 88)

⁹² Sobre os vínculos dos intelectuais do Departamento de Cultura com o PD ver RAFFAINI, *Esculpindo a cultura na forma Brasil*, p. 35-6; BARBATO JR., *op. cit.*, p. 61, 71, 72, 94.

aderiu ao comunismo e ingressou no PCB. Essa atitude, como se verá, tornou-se recorrente no PD: assumir posturas diversas no espectro ideológico-político para disputar com seus adversários capitalistas jacobinos a adesão do proletariado a seu projeto de sociedade de estamento e afastar o fantasma da revolução burguesa que inseriria o Brasil na afluência, aumentando a probabilidade de a oligarquia agrária se conservar o controle político do povo, chegando-se a uma espécie de “aliança” com ele⁹³ esvaziando suas organizações políticas próprias, elevando o populismo a um patamar qualitativo inédito. Apesar das diferenças, esses intelectuais dispunham-se a conhecer o país profundamente para diagnosticar seus males e propor alternativas. Com o movimento no qual tomavam parte, trataram de assimilar – ao menos culturalmente – o que a modernização impunha como inevitável num mundo cada vez mais integrado pelas conquistas científicas, tecnológicas e econômicas e administrativas do capitalismo industrial e financeiro do início do século XX. Vale dizer, ao capitalismo industrial dos engenheiros, fábricas e trabalhadores *blue collar*, o DC contrapôs uma visão “artística” da cultura e da produção que concorreria para a formação do “artista-operário”, cujo trabalho, regidamente remunerado, à maneira dos *ateliers d’État*, forneceria em escala “de massa” luxo decorativo acadêmico e mobiliário de vanguarda em regime de monopsonio por uma elite compradora formada por perrepistas, democráticos e imigrantes enriquecidos. Esse projeto de sociedade “arcaica” permitiria ao “artista-operário” a dignidade no trabalho do “companheiro” medieval, retirando-o do “exército de reserva” e “protegendo-o” da ordem social competitiva que lançava o operário na miséria e na luta de classes.

A disputa pelos corações e mentes da população urbana em plena expansão na cidade de São Paulo dos anos 20 começou com a elaboração da proposta da “Escola Nova” pelo pedagogo Fernando de Azevedo alinhado com os modernistas de 22. Apresentada em 1924 à Prefeitura paulistana, a proposta foi repudiada por católicos e integralistas que viam nesse projeto pautado no ensino público, gratuito e leigo uma brecha por onde o ateísmo e o comunismo se infiltrariam para subverter a ordem social no país. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, *Tempos de Capanema*, p. 58/9, 66) E ainda nesse ano o PRP assumiu a substituição de importações, tornando a discussão da modernização brasileira um embate político bem definido, abrindo o precedente para que fatores que desencadearam, alimentaram e catalisaram esse processo fossem

⁹³ BELLUZZO:103.

gerados no próprio país, considerando “populismo” as “ações afirmativas” no Brasil, provocando a reação contrária a uma eventual ruptura do pacto liberal.

Como se viu, os liberais reagiram fundando o PD em 1926 para aglutinar a oposição ao PRP e removê-lo do Executivo estadual e nacional. Antes que isso ocorresse em pela via revolucionária em 1930, seus intelectuais orgânicos trabalharam para dar-se pela via eleitoral por meio do voto secreto, sua maior bandeira política, e, para isso urgia educar a massa dos eleitores.⁹⁴ A nata do partido encampou esse projeto cultural, entre eles políticos como Fábio Prado, Armando de Salles Oliveira e intelectuais como Sérgio Milliet e Antônio de Alcântara Machado, que para efetivá-lo deram o melhor de si na institucionalização do órgão público responsável por essa tarefa de natureza político-pedagógica, o Departamento de Cultura (DC) da Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi concebido em 1929 por Paulo Duarte, que confiou sua direção ao mais completo intelectual do movimento de 22, Mário de Andrade, cuja qualificação o habilitou para comandar o DC na missão de “rotinizar o modernismo”⁹⁵ junto às massas, ao mesmo tempo que facultaria, sem se dar conta ou importar com isso, à elite culta liberal sobreviver incólume à onda modernizadora que varreu o Brasil em 1930, que se já incomodava pelo relato de seus efeitos no exterior, o faria ainda mais substituindo importações como queriam os industriais encastelados no PRP e no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) sob a liderança de Roberto Simonsen.

Um Departamento de Cultura para quê?

Patrícia Tavares Raffaini e Roberto Barbato Júnior apontam em seus trabalhos motivações aparentemente distintas para a criação do DC. Para a autora, a fundação do DC insere-se num projeto difuso de conquista por São Paulo de uma hegemonia política sobre o Brasil já perdida,⁹⁶ ao passo que para Barbato Jr., tratou-se de rechaçar o aspecto ornamental da cultura então vigente, o que caracterizaria a experiência da instituição como “nacional-popular”. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 17) Aparentemente, pois embora o primeiro aponte para uma perspectiva política imediata e o segundo para uma cultural, ambos revelariam a contrapelo a disposição da elite atuante na Prefeitura de

⁹⁴ “Desta forma, por meio da educação, formariam-se eleitores conscientes e capazes de transformar a situação política do Estado e do País.” (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 27) Barbato Jr. lembra que o PD queria “republicanizar a república”. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 99)

⁹⁵ A expressão “rotinização do modernismo” é de Antônio Cândido. (RAFFAINI, *Ibid.*, p. 23)

⁹⁶ RAFFAINI:32. O que é expressamente negado por Barbato Jr. (77)

definir um projeto cultural novo, no sentido amplo do termo, no seio do qual seus interesses, identificados como os “da nação”, enfrentariam os choques sociais causados pela modernização das estruturas nas matrizes do capitalismo, ao qual se ligava de modo subsidiário como economia exportadora.

Como se viu, longe de se excluírem, as duas perspectivas complementavam-se, na medida que entendemos que uma presumida hegemonia política paulista pelos quadros do PD só se efetivaria se pensada como parte de um projeto que propusesse salvaguardas efetivas por todo o país para os valores nacionais e populares da “brasilidade” incorporados pelos “artistas-operários” de matriz cultural clássica e luso-brasileira⁹⁷ à qual ligavam-se atavicamente os protagonistas da história do DC. De fato, política ou propriamente cultural, a ação do DC pautou-se pela disposição de observar e tutelar ostensivamente o povo e suas manifestações bem como de resgatar e preservar um legado cultural ameaçado de sucumbir diante das novidades trazidas sobretudo por imigrantes ou por imposição dos centros hegemônicos do capitalismo: em troca de bens primários, empurravam para o Brasil toda sorte de quinquilharias e novidades da jovem indústria cultural, que elevavam os padrões de vida da população mas a afastavam dos valores que a identificavam com os setores dominantes e asseguravam a coesão social.

Mas o que havia antes? Nas primeiras décadas do século XX, ante a indiferença do poder público quanto às manifestações culturais populares, formavam-se associações operárias sobretudo anarquistas que organizavam centos culturais onde ministravam-se aulas, cursos, festivais e montavam-se pequenas bibliotecas. Ao longo dos anos 20 a evolução das formas de luta dos trabalhadores, deslocando a militância dessas associações para partidos socialistas e comunistas melhor organizados, foi minando sua importância, assomando em seu lugar as agremiações esportivas, até que na década seguinte, a disposição do Estado de enfeixar em suas mãos a totalidade das manifestações de classe fez com que o poder público assumisse a institucionalização das ações culturais dirigidas à maioria da população. (*id.*, p. 32)

Assim, o DC foi instituído a 30 de maio de 1935 pelo Ato Municipal nº 831, sancionado pelo prefeito Fábio Prado, que resultou de um anteprojeto elaborado por Paulo Duarte e Paulo Barbosa e revisado por outros intelectuais, entre eles Luís Inácio de Anhaia Mello,⁹⁸ Sérgio Milliet, Mário de Andrade e Fernando de Azevedo,

⁹⁷ Ver RAFFAINI, *Ibid.*, p. 73, 96.

⁹⁸ Anhaia Mello fora prefeito de São Paulo por dois breves períodos entre 1930 e 1931.

responsável por um importante adendo ao projeto original, a idéia da rádio-escola. (RAFFAINI:38) Interpreta-se sua instituição como a etapa final da formação na cidade de São Paulo de um aparelho cultural de nível superior que qualificaria uma elite intelectual para sanar os males que afligiam a nacionalidade, instaurar no país a estabilidade desejada (BARBATO JR., *Ibidem.*, p. 72) bem como formar funcionários atuantes na organização e modernização da administração pública municipal e estadual, (RAFFAINI, *Esculpindo a cultura na forma Brasil*, p. 34) e cujos passos intermediários foram a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) no ano seguinte, além de compor o acervo cultural do “artista-operário” do LAO.

Embora Barbato Jr. negue a hipótese de o DC ter sido constituído como veículo da hegemonia política paulista, (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 177) é difícil não o considerar enquanto tal. O autor menciona o sentimento de “paulistanidade” congregando intelectuais e dirigentes paulistas responsáveis pelo organismo, (*ibidem.*, p. 67) em particular Paulo Duarte e Armando de Salles Oliveira. Este, vivia em permanente campanha eleitoral para suceder Vargas em 1938, e por seus vínculos com os setores mais ciosos das virtudes sócio-econômicas de São Paulo aspirava vê-lo irradiando uma “nova unidade nacional” a partir de uma hegemonia político-cultural promotora de um “regionalismo equilibrado” (*ibidem*, p. 68/9) baseado no arrefecimento da modernização capitalista pela cultura do “artesão-operário”, forjada pela intelectualidade orgânica da oligarquia cafeeira aristocrática e não-republicana, diminuindo o impacto de seu “efeito-demonstração” para os trabalhadores de outras partes do país, permitindo a cada estado conduzir mais facilmente a evolução de seus negócios internos, atuando como barreira à modernização capitalista “inexorável” difundida de cidades cosmopolitas como Rio de Janeiro e São Paulo, superando e vencendo a luta de classes.

Raffaini é mais contundente ao caracterizar o DC como instrumento da hegemonia paulista sobre o Brasil. A autora entende que a mobilização cultural pela hegemonia se revestiu não só de um cunho político, mas é também de motivação social e ideológica. Segundo sua interpretação, não se tratou simplesmente de recuperar um *status* comprometido em 1910,⁹⁹ quando a repercussão da Semana de 22 despertou um sentimento incontido de vanguarda entre os paulistas. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 32) Ela considera que, a partir de um intenso e abrangente movimento de “vulgarização

⁹⁹ Com a derrota da “campanha civilista” de Ruy Barbosa para o marechal Hermes da Fonseca.

cultural” sobretudo entre a classe trabalhadora de origem estrangeira, o DC visou disciplinar a forma como ela aproveitava seu tempo livre, momentos de lazer, bem como alterar seus hábitos, modos, usos e costumes,¹⁰⁰ “abrasileirando-a”, transformando seus membros em paulistas e brasileiros “leais e úteis”, contribuindo para a formação de uma “cidadania eficiente”, banindo o elemento pernicioso e subversivo trazido por eles de fora. (*id.*:52) Desempenhando satisfatoriamente essa tarefa, o estado de São Paulo se tornaria por efeito demonstração um exemplo a ser seguido pelos demais, (*ibidem.*, p. 35) assumindo uma hegemonia “natural” frente a outras lideranças regionais e na luta das elites brasileiras contra os impactos socialmente desagregadores da modernização. Quanto a isso, a autora é respaldada por outros trabalhos importantes sobre o DC que destacaram a valorização de sua política cultural como resolução para os conflitos sociais¹⁰¹ e, nesse sentido, é o próprio Barbato Jr. quem cita Júlio de Mesquita Filho a respeito da fundação da USP como uma “substituta ao apelo às armas”.¹⁰²

Mas por que o DC assumiu tão intensamente essa disputa intra-classe e inter-classes? Como já se mencionou, na virada da década de 30, a oligarquia paulista vivia um impasse motivado por seu próprio dinamismo. O surto cafeeiro pelo interior do estado após a inauguração das ferrovias induziu a formação de uma rede de cidades e atraiu levas de imigrantes que deixaram a Europa após sua estabilização política na década de 1870.¹⁰³ Esses contingentes, somados aos trabalhadores brasileiros livres, escravos ou recém-libertos, desencadearam um processo lento e irreversível de inversão da população brasileira, que de majoritariamente rural passou a ser cada vez mais urbana. Por outro lado, a cafeicultura, particularmente em São Paulo, mostrou-se um negócio exclusivo para “barões” devido ao tempo de maturação do cafeeiro, cujo cultivo seleciona quem dispõe de recursos para se manter durante a “carência” do arbusto. E entre os mais notáveis representantes do “baronato” de plantadores de café,

¹⁰⁰ “Esses intelectuais acreditavam que a população deveria usar melhor seu tempo livre e pretendiam transformar a estrutura urbana no sentido de direcionar a formação e o entretenimento dos habitantes da cidade”. (RAFFAINI, *Ibid.*, p. 33)

¹⁰¹ Ver suas observações sobre os trabalhos de Joan Dassin, Carlos Sandroni, Elisabeth Abdanur e Ana Lúcia Faria. (*Ibid.*, p. 23-4, 25)

¹⁰² Júlio de Mesquita Filho *In*: BARBATO JR, *op. cit.*, p. 70.

¹⁰³ Sobretudo após a unificação política da Itália, quando a supremacia econômica do norte desestabilizou o sul liberando grandes contingentes de mão-de-obra ociosa que se deslocaram sobretudo para os Estados Unidos, Argentina e Brasil.

algodão e cana-de-açúcar que se reuniram em Itu para um partido que defendesse seus interesses, estavam os fundadores de OESP, que não só participaram do regime republicano desde antes de sua instauração, mas, como seus “artífices”, passaram a atuar como porta-voz dos interesses da oligarquia cafeeira liberal e defensor de suas prerrogativas e seu *status*, tornando orgânicos e duradouros seus vínculos com a agro-exportação, sobretudo nos momentos de crise.

Por isso, de tal forma identificado com os interesses rurais e exportadores, foi natural a adesão de OESP ao ideário do PD quando os agricultores liberais romperam com os industriais em 1926, embora o jornal jamais o assumisse publicamente. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 71) Quando os dilemas da modernização do país se colocaram incontornavelmente a partir dos anos 30, OESP, órgão “oficioso” do PD,¹⁰⁴ assumiu todas suas lutas para lidar com o problema, das quais as que se impuseram mais drasticamente foram a contenção política da população urbana e a formação de quadros capazes de fazê-lo. Constituiu-se então o chamado “Grupo do Estado”, formado por liberais integrantes do conselho editorial de OESP como Júlio de Mesquita Filho, seu genro Armando de Salles de Oliveira, Paulo Duarte e Amadeu Amaral, sem o concurso dos quais não teria sido possível o DC. (BARBATO JR, *Ibidem.*, p. 71/2)

Segundo Barbato Jr., a iniciativa municipal de criar o DC foi parte de uma estratégia mais ampla concebida pelo *staff* da campanha de Armando de Salles Oliveira de transformá-lo num “Instituto Paulista de Cultura” com as mesmas finalidades, embrião do futuro “Instituto Brasileiro de Cultura” que se viabilizaria após sua esperada vitória nas abortadas eleições presidenciais de 1938. (*Ibidem.*, p. 72) Desse modo, vinculado a um poderoso complexo de interesses agro-exportadores, cujos membros formavam uma oligarquia fechada e cônica de seu *status*, unida por laços de família, detentora de todos os postos-chave na administração pública, sócia em um sem número de negócios e deslumbrada com as conquistas materiais e intelectuais da modernização, açambarcando as primeiras¹⁰⁵ e dosando cautelosamente as segundas ao povo para preservá-lo da modernização capitalista. Isso temperado por um pronunciado sentimento aristocrático e por uma compulsão em ver a si própria como “vanguarda estética” e representante “credenciado” das mais avançadas tendências européias da arte não

¹⁰⁴ O órgão oficial do PD era o *Diário Nacional*. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 36)

¹⁰⁵ Como o personagem Jacinto de “A Cidade e as Serras” de Eça de Queiroz.

acadêmica,¹⁰⁶ ao mesmo tempo consumidora da produção do LAO. Assim, teria sido por essa via que o grupo paulista tendeu a impor sua hegemonia frente a outras elites regionais, numa época em que enfrentou a socialização da política ao menos enquanto tendência não pelas armas, mas por instrumentos e valores culturais, a partir de uma causa comum a todas as elites regionais, devendo-se para isso conter politicamente a população urbana e a impor limites à industrialização e à modernização da sociedade.

A história anterior de São Paulo forneceu muitos argumentos que legitimaram essa predisposição da oligarquia paulista à hegemonia política pela via cultural. Não se pode questionar o papel dos antigos paulistas na ocupação do interior da colônia, as condições que definiram seu estabelecimento e motivaram suas andanças pelos sertões, florestas e sua fidelidade à metrópole apesar do isolamento que os dispunha a aventuras de acumulação primitiva independente de sua autorização. O fato é que esse passado, a partir do momento em que foi resgatado por Washington Luís e Afonso de Taunay no início do século XX, incorporou-se ao imaginário dos intelectuais pertencentes ou ligados à oligarquia sendo transformado em ideologia que justificava suas pretensões hegemônicas, qualificando São Paulo por meio de seus intelectuais orgânicos como “legítimo arauto da identidade nacional”. (*Ibidem.*, p. 62/3) Nesses devaneios ideológicos, comparavam-se os desdobramentos do movimento de 1930 com a guerra dos Emboabas, ocorrida mais de duzentos anos antes, justificando as aspirações da oligarquia em recuperar a hegemonia estadual arrebatada por Vargas, alegando que este, aliado da véspera, “invadira São Paulo”, (*Ibidem.*, p. 68) sendo, pois, necessário repeli-lo, ou, ao menos ao que ele representava, a modernização jacobino-republicana indesejável da sociedade e o reconhecimento do papel desempenhado pelas massas urbanas na economia capitalista na forma da legislação trabalhista.

Por esse motivo, supõe-se neste trabalho que o lastro ideológico oligárquico e aristocrático que orientava os homens de bastidores do DC, de antes de sua fundação até depois de sua extinção, era contraditório com relação à realidade do momento que se vivia. A transição do Brasil rural para o urbano se impôs não como um feixe de idéias avulsas transpostas artificialmente, mas acompanhou a inserção do país na economia global por meio da cafeicultura, sendo inevitável que deitasse raízes à medida que a expansão das lavouras gerava a necessidade de mais mão-de-obra nas cidades para encaminhar seus produtos para o mercado externo. E, mais do que isso, esse processo

¹⁰⁶ Ver a descrição do casal Oswald-Tarsila em MICELI:13/4.

foi concomitante a uma brutal revolução não só nos modos de produção e circulação de bens e serviços, mas na própria infra-estrutura da economia, na organização e administração do trabalho, nos meios de comunicação e, o mais importante, na luta política por melhores condições de vida para a força-de-trabalho. Isso de tal forma que se tornou impossível segregá-la da cultura produzida nessas circunstâncias, impedindo que almejasse participar ainda que minimamente da riqueza em cuja produção tomava parte, justificando suas lutas por salários e por menores jornadas de trabalho que lhe permitiriam tempo livre para organizar a vida e desfrutar os benefícios do sistema do qual era parte.

As inovações científicas e tecnológicas surgidas na segunda metade do século XIX alteraram drasticamente padrões de vida seculares, até milenares, na medida em que permitiram que a produção industrial atraísse de uma hora para outra trabalhadores urbanos e ex-camponeses para um fluxo torrencial de mercadorias e valores que os seduzia irresistivelmente, levando-os a estabelecer relações sociais com os representantes dessa nova tendência, os industriais, cuja retaguarda ideológica não mediu esforços para obter seu favor político na forma de votos em eleições cada vez mais polarizadas e disputadas. Entende-se aqui, portanto, que foi para reverter, ou ao menos conter, essa tendência no país que se deu a mobilização ideológica da oligarquia em torno do projeto do DC, culminando com a elaboração implícita de uma “cultura” do “artista-operário”. Cumprindo satisfatoriamente essa tarefa em São Paulo, a oligarquia despontaria naturalmente como a liderança capaz de conduzir esse processo em escala nacional, recuperando pela via “pacífica” a hegemonia política que um demagogo Getúlio Vargas ousou arrebatá-lhe.

Desse modo, entendemos que nesse momento o DC se desloca do ideal da busca da hegemonia para a alocação de meios para sua consecução objetiva, passando sua análise à descrição em duas etapas de como procurou preservar a população urbana das tentações da modernidade, primeiramente tomando “de assalto” sua tutela para em seguida conformá-la a uma cultura “não ornamental” de perfil folclórico derivado da matriz luso-brasileira, dando substância ao que entendiam ser a “utopia nacional-popular”, cerne da interpretação de Barbato Jr. (*Ibidem.*, p. 17)

Mas como atuou o DC? Segundo o relato de Paulo Duarte,¹⁰⁷ a idéia de um departamento de cultura surgiu das conversas informais de um grupo de intelectuais

¹⁰⁷ Paulo Duarte era chefe de gabinete de Fábio Prado.

ligados ao PD em suas residências entre 1926 e 1929,¹⁰⁸ embaladas pela vontade de tornar a cultura atuante na democratização da população “elevando seu nível” (*Ibidem.*, p. 29) e resgatando-a das carências que afligiam numa cidade em crescimento vertiginoso mas despreparada para recebê-la. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 30) De imediato assoma uma das marcas do DC, sua formação segundo práticas oligárquicas. Raffaini aponta que em sua constituição, os cargos no DC foram quase totalmente ocupados pelo grupo de amigos ligados a Paulo Duarte e Mário de Andrade, revelando pelo avesso a precariedade do universo cultural paulistano, (*Ibidem.*, p. 40/1) em profundo contraste com a natureza e a envergadura do projeto que pretendiam implementar.¹⁰⁹ Tratou-se da formação de uma intelectualidade orgânica para produzir um diagnóstico da sociedade para a partir dele propor uma nova modalidade de “pacto social” baseado na confiança na complementação entre as classes ao invés da suspeita e do confronto.

Para melhor caracterizar o idealizador do DC, Barbato Jr. esboça em seu trabalho um rápido perfil de Paulo Duarte apontando as ambigüidades que o faziam oscilar entre o elitismo e o populismo extremos, revelando inclusive os limites que involuntariamente o DC impôs ao próprio fim que o inspirou. Ferrenho opositor a Vargas, Paulo Duarte parecia defender posturas aristocráticas nas fileiras de seu próprio partido, que àquela altura lutava desbragadamente para se firmar diante do eleitorado mais popular. Quando a disputa pelo governo federal constrangeu o PD a aceitar filiados e militantes de outras classes além da elite que o formou, Paulo Duarte manifestou-se afirmando que

¹⁰⁸ “Um belo dia, menos de uma semana depois, não sei por que motivo, jantávamos juntos, o prefeito e eu, em casa do próprio Fábio Prado... Só nós dois. Creio que foi um maravilhoso vinho ‘Montrachet’ que me cutucou. no subconsciente a velha idéia nascida no apartamento da Avenida são João. contei tudo ao novo prefeito descoberto por Armando de Salles Oliveira. Fábio Prado não respondeu nada, passando a outro assunto. Esses homens ricos... A prefeitura andava cheia de assuntos. Dimitri encheu novamente os copos daquele ouro líquido e fresco. Fábio fispou-me com uma pergunta: “-Por que não tentar esse instituto? (Fábio Prado *In*: BARBATO JR., *op. cit.*, p. 27)

¹⁰⁹ “(...) A amizade é de tal modo importante que a aparece como a ‘matriz geradora’ do grupo. No que se refere ao Departamento de Cultura, Rubens Borba de Moraes sugere esta idéia ao afirmar: O Departamento de Cultura não era propriamente uma coisa separada. Era um grupo. Nós trabalhávamos em conjunto. E era uma coisa fácil porque nós éramos amigos de 20 anos [...] nós sempre discutíamos em conjunto e com muita franqueza, com muita lealdade, muita brincadeira. (*In*: BARBATO JR., *in.*, p. 85)

“a favela está começando a colocar as mangueiras de fora”. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 99)

Segundo Barbato Jr., o lapso de Paulo Duarte, na verdade, revelaria a disposição de não deixar dúvidas quanto à aversão do PD a posturas à esquerda do espectro político, pois via João Alberto, Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes – bem antes de sua conversão ao marxismo – como cabeças-de-ponte do bolchevismo no país. (*Ibidem.*)

Obcecado pela idéia de varrer da cena política o populismo, o PRP e tudo o mais que os evocasse, Paulo Duarte oscilava pelo espectro político, abraçando pontos de vista aparentemente incompatíveis com o partido ao qual pertencia. Chegou a se definir como socialista mas nunca filiou-se a uma agremiação com esse perfil. Durante o exílio em Paris aproximou-se do marxismo, leu *O Capital* e até manifestou a intenção de aderir ao Partido Comunista do Brasil (PCB), não escondendo sua admiração pela Aliança Nacional Libertadora, da qual esperava fidelidade a um socialismo democrático. (*Ibidem.*, p. 100) Mas, no fundo, depositava todas suas esperanças em Armando de Salles Oliveira, a quem considerava a perfeição caso “se voltasse um pouquinho para a esquerda”, e que permitiria a criação do DC para em seu interior poder

“instilar um pouquinho de socialismo no Brasil”. (*Ibidem.*, p. 100/1)

Ainda nas palavras de Paulo Duarte, o capital dos idealizadores do DC eram “sonhos, mocidade e coragem”, faltando-lhes apenas o dinheiro que o viabilizaria. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 36/7) A conclusão de seu depoimento é reveladora da natureza e grau do envolvimento e intimidade dos intelectuais do DC com o Estado num contexto oligárquico de difícil superação, respaldado no alcance do projeto que acalentava:

“um dia seríamos governo. Só para fazer tudo aquilo com dinheiro do governo”.¹¹⁰

A eleição de Armando de Salles Oliveira para o governo estadual em 1934 e a conseqüente nomeação de Fábio Prado – ambos amigos íntimos de Paulo Duarte – para

¹¹⁰ Paulo Duarte In: RAFFAINI, *op. cit.*, p. 37.

a Prefeitura tornou enfim possível a instalação do DC. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. :101) Paulo Duarte não desempenhou nenhuma atividade propriamente cultural no DC, tendo como função unicamente agir como intermediário entre o órgão e a Prefeitura, para o qual foi designado “consultor jurídico”, cargo criado na falta de um posto que permitisse a Fábio Prado ter a seu lado um “colaborador bitola larga”, muito mais que um simples assessor ou chefe de gabinete. (*id.*:102/3)

Dirigido por Mário de Andrade, designado para o cargo por escolha pessoal de Paulo Duarte, o DC compreendia cinco divisões: Expansão Cultural, Bibliotecas, Educação e Recreios, Documentação Histórica e Social, e Turismo e Divertimentos Públicos. A chefia de cada uma delas foi confiada a alguém de suas relações próximas. Além do DC, Mário de Andrade chefiou a divisão de Expansão Cultural; para a de Bibliotecas nomeou Rubens Borba de Moraes, parente distante; para a de Educação e Recreios, Nicanor de Miranda, o único chefe da instituição sem vínculos com Paulo Duarte; para a de Documentação Histórica e Social, Sérgio Milliet, cunhado de Paulo Duarte, e para a de Turismo e Divertimentos Públicos, Nino Gallo, velho amigo de Paulo Duarte; todos de reconhecido talento e competência para os cargos. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 39/41)

Imediatamente constituído, o DC partiu para a ação. Suas atividades poderiam ser agrupadas em três grandes conjuntos: de diagnóstico, de intervenção e de pesquisa para educação; em cada uma delas a componente ideológica se manifesta em diferentes graus revelando os propósitos políticos subjacentes a sua atuação.

As atividades de diagnóstico constituíram todo um esforço de investigação da população da cidade, sua composição e de suas condições de vida para que o DC encaminhasse as ações pautado em seus resultados. Nesse aspecto, o DC inovou notavelmente. Enquanto durou, o DC empreendeu uma série de pesquisas sociais e etnográficas¹¹¹ que resultaram em dados estatísticos e mapas demonstrativos das condições de desenvolvimento da cidade. Esses trabalhos visavam sobretudo avaliar as condições de vida do operariado paulistano, para fundamentarem possíveis soluções para problemas de habitação, transportes, assistência, etc., sendo os levantamentos realizados em colaboração com professores e estagiários das recém-fundadas USP e ELSP. (*Ibidem.*, p. 49/50)

¹¹¹ Realizadas pela subdivisão de Documentação Social e Estatísticas (p.49)

Um dos estudos mais significativos produzidos pelo DC dizia respeito à nacionalidade dos pais das crianças matriculadas na rede de ensino público. A pesquisa revelou que quase a metade delas era filha de estrangeiros e que em praticamente 60% dos casos, um dos pais o eram. Isso bastou para alarmar os intelectuais do DC quanto à existência de um “conflito entre a cultura familiar e a escolar”, noutras palavras, de uma incompatibilidade entre a população imigrante e a cultura nacional, com o risco que isso os levasse a “hábitos anti-sociais, desajustamento social, baixos padrões morais e até mesmo ao crime”. (*Ibidem.*, p. 51/2) A conclusão da pesquisa alertava para a “surpreendentemente elevada” participação estrangeira na população da cidade. (*Ibidem.*, p. 53)

Essa percepção revela um traço característico da oligarquia aristocrática local, que via com desconfiança e suspeita grupos que de alguma forma fugissem ao seu padrão de “normalidade” social, por motivos étnicos, religiosos ou culturais, evidenciando o peso político da matriz luso-brasileira na qual se formaram.¹¹² Considera-se neste trabalho que foram percepções do meio social como esta que ditaram a linha mestra da atuação do DC enquanto braço cultural de uma oligarquia zelosa de suas prerrogativas e em posição defensiva ante a modernização da sociedade, malgrado a nobreza de suas intenções.¹¹³

Entende-se aqui que conclusões como essa são fundamentais no entendimento das atividades de intervenção do DC, em virtude da forma invasiva e ostensiva com que censurou e tutelou a população procurando enquadrar seus costumes e cultura à imagem e semelhança de seus próprios. De fato, esses estudos revelaram o temor e a desconfiança com que as viam as colônias de imigrantes na cidade, moldando, por outro lado, o papel organizador e controlador que a municipalidade deveria exercer sobre elas. Assim, caberia ao DC subsidiar a prefeitura com dados precisos sobre a cidade que

¹¹² Mesmo fora do círculo oligárquico do PD essa percepção ocorre, por ser característica da elite como um todo independente de seus matizes. Foi isso que gerou, entre tantas outras manifestações, a célebre máxima do perrepista Washington Luís: “a questão social é um caso de polícia”.

¹¹³ Além de estudos como o acima mencionado, o DC esmerou-se na elaboração de outros que se pautaram pela profundidade da análise e seriedade das conclusões. Esse foi o caso do trabalho “A Representação dos Fenômenos Demográficos”, de Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, apresentado no II Congresso de Populações em Paris em 1937 e que recebeu menção honrosa. O prestígio conseguido pelo trabalho foi tal que projetou o nome do DC como referência em estudos desse tipo, chegando a influir na formação de órgãos semelhantes em municipalidades como Praga, Paris, Nova York e Buenos Aires. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 35-6)

facilitariam o poder público na tarefa de controlar a população, suas manifestações, e, sobretudo, integrar os estrangeiros, tornando-os paulistas e brasileiros, para que deixassem de ser um “perigo” para a construção da nacionalidade. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 54) E foi nesse quesito que o DC mostrou a máxima eficiência em sua atuação patrulhadora e controladora. No tocante à função de identificar o perfil da população imigrante, o DC reproduziu em São Paulo práticas da Escola de Sociologia Urbana de Chicago, nas quais realizavam *surveys* na população estrangeira para mapeá-la, identificar suas demandas e, a partir daí, satisfazê-las minimamente, a partir do menor investimento inicial, com participação ativa do setor privado, conservando a paz social “na margem”.¹¹⁴

Assim que foi criado, o DC impôs um cerrado cerco à população, seus hábitos, modos, usos e costumes visando controlar sua evolução e forçar sua integração à sociedade local moldada a partir da matriz luso-brasileira.¹¹⁵ As atividades de intervenção representam o lado “didático” do DC, na medida que foi a partir delas que se fundamentou sua ação pedagógica sobre a população, interditando o que considerava nocivo e prejudicial e estimulando o que lhe parecia útil e sadio.

Para adequar a população ao que considerava seu ideal urbano, o DC lançou mão de uma série de atividades educativas visando tanto o público infantil quanto adulto. Talvez a ação mais positiva – certamente a mais duradoura – nesse sentido tenha sido a criação dos Parques Infantis (PI’s). Concebidos em 1924 por Fernando de Azevedo, os PI’s foram implementados durante a curta gestão municipal de Anhaia Mello. Neles, além do acompanhamento médico e das instrutoras, os filhos das classes laboriosas estariam amparados contra “elementos disgênicos” contrários à saúde do corpo e ao senso moral, em geral deturpado “pelos maus exemplos domésticos” e pelos “vícios das ruas”.¹¹⁶

¹¹⁴ O que implica na contestação à ordem ser invariavelmente reprimida de forma absoluta e irracional.

¹¹⁵ “(...) as crianças estrangeiras ou filhas de estrangeiros devem tornar-se ‘leais e úteis’ o que não pode ser feito através da educação familiar, pois os estrangeiros, mesmo quando casados com brasileiros, são considerados perigosos, não promovem a ‘cidadania eficiente’. O estado então deveria interferir e lutar contra esse elemento pernicioso para a criação da nação”. (Ensaio de um Método de Estudo da Distribuição da Nacionalidade dos Pais dos Alunos dos Grupos Escolares da Cidade de São Paulo, pelo DC, *In*: RAFFAINI, *op. cit.*, p. 52)

¹¹⁶ As citações são de Fernando de Azevedo. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 63)

Além de fornecer assistência médica e social, os PI's atuaram como baluartes da cultura popular de matriz luso-colonial, na medida em que as instrutoras orientavam as atividades das crianças ensinando-lhes folguedos nacionais já perdidos ou em vias de desaparecer, bem como incentivavam-lhes a prática artística como forma de encaminhá-las para a cultura erudita nacional e estrangeira. (RAFFAINI, *Ibidem.*, p. 64) Tendo as análises da subdivisão de Documentação Social e Estatística constatado a subnutrição de boa parte das crianças da rede de ensino, inclusive da classe média, (*Ibidem.*, p. 50) o DC iniciou uma campanha de distribuição de alimentos nos PI's denominada *O copo de leite para os afilhados da prefeitura*, que revela a atitude não apenas paternalista do prefeito Fábio Prado (*Ibidem.*, p. 66) como também mesquinha, haja vista o potencial financeiro da oligarquia e da administração municipal, àquela altura à frente de uma cidade que apresentava índices de crescimento e arrecadação dos mais elevados em toda América Latina, e que poderia fazer muito mais por seus "afilhados".¹¹⁷ Com os PI's, o DC procurava cortar o mal pela raiz, preservando as crianças de eventuais vícios domésticos e maus exemplos das ruas, voltando-as para a "cidadania eficiente".

Visando o público em geral e o alfabetizado, demonstrando preocupação com a formação de um futuro público leitor e do mercado editorial, (RAFFAINI, *Ibidem.*, p. 74) o DC idealizou as bibliotecas Municipal, Infantis, Circulantes e Populares. Tendo como alvo um público mais cultivado, a Biblioteca Municipal, ocupou o edifício construído com essa finalidade à rua da Consolação, tendo disposto de todas as condições para sua implantação. A formação de seu acervo revela a preocupação dos intelectuais do DC com a documentação referente à história do país bem como com a aquisição de materiais para subsidiar suas próprias pesquisas. (*Ibidem.*, p. 67/8)

Concebida para tornar a leitura assídua entre as crianças, (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 166) a Biblioteca Infantil compreendia além do acervo e salas de leitura, salão de festas, cinema e um auditório. É irônico que, embora parte de uma estratégia em política cultural do PD, o que alavancou a Biblioteca Infantil – existente e ativa até hoje – foi a obra de Monteiro Lobato. Seu trabalho não só incentivava nas crianças o hábito da leitura como as motivava a escrever, como mostra o jornal infantil da biblioteca, *A Voz da Infância*, que publicava notícias, críticas de livros, crônicas, biografias e desenhos de

¹¹⁷ Uma pesquisa da ELSP sobre a situação dos lixeiros da Prefeitura constatou que esses funcionários mal conseguiam sobreviver com o salário que recebiam. Com base nessas conclusões a Prefeitura providenciou um aumento salarial de 10% para que pudessem ter uma vida mais digna! (*Ibid.*, p. 50)

seus pequenos autores, que conseguiram, inclusive, realizar uma entrevista exclusiva com o adorado escritor. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 68) As estatísticas mostram o sucesso da iniciativa, que muito contribuiu para que se mantivesse em atividade apesar das reviravoltas da política e, apesar de se localizar e atender ao público de classe média da Vila Buarque e adjacências, que atendeu a contento à finalidade para que foi implantada: conjugada à obra de Monteiro Lobato, entre seus leitores incluem-se nomes que se destacaram no pensamento mais crítico que já se manifestou no país,¹¹⁸ do qual se tratará no capítulo final deste trabalho.

Tendo como alvo o público adulto não freqüentador de bibliotecas, a Circulante consistia num furgão com estantes adaptadas às laterais da carroçaria. A idéia era simples: indo aonde houvesse leitores potenciais que não freqüentavam bibliotecas, motivava-os a irem até elas cultivar o hábito da leitura. Inspirada em modelos norte-americanos e franceses, e adaptada a um veículo cedido pela Ford, (BARBATO JR.:170) a Biblioteca Circulante não cumpriu a função a que se destinou, sendo desativada ainda na gestão de Mário de Andrade. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 70/1) As Bibliotecas Populares foram imaginadas para atender aos bairros operários e fornecer além de livros, ministrar cursos de difusão cultural e palestras, sendo a primeira concebida para a Moóca, encaixando-se na estratégia do PD de integrar a população estrangeira nacionalizando-a por meio da cultura. Apesar disso, as Bibliotecas Populares jamais saíram do papel, revelando quais eram as prioridades dos intelectuais do DC (*Ibidem.*, p. 71/3) No projeto das bibliotecas, destacou-se ação de Rubens Borba de Moraes, que chefiou a Divisão a maior parte do tempo em que existiu o DC. De fato, não se pode negar a importância de seu trabalho para a democratização da cultura pretendida pelo órgão.

Após diagnosticar o triste estado das bibliotecas brasileiras, Rubens Borba de Moraes propôs a adoção de métodos modernos e racionais de biblioteconomia – inaugurando-a no país (BARBATO JR., *op. cit.*, p 164/5) – além flexibilizar seu horário de funcionamento para adaptá-las ao tempo livre da população trabalhadora (*Ibidem.*, p. 168) e disponibilizar para o público usuário monitores treinados para ministrar as orientações necessárias,¹¹⁹ elevando seu interesse pela leitura. Todavia, considera-se aqui que toda essa “boa vontade” cultural do DC contrasta com o alcance de suas

¹¹⁸ Entre os freqüentadores contam-se Bóris Fausto, os irmãos Campos, José Arthur Giannotti, Alfredo Bosi, e outros. (*Ibid.*, p. 69)

¹¹⁹ Rubens Borba de Moraes *In*: BARBATO JR., *op. cit.*, p. 169. “(...) proporcionar aos freqüentadores dos parques uma leitura imediata, dando assim ao farniente uma *orientação cultural*.”

realizações, pois apesar do esforço de se construir nas bibliotecas um acervo eclético, capaz de atrair para dentro de um ambiente favorável e atender leitores de todas as classes sociais e formações culturais, abrangendo aí das humanidades ao ocultismo e à taquigrafia, (*Ibidem.*, p. 165), o público não demonstrou a elevação de nível que se esperava de um empreendimento como esses, mantendo-se a massa dos leitores ainda presa ao jornalismo esportivo e/ou policial, para desgosto de Mário de Andrade, (*Ibidem.*, p. 167) fenômeno que perdura até hoje.

Um importante adendo ao projeto original do DC foi a rádio-escola, concebida por Rubens Borba de Moraes para transmitir concertos, música de raízes, além de discursos, palestras e conferências para todo estado, com isso induzindo a melhora no nível das demais emissoras. Todavia, exceto por uma de suas seções, a Discoteca Pública, a rádio-escola não se concretizou. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 76) Para além do elevado custo dos equipamentos, o projeto não vingou pelo conservadorismo dos intelectuais do DC. Mário de Andrade não só foi contrário à idéia, (*ibid.*) como também parecia difícil àqueles homens de letras habituados ao livro e presos à tradição lidar com meios de comunicação modernos e de massa. (SEVCENKO, *Orfeu extático na metrópole*, p. 31-2.)¹²⁰ Vargas, ao contrário, foi capaz de lidar com a novidade, tendo usado o rádio como veículo de propaganda política e controle social, (*Ibidem.*, p. 75) além de ter se tornado um poderoso promotor da cultura urbana combatida pelo DC em São Paulo, ao fazer da Rádio Nacional do Rio de Janeiro durante o Estado Novo, o mais importante divulgador da rica música popular brasileira antes do surgimento da televisão.

Supõe-se aqui que isso se deva à natureza política do projeto do DC, de conduzir o povo “pelas mãos” ao mundo da “alta cultura”, selecionando e monitorando seu acesso ao universo aristocrático das belas-artes e da vanguarda para formar os “artistas-operários” que lhes produziriam arte aplicada e luxo, “talismãs” que preservariam seus intelectuais da ameaça da modernização capitalista e da indústria cultural de massa. O ponto alto da “democratização da cultura” promovida pelo DC foram os “concertos públicos” oferecidos gratuitamente à população. Seus programas, provavelmente escritos por Mário de Andrade, explicavam não só as peças e seus autores, como também ensinavam o público a se comportar durante as apresentações. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 151/3) Mas, embora promovesse de fato o acesso do povo a um bem cultural

¹²⁰ Os intelectuais mostraram dificuldade em lidar também com o cinema, cujo potencial Monteiro Lobato já reconhecia em 1920. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 78-9)

complexo como a música de concerto, faltava a base cultural dada pela educação que lhe permitira compreender sua riqueza polifônica, fazendo-o transcender a “melodia solista” que Mário de Andrade compara com a indigência cultural do futebol (*Ibidem.*, p. 158-9.).¹²¹

O complemento ao trabalho de intervenção do DC foi a mão de ferro com que seus intelectuais procuraram controlar o tempo livre da população, em particular dos trabalhadores, de duas formas especialmente, impondo-lhes “políticas de lazer” e combatendo o que consideravam formas degeneradas de ocupar seus momentos ociosos. Em sintonia com idéias higienistas e eugênicas ainda em vigor nos anos 1930, o DC elegeu o esporte como a melhor forma de o trabalhador dispendir seu tempo livre. No bojo da legislação trabalhista brasileira implementada em 1934 que assegurou ao trabalhador contratado salário mínimo, jornada de oito horas, férias e descanso remunerados, na medida em que não necessitava de expedientes para enfrentar as despesas, os intelectuais do DC entenderam que o tempo livre deveria ser gasto de forma edificante e saudável praticando esportes. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 55)

Partindo do exemplo da França, que à época do *Front Populaire* criou um sub-secretariado de esportes e lazer, o DC instituiu a seção de Estádios, Campos de Atletismo e Piscinas da divisão de Educação e Recreios com o objetivo de instalar campos e aparelhos para a prática desportiva sobretudo em bairros de maioria operária, para os moradores se exercitarem ao ar livre e desviarem “dos ambientes improdutivos ou prejudiciais”, revelando a percepção dos intelectuais do DC da incapacidade dos trabalhadores em administrarem sozinhos de forma correta seu tempo livre. (*Ibidem.*, p. 55/6)

O resultado mais concreto dessa disposição foi a construção do complexo poliesportivo do Pacaembu, inaugurado em 1938. Ao discursar no lançamento da pedra fundamental do complexo em 1936, o chefe da divisão de Educação e Recreios Nicanor Miranda lembrou que

¹²¹ “(...) A criação de espaços públicos voltados para a educação, fora do ambiente escolar (...) pode ser considerada uma tentativa, mesmo que incipiente, de transformar a realidade da cidade. Mas essas tentativas não tinham o alcance necessário, justamente porque se colocavam à margem de grande parte da educação, principalmente os analfabetos, e acabavam servindo com um paliativo em um sistema educacional extremamente elitista.” (RAFFAINI, *Ibidem.*, p. 109)

“Ao lado do treino físico, o treino cívico. A par do exercício dos músculos, o exercício da cidadania”. (*Ibidem.*, p. 57)

De um modo geral, os intelectuais do DC consideravam a atividade física e o esporte a “política de lazer” por excelência, essencial tanto para crianças quanto para adultos por sua capacidade de condicionar o corpo e disciplinar a mente, imprescindível para a formação do homem conformado à autoridade, em plena harmonia com a rigidez ideológica da década de 30.

Por outro lado, os intelectuais do PD fizeram questão de agir de forma hostil e intolerante quando se tratou de lidar com as chamadas “diversões públicas”. Diversões públicas era o nome genérico para as formas de lazer e divertimento a disposição da população exploradas pela iniciativa privada e que escapavam do controle direto da Prefeitura, abrangendo sociedades dançantes, parques de diversões, cinemas, teatros de revista, circos, clubes desportivos e recreativos, e, um caso particular delas, a prática do futebol.¹²² Segundo Raffaini, era nos momentos de lazer gozados nas diversões públicas que a população sentia-se no pleno exercício da cidadania, convivendo com seus pares, estabelecendo e estreitando relações pessoais; era aí que se fazia perceber com maior nitidez a divergência entre as políticas culturais formuladas pelo DC e o que a população gostaria que fosse desenvolvido. Nesses espaços, aonde confluíam migrantes e imigrantes temidos e desprezados pelos intelectuais do DC, (*Ibidem.*, p. 33) em sua maioria urbanos havia gerações, a população circulava à vontade e com o maior prazer, usufruindo da cultura popular urbana a seu alcance, a municipalidade intervinha não estimulando, tampouco apoiando, mas coibindo-as tributando pesadamente para as asfixiar e inviabilizar. (*Ibidem.*, p. 59) Para tanto, a prefeitura formou uma guarda fardada para fiscalizar as diversões públicas, para manter a ordem, controlá-las e tornar mais eficiente sua tributação.¹²³

Entre as diversões públicas, o futebol parecia duplamente nocivo e odioso aos olhos dos intelectuais do DC. Primeiramente por ser uma paixão desenfreada capaz de

¹²² *Id.*:59. “A maior parte dessas agremiações nasciam a partir da reunião de moradores de bairros, que muitas vezes possuíam a mesma nacionalidade, ou eram descendentes de imigrantes com um cotidiano e práticas culturais semelhantes”. (p. 33)

¹²³ *Id.*:61. Para se ter uma idéia da verdadeira extorsão que a Prefeitura praticava contra as diversões públicas, o volume de impostos arrecadados sobre elas em 1936 foi de 5.886:217\$200, enquanto que a despesa do DC foi de 4.984:616\$240. (60)

desviar as atenções da mocidade da cultura intelectual, (*Ibidem.*, p. 58) e depois por proporcionar um padrão de sociabilidade que escapava do controle oficial, permitindo por meio da “comunidade imaginária” formada nas torcidas, que se articulassem formas mínimas de resistência à autoridade do poder público.¹²⁴ E de tal preconceito contra o lazer ao alcance da maioria da população não escapou nem um intelectual da envergadura de Mário de Andrade, que ao comentar a falta do hábito de leitura entre a população a qual gostaria de ver freqüentando as bibliotecas da prefeitura, declarou que a “sombra meiga e fria de suas salas de leitura em dias de verão brabo” jamais será atrativa para os “alfabetizados de Leônidas”, leitores exclusivamente

“da página de esportes e de crimes dos jornais”.¹²⁵

Munidos dos diagnósticos e dos instrumentos de intervenção, os intelectuais do DC lançaram-se a atividades de pesquisa para educação que subsidiariam a tarefa de nacionalizar a população estrangeira por meio da cultura. Nessas atividades, a “menina-dos-olhos” dos modernistas, o acento ideológico que coloria as atividades do DC se fez perceber com a maior intensidade; nelas os intelectuais do DC coletariam a matéria-prima com a qual desempenhariam a missão de esculpir a cultura na forma Brasil.

De fato, tais atividades cumpririam de modo complementar as duas finalidades que Raffaini e Barbato Jr. dão como relativamente excludentes na trajetória do DC: atuar como veículo da hegemonia paulista e como instrumento de elevação do nível do povo pela substituição da cultura ornamental pela “utopia nacional-popular”. Para Raffaini, com as atividades de pesquisa para educação, os intelectuais do DC fariam as vezes de bandeirantes à cata do conhecimento da história da cidade, do estado e, por extensão, do país, visto São Paulo haver se constituído no “berço da nação”, legitimando o papel do DC numa nova conquista do território nacional e na civilização de seu povo. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 82/3)

¹²⁴ *Id.*:59. É interessante o episódio narrado por Raffaini a respeito da agressão de um torcedor ao motorista da Prefeitura que conduziu até o campo de futebol o fiscal encarregado de recolher os impostos devidos. (60) Cabe lembrar que no início da década de 1930, o futebol escapou de vez da elite amadora que inicialmente o praticava, por ocasião dos primeiros campeonatos disputados por jogadores profissionais, atraindo multidões aos campos pois ainda não havia estádios dignos desse nome.

¹²⁵ *In*: BARBATO JR., *op. cit.*, p. 167. Mário de Andrade refere-se a Leônidas da Silva, o maior jogador de futebol então em atividade no país pelo São Paulo Futebol Clube.

Por outro lado, na “imundície de contrastes” da “barafunda” que era então o Brasil,¹²⁶ urgia, pois, construir uma nação que ainda não existia, cuja alma era incompreensível por síntese, o que seria, segundo Barbato Jr., uma transcendência subversiva da realidade junto ao tecido social existente no país. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 123) Noutras palavras, com as atividades de pesquisa para educação, o DC igualmente procuraria encontrar um outro sentido para a modernidade do Brasil diverso de uma “vontade desenfreada de modernização periférica” identificada apenas com seus sinais exteriores, as inovações técnico-científicas da indústria capitalista dos engenheiros e trabalhadores *blue collar*, (*Ibidem.*, p. 124) ou seja, uma “ida ao povo”, como propunham as vanguardas européias, para, na posse do conteúdo de seus conhecimentos e artes, opor-se ao caráter ornamental da cultura oficial, acadêmica, “prussiana”,¹²⁷ democratizá-la pelo alto e completando a construção da nacionalidade por meio dela, (*Ibidem.*, p. 126/8) e criar um consumidor de elite para a arte popular, resolvendo um dilema fundamental da modernização no país, (*Ibidem.*, p. 162) “incluindo” o povo apenas enquanto casta de artesãos sob uma oligarquia agrária praticante do monopsônio da arte popular.

Para se entender o conteúdo das atividades de pesquisa para educação do DC, cabe observar a já mencionada influência das “vanguardas européias”, em particular no tocante à busca do “nacional e popular”. A referência aí foi a vinda ao Brasil em 1924 do poeta franco-suíço Blaise Cendrars, que difundiu no país a valorização das manifestações culturais “primitivas”, em seu entender as únicas com conteúdos potencialmente capazes de enfrentar o passadismo acadêmico, o futurismo autoritário e apontar o rumo das legítimas manifestações na nacionalidade e da modernidade. Nesse sentido, quanto ao problema da “brasilidade” como esta era considerada pelos modernistas, deve se considerar a elaboração do conceito de *tradição* como elemento estruturante de uma produção artística e literária ao mesmo tempo universal e particular, vale dizer, singular e artística no sentido moderno dos termos. Dito de outro modo, sob influência das vanguardas européias, os modernistas brasileiros perceberam que a modernização enquanto ruptura radical com o passado só fazia sentido onde houvesse uma tradição internalizada, ou, que em países ainda em formação como o Brasil, onde havia uma tradição a ser construída para que a caracterização do novo, no que este tem

¹²⁶ Mário de Andrade citado por BARBATO JR., *Ibidem.*, p. 122-3.

¹²⁷ Ver nota 1.

de particular, sua “brasilidade”, comungasse valor universal. Ainda, como se para tomar parte da moderna ordem mundial das coisas fosse exigida da produção nacional uma contribuição considerada moderna por seus vínculos com o passado. (FONSECA, *op. cit.*, p. 96/7)

Assim, se as vanguardas européias descobriam nas artes e na cultura africana e primitiva novas fontes de expressão temporal ou espacialmente distantes de sua matriz cultural, no Brasil, essas manifestações encontravam-se muito vivas e presentes, sobretudo na zona rural e nas regiões do país onde o capitalismo ainda não havia se difundido, configurando-se o seu resgate como a verdadeira construção da nacionalidade, a definição de uma tradição brasileira, a missão por excelência do intelectual modernista, (*Ibidem*, p. 97) à qual Mário de Andrade se entregou completamente.

Essa articulação entre o particular e o universal deu-se na transição do modernismo estético para o ideológico, quando o fenômeno da pesquisa escapou da pura especulação artística para um projeto radical de conhecimento da cultura do interior do país, (BARBATO JR, *op. cit.*, p. 52; FONSECA, *op. cit.*, p. 92) instrumentalizada para a formação cultural do “artista-operário”. A busca infrene pelo passado nacional visando sua superação levou os intelectuais modernistas a empreender uma série de viagens pelo interior do país, fazendo-os romper com divórcio que habitualmente separou os homens de letras da realidade brasileira. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 54) Nessas viagens pelo interior de Minas Gerais, numa das quais em 1924 Mário de Andrade foi acompanhado por Blaise Cendrars, pelos jovens Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e outros intelectuais, entraram em contato com a arte colonial brasileira reconhecendo no barroco mineiro, até então desprezados pelos modernistas como rude e rebuscado, a primeira manifestação artística tipicamente brasileira, fundante da cultura nacional, (FONSECA, *op. cit.*, p. 99/100) levando-os à certeza que as raízes da modernidade brasileira estavam no interior. Quatro anos depois, Mário de Andrade empreendeu outra viagem ao norte e nordeste do país dessa vez na qualidade de folclorista e musicólogo para coletar temas e resgatar bailados populares.

Já à frente do DC, tendo em mãos um acervo de cultura popular acumulado em uma década, Mário de Andrade deu início à tarefa de conquistar e divulgar para o país a cultura brasileira a partir de São Paulo,¹²⁸ o que se daria em dois momentos. Primeiramente, divulgando entre os freqüentadores dos PI's bailados, jogos e

¹²⁸ Acreditando desempenhar a mesma missão dos antigos bandeirantes, segundo RAFFAINI, *op. cit.*, p. 83.

brincadeiras tradicionais em vias de desaparecer ou mesmo estranhas às tradições paulistas, como o bailado da Nau Catarineta, típico do nordeste, encenado pelas crianças, em sua maioria filhos de imigrantes. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 92/3) Outra iniciativa do DC nesse sentido foi a pretendida criação de um restaurante típico que estilizasse e fizesse publicidade da culinária e dos gêneros alimentícios nacionais além de organizar eventos, festividades e exposições. Planejado para se instalar no viaduto do Chá, o restaurante típico brasileiro ficou apenas na idéia, a nota irônica, segundo Raffaini, sendo dada pela chefia de cozinha, que seria entregue ao austríaco Wessinger, responsável pelo do hotel Terminus, onde semanalmente Paulo Duarte e amigos reuniam-se para apreciar vinhos e pratos elaborados por ele. (*Ibidem.*, p. 95)

O momento seguinte dessa ação foi o gesto mais audacioso do DC, a Missão de Pesquisas Folclóricas enviada ao norte e nordeste do país em fevereiro de 1938. A equipe que participou da Missão foi composta por Martin Braunwieser, o arquiteto Luís Saia, Benedito Pacheco e Antônio Ladeira, os quais visitaram Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 179) Foi um desdobramento da criação em 1937 da Sociedade de Etnografia e Folclore ligada ao DC, fundada para orientar, promover e divulgar estudos nesses temas, incentivar trabalhos, pesquisas, realizar conferências e viagens de estudo. Entre seus fundadores estavam Paul Arbousse-Bastide, Pierre Monbeig, Claude Lévi-Strauss, Paulo Duarte e Sérgio Milliet; o primeiro presidente foi Mário de Andrade e a secretária, Dina, esposa de Lévi-Strauss. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 84)

O objetivo da Missão foi gravar, fotografar, filmar e recolher a maior quantidade possível de manifestações populares pelas regiões percorridas. Sua importância pode ser avaliada pelo fato de Mário de Andrade, já exonerado da direção do DC, haver telegrafado a seus membros orientando-os a permanecer pelo norte do país cumprindo sua tarefa, até mesmo interrompendo o contato com São Paulo, quando em maio de 1938, o perrepista Francisco Prestes Maia, o novo prefeito da capital ordenou que se abandonassem os trabalhos por não considerá-los atribuição da administração municipal. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 40/1)

Assim, o DC, enquanto durou, trabalhou ativamente na construção de uma identidade cultural genuinamente paulista e brasileira, em que os elementos constituintes da nacionalidade não fossem maculados pelas influências estrangeiras. Para Mário de Andrade, tratava-se de divulgar material cultural recolhido fora do circuito urbano, haja vista que, sujeito a fluxos migratórios excessivos, (RAFFAINI, *op.*

cit., p. 87) o estado de São Paulo viu-se desprovido de uma autêntica cultura nacional, (BARBATO JR, *op. cit.*, p. 180) tornando-se foco de uma cultura metropolitana corrompida por bagagens culturais estranhas ao contexto nacional. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 87) Essa disposição dos intelectuais do DC reflete seu estado de alerta ante um dos aspectos mais contundentes da modernização, a formação da indústria cultural e de comunicação de massas, em particular o nascente mercado fonográfico, a cuja divulgação de seus produtos, de rápida e fácil assimilação pelo povo, entendiam ser imperativo reagir.

De fato, em fins da década de 30, encontrava-se definitivamente estabelecida a contradição entre o mundo da música folclórica rural “anônima, funcional, espontânea, salvaguarda dos valores ocultos e puros da nacionalidade brasileira” e a música popular emergente em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, considerada por Mário de Andrade uma “influência deletéria”, produzida pelas “camadas subalternas influenciada pelos imigrantes, impura, desorganizadora da visão centralizada e única da cultura nacional, preconizada pelos modernistas da década de 20”.¹²⁹ Desse modo, como as duas maiores cidades brasileiras a cada dia mais se distanciavam dos ideais de brasilidade rural e, pior, influenciando perniciosamente outros estados, nada restava aos intelectuais do DC senão agir efetivamente para deter e reverter esse processo, o que só seria possível enquartelando-se do DC e munindo-se com as armas da cultura nacional-popular brasileira (*Ibidem*, p. 87) pré-capitalista.

Tratou-se, portanto, de recuperar elementos culturais esquecidos ou em vias de desaparecer e reintroduzi-los no cotidiano das populações urbanas, construindo a nacionalidade por um caminho de mão dupla, ao mesmo tempo assimilando e sendo intransigente com o diverso: nascidos no Brasil ou não, os habitantes das cidades se abrasilariam na medida em que participassem das manifestações culturais consideradas brasileiras pelos intelectuais do DC. (*Ibidem.*, p. 91) Raffaini nota que o uso constante por eles de expressões como “contágio” e “expulsar” revelam sua obstinação em nacionalizar “por subtração”, na expressão de Roberto Schwarz, (*Ibidem.*, p. 87) reflexo da identidade cultural de matriz luso-brasileira aos quais estavam umbilicalmente ligados, em feroz oposição à influência cada vez mais intensa de elementos culturais estrangeiros que chegavam à cidade trazidos pela

¹²⁹ Carlini In: RAFFAINI, *Ibidem.*, p. 87-8.

industrialização e pela inevitável modernização da sociedade na época, talvez, a mais autoritária do século XX.¹³⁰

Um intelectual com todos os dedos na roda da história

Mário de Andrade, diretor do DC entre 1935 e 38, é o centro da análise e compreensão do papel dos intelectuais nesse momento crítico da história brasileira, quando o país debateu-se em meio a um conflito entre sua modernização estrutural, cultural e a permanência de vestígios de suas origens coloniais. Como se mencionou no início deste capítulo, para tanto é necessário ter uma noção do significado de seu envolvimento com o DC e sua proposta de política cultural, bem como sua postura pessoal em meio ao surto conservador e autoritário que tomou conta da década de 30, levando-o a oscilar entre a autonomia de suas idéias e uma eventual “cooptação” pelo Estado.

Mas quem foi Mário de Andrade (1893-1945) e o que representou para a história cultural no período? Para além do “futurista amalucado, de muito talento mas, ao que parece, de pouco juízo” nas palavras de Paulo Duarte,¹³¹ havia o pianista e professor de história da música, talvez por isso mesmo, de sensibilidade à flor da pele captando como poucos a atmosfera de mudanças profundas e radicais que pairou sobre a época e o lugar em que viveu, a cidade de São Paulo e o Brasil da primeira metade do século XX. Em meio ao surto econômico que colocou o estado e o país em meio aos fluxos mais importantes do capitalismo financeiro mundial, por seu papel no movimento modernista, Mário de Andrade representou um dos mais notáveis agentes da “substituição de importações cultural” que envolveu naquele momento mecenas, público e produtores ante o esgotamento dos modelos europeus e a subsequente invasão dos artigos culturais de origem norte-americana. (MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p. :xix/xx)

Se na República Velha, segundo esse autor, o recrutamento dos intelectuais se dava em função da rede de relações sociais para a realização de tarefas a reboque das demandas privadas ou institucionais, após 1930, condicionou-se ao acúmulo de trunfos escolares devido à maior competição entre eles, (*id.*:xix) no que Mário de Andrade foi praticamente insuperável. Para Miceli, Mário de Andrade pertenceu à categoria dos

¹³⁰ *Ibidem.*, p. 93. Como se pode depreender de uma das mais eloqüentes características da colonização brasileira, a severa interdição pela Coroa da vinda de outros europeus que não portugueses.

¹³¹ In: BARBATO JR., *op. cit.*, P. 28.

“primos pobres da oligarquia”, cuja foi ao mesmo tempo causa e estímulo ao investimento em atividades intelectuais de maior risco, como o romance e a ciência sociais, o que, afinal, o qualificou com muita propriedade (*id.:xxi*) para a conquista de cargos não só junto ao PD e o desempenho das tarefas complexas de natureza ideológica que se impuseram aos grupos hegemônicos após 1930. Ao contrário do “homem sem profissão” Oswald de Andrade, que assumiu um papel de liderança no modernismo graças à imensa fortuna familiar, (*id.:24*) o “primo pobre” Mário de Andrade o fez graças a seu empenho *self made* e a seus amplos investimentos em capital cultural, tendo diversificado ao extremo seis interesses, o que lhe garantiu uma colocação como assessor intelectual de prestígio fora da carreira política, (*id.:25*) por si só, indícios de uma “revolução burguesa” “pelo alto”, entre as hostes que mais se opunham a ela. Isso é tanto mais notável quando se considera que a formação superior de Mário de Andrade se deu no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, longe, portanto, da Faculdade de Direito, que não só atuava como intermediária na difusão da produção cultural européia, mas também como celeiro que fornecia elementos preparados para os postos parlamentares e os mais elevados cargos da burocracia estatal, sobretudo nas funções assessorias à política (*id.:35*)

Assim, no centro do ciclo agro-exportador comandado por uma elite empresarial que não só lucrava com os negócios como também diversificava seus capitais na hora de reinvestir, São Paulo se firmou logo na virada do século como um pólo de modernização que atraía e absorvia amplos contingentes de migrantes e imigrantes cujas demandas elevaram o grau de disputa política intra e inter-classes ao patamar cultural, algo novo para os padrões brasileiros. A contradição entre a presença de cada vez mais novos habitantes em busca de empregos e exigindo sua parte na afluência do século XX e a disposição da elite em atendê-los gerou respostas diversificadas por parte de seus segmentos. Esse fenômeno teria sido um dos principais aspectos da “incômoda modernidade”¹³² que atingiu o Brasil, pois forçou o deslocamento do centro político dos interesses agro-exportadores para os urbanos e industriais, dando o tom do conflito entre liberais e protecionistas que marcaria a vida do país dos anos 30 em diante.

E como Mário de Andrade, na condição de intelectual, tomou parte nesse conflito? No campo da política cultural, atuou na “guerrilha propagandística” de retaguarda que orientou a ação de cada um desses grupos para a população de baixa

¹³² Marco Aurélio Nogueira citado por BARBATO JR., *ibidem.*, p. 142.

renda: era preciso conquistar seus corações e mentes por sua adesão a um ou a outro projeto político-econômico de sociedade e país, o que se traduziria, aquém da perspectiva revolucionária, em votos para os candidatos de tendência protecionista, identificados com o “populismo” do PRP. Para os liberais do PD, o PRP mantinha-se no poder por que seus quadros comandavam um processo eleitoral fraudulento, cujos expedientes considerados mais sórdidos eram a Comissão Verificadora de Poderes, que não diplomava candidatos eleitos em oposição ao PRP, e o voto aberto, não secreto. Removê-lo do Executivo e deter a modernização “populista” imposta por seus caciques exigiam que o PD conscientizasse o eleitorado a níveis impossíveis de serem atingidos pela educação ordinária, dispersa por “disciplinas” nem todas de conteúdo crítico da realidade, e ainda mais ministradas em estabelecimentos públicos controlados pelos inimigos encastelados no governo estadual. Urgia, pois, uma política cultural de choque que elevasse rapidamente o nível do eleitorado, queimando etapas no processo, acelerando sua adesão à causa do anti-populismo e da modernização estrutura do país.

Propunha-se ao povo a cidadania pela *via cultural* (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 49) por meio da democratização a cultura, “humanizando a maioria” e “rotinizando o Modernismo”, como uma alternativa de participação na afluência capitalista pela qual lutavam a indústria nascente e o protecionismo, identificados pelos liberais do PD com o populismo político e a corrupção eleitoral; pela produção para um mercado de características aristocráticas, num monopsônio de arte e artesanato populares, praticado por setores da oligarquia avessos à modernização, aceitando-os como fornecedores, chegando a um equilíbrio satisfatório entre o econômica e politicamente novo, e o socialmente arcaico.¹³³

Entende-se aqui que Paulo Duarte foi o elemento-chave na consecução do projeto que resultou no DC e sua política cultural, por seus vínculos com o PD, o liberalismo de seus dirigentes, por seus amigos no Estado e governo, por suas ligações com o “Grupo do Estado”, por sua intrigante flexibilidade no espectro político, oscilando entre leituras de Marx e fobia ao favelado, e, principalmente, por ter sido o principal intermediário e avalista junto ao prefeito Fábio Prado e o governador Armando de Salles Oliveira para que Mário de Andrade fosse nomeado diretor do DC.¹³⁴ Segundo

¹³³ Ver BELLUZZO:15/6.

¹³⁴ “Foi a partir da aprovação de Armando de Salles Oliveira – governador de São Paulo – que o grupo do líder modernista pôde desempenhar as tarefas idealizadas nas reuniões do apartamento de Paulo Duarte”. (BARBATO JR.*op.cit.*, p. 44)

Barbato Jr, a política cultural constituiu um programa de intervenções pelo Estado e entidades privadas visando satisfazer necessidades culturais de uma população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.¹³⁵ Nos anos 20, São Paulo apresentava um rico mosaico de etnias (*Ibidem.*, p. 142) temido pelos intelectuais como se viu, mas que facultava escassas possibilidades de fruição cultural, restritas aos “salões” da aristocracia¹³⁶ que não permitiam a existência da uma vida cultural autônoma (*Ibidem.*, p. 143) bem como de um mercado de bens simbólicos. (*Ibidem.*, p. 144) Tal conjuntura colocava os intelectuais numa situação ambígua, estimulados para criar em meio a um clima de efervescência cultural mas sem um público capaz de assimilar sua produção.

Sob o impacto da industrialização e com a emergência política das populações urbanas criaram-se as condições para que os modernistas pusessem em prática sua proposta de levar às massas o “biscoito fino” que produziam, conforme o *slogan* de Oswald de Andrade. De fato, ainda que a maioria da população, mesmo das cidades, fosse analfabeta, a concentração urbana foi suficiente para promover uma difusão cultural “por osmose” da qual tanto agentes privados quanto o poder público (em maior escala) tirariam proveito, fazendo com que a cultura deixasse de ser um privilégio dos círculos restritos da aristocracia no interior dos quais se propagariam ainda até o fim da República Velha,¹³⁷ revelando a contrapelo contradições que então opunham os dois segmentos da elite dominante, os protecionistas e os liberais.

Por outro lado, a cultura teria escapando dos círculos aristocráticos, deixando de ser um privilégio seu, sendo absorvida, digerida e difundida fora deles ora por agentes privados e ora pelo Estado. Entendemos que Mário de Andrade se enquadra no perfil de um intelectual desse período oriundo de um escalão inferior dos clãs oligárquicos, que por seu talento e empenho impôs-se nos círculos aristocráticos das famílias Prado, Penteado, do PD, do “Grupo do Estado”, e desprovido de meios que o permitissem atuar no mundo cultural independente da venda de sua produção num “mercado cultural” praticamente inexistente, ainda tendo que se valer da intermediação do Estado na cultura e trabalhar para o *status quo*, para se manter realizando-se profissionalmente sob o “novo mecenato”. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 109) Do lado oposto teríamos o caso de

¹³⁵ Teixeira Coelho In: BARBATO JR., *ibidem.*, p. 141.

¹³⁶ Ver a descrição de Oswald e Tarsila em MICELI: 13/4.

¹³⁷ “(...) vivemos uns oito anos, até perto de 1930, na maior orgia intelectual que a história artística do país registra”. (Mário de Andrade citado por BARBATO JR., *op. cit.*, p. 145)

Monteiro Lobato, intelectual que se incompatibilizou com a evolução cultural de vários de seus pares e que, apesar de dispor de uma existência confortável, (MICELI, *op. cit.*, p. 16/7) aproveitou como agente capitalista privado o transbordamento cultural da década de 30, (KOSHIYAMA, *Monteiro Lobato. Empresário, trabalhador, intelectual e ideólogo da indústria do livro no Brasil*, p. 132/4) não só vendendo sua literatura como também fomentando o mercado editorial e formando a longo prazo seu público consumidor por meio de sua produção “paradidática” infanto-juvenil, do qual trataremos no capítulo seguinte.

Assim, teríamos Mário de Andrade imerso no “espaço cultural no qual se movia a geração de 30”, altamente instável, dependendo de empregos e serviços provisórios, numa vida de permanentes expedientes em jornais, editoras, pequenas revistas e outros veículos de imprensa e gozando de certa autonomia frente às estruturas institucionais. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 116) Mas, à medida que se processava a transição do modernismo estético para o ideológico, tornando os intelectuais mais sujeitos e propensos ao compromisso com as políticas culturais públicas formuladas pelos grandes contendores políticos do período, no caso, o DC municipal e estadual, de Fábio Prado e Armando de Salles Oliveira, e seu oponente, o Ministério da Educação e Saúde federal, subordinado a Gustavo Capanema e Getúlio Vargas, o que tornou Mário de Andrade ainda mais paradoxal foi o fato de ele haver trabalhado para ambos: primeiramente num DC instrumentalizado pelo PD em plena campanha pela sucessão de Vargas por Armando de Salles Oliveira e depois, com Capanema sob Vargas no Estado Novo, com o PD banido da vida política brasileira.

Assim, em que condição se encaixaria o perfil intelectual de Mário de Andrade nos termos em que esse debate foi conduzido de maneira crítica, uma vez que se considera aqui que ele não teria sido “cooptado” no sentido usual do termo pelas estruturas de poder dos liberais do PD ou dos protecionistas de Vargas, tendo ele conseguido manter sua autonomia “servindo a dois senhores”, ainda por cima adversários? Perguntado de outra forma, a partir da distinção estabelecida por Norberto Bobbio entre “ideólogo” e “experto”, o primeiro, o intelectual que age movido pela “ética da convicção” e o segundo, pela “ética da responsabilidade”, a qual tipo de ética corresponde o procedimento de Mário de Andrade? (*Ibidem.*, p. 103/4) A ética da convicção ou da “adesão” corresponderia à situação em que o intelectual trabalha em total harmonia com suas convicções pessoais, ao passo que a ética da responsabilidade ou da “cooptação” relaciona-se com a capacidade do intelectual de adequar os meios

aos fins políticos que tem no horizonte. (*Ibidem.*, p. 104) Assim, ao observarmos a atuação de Mário de Andrade, essa nos sugere a possibilidade de um quadro ambíguo na medida em que podemos considerá-lo atuante sob ambas as éticas.

Poderia se inferir que a atuação de Mário de Andrade no DC contém características tanto de “adesão” a uma causa como de “cooptação” pelo sistema. De “adesão” a uma causa com a qual ele concordava porque ele era havia muito, por força de sua condição social, um intelectual de curiosidade variada, versátil, para quem a cultura popular brasileira era objeto de interesse antigo; a diretoria do DC “coroaria” então mais de uma década de esforços no sentido de salvaguardar um patrimônio cultural ameaçado de extinção, na qual teria carta branca para instrumentalizá-la a serviço de uma causa que considerava justa, no caso a reforma da prática política no Brasil para torná-la “moderna” no sentido em que a tomava o PD.

De “cooptação” pelo sistema, devido às bruscas e profundas mudanças que a modernização impunha à sociedade brasileira naquele momento, em que a certeza das colocações assegurada pelas origens familiares, resquício duradouro do passado colonial, era duramente questionada e substituída por uma feroz competição por cargos na administração pública devido à proliferação explosiva de bacharéis oriundos de cursos particulares que avariou a “reserva de mercado” que beneficiava os formados egressos das escolas oficiais, (MICELI, *op. cit.*, p. 36/8) e por um “lugar ao sol” num mercado editorial em rápida transformação e expansão, premido pela dificuldade estrutural em se tornar escritor profissional. (*Ibidem.*, p. 121 e ss.) Isso teria levado Mário de Andrade a “se garantir” na máquina política democrática atuando como intelectual orgânico na tarefa de preparar a resistência à invasão cultural norte-americana, que a partir da substituição de importações de bens culturais, preparava o caminho para a de bens de consumo em geral, atentando contra o pacto liberal, ameaçando objetivamente a “vocação agrária” do Brasil e sua administração pelos oligarcas do PD. Certamente Mário de Andrade não abriu mão de qualquer convicção para assumir a diretoria do DC, o que caracterizaria uma atitude de cooptação no sentido corrente do termo. Tratou-se do reconhecimento oficial de seus dotes intelectuais e que o elevou a essa posição de relativo destaque e ampla repercussão popular nos quadros do PD, o que não teria sido adequadamente “aproveitado” pela agremiação em virtude da urgência eleitoral de sua ação, motivo pelo qual, por indicação de Capanema, trabalhou após a extinção do DC para o Ministério da Educação de Saúde de Vargas num projeto cultural, como se verá, de alcance não tão

amplo como o do Departamento, mas de igual importância e a partir de abordagem diametralmente oposta àquela vigente entre os democráticos.

Essa questão foi ainda ser formulada de outro modo, segundo os termos tomados da discussão tal como se a encaminhou num livro de grande sucesso na época de Mário de Andrade, *La Trahison des Clercs* de Julien Benda, publicado em 1927. Nessa obra, certamente lida por Mário de Andrade, o autor discute sobre essa categoria de homens – clérigos, letrados, eruditos, intelectuais, enfim – cujas atividades não devem perseguir finalidades práticas, mas, sim, defender valores eternos e interessados, postulando que a aproximação dos intelectuais do Estado, particularmente os nacionalistas e totalitários, era nociva e os afastava da missão da qual estavam encarregados. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 110/1) Numa palavra, era “trair ou desertar”. (BARBATO JR, *op. cit.*, p. 111)

Ainda outra forma de enunciar a questão é: em que concepção de intelectual se enquadraria Mário de Andrade, na de Benda, sendo ele um intelectual que jamais se envolveu em polarizações político-ideológicas e até na mercantilização de suas atividades – no mercado ou no funcionalismo público – ou a de Gramsci, segundo a qual agiria como um intelectual “orgânico” cujo papel é atuar politicamente legitimando com seu saber a ação do Estado? (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 10) A análise da trajetória de Mário de Andrade, do DC em São Paulo ao MES no Rio de Janeiro, revela que a ambigüidade que circunda sua ação é, ao que tudo indica aparente, ou melhor, que a unidade em sua ação apenas toma a forma de uma ambigüidade em virtude do alcance do projeto cultural em que, de fato, estava envolvido de corpo e, principalmente, de alma, levando-o a servir a dois senhores, o primeiro inimigo figadal do segundo.

Tem-se a impressão que o envolvimento de Mário de Andrade com Paulo Duarte, o PD, o Grupo do Estado e os intelectuais do DC formam uma escalada “natural”, na qual as dificuldades em que se encontrava quando foi convidado para dirigir o órgão, sua imensa bagagem cultural e seu envolvimento com a música e o folclore o qualificaram como a liderança óbvia para um órgão com as finalidades do DC, resgatar a cultura nacional-popular brasileira para instrumentalizá-la num programa político-cultural de contenção dos impactos da urbanização, modernização do país e preservação da matriz luso-brasileira tendo São Paulo como liderança e paradigma desse processo para o resto do país legitimando as pretensões do PD à presidência da república. Nesse momento, Mário de Andrade atuaria como intelectual “orgânico” no sentido proposto por Gramsci, como um funcionário convicto ao ideário da agremiação

à qual pertence e fiel a seus correligionários,¹³⁸ especializado na elaboração de uma política cultural de aplicação eleitoral imediata: a elevação do nível cultural do eleitorado para que o estado de conscientização daí advindo os faça concluir que o melhor para eles é aderir à proposta de “modernização” das estruturas e da sociedade tal como essa se impunha como contraponto à modernização irrestrita patrocinada pelo PRP e pelos engenheiros da Politécnica segundo um modelo norte-americano de sociedade afluyente de massas, e, em última análise, votar nos candidatos do PD nas eleições em todos os níveis, de forma a remover o PRP do Executivo afastando essa possibilidade. Vimos no segmento anterior deste capítulo, como todas as iniciativas do DC, por mais nobres que houvessem sido, eram antes de tudo respostas ao “desconhecido” trazido pelo migrante-imigrante e praticado na cidade em locais e atividades que lhes escapavam do controle, cujo paradigma era a perseguição que moviam por meio do Estado contra as diversões públicas e as pesadas críticas à indústria cultural em formação, contrabalançada pela imposição do que consideravam a verdadeira cultura popular brasileira, folclórica, de matriz luso-brasileira, africana e indígena, impingida às crianças para apartá-las culturalmente de famílias “imprestáveis para a brasilidade” e torná-las cidadãos “úteis e leais” como produtores de artesanato para fornecer à elite culta num sistema pré-capitalista, como os *ateliers d'État* do antigo regime.

Nesse momento, entende-se que a obra de Mário de Andrade é ainda “menor” que a instituição que o promove, na medida que ela resulta de articulação política prévia sobretudo de Paulo Duarte e ancora-se firmemente nas rígidas diretrizes políticas do PD em campanha pela eleição presidencial de Armando de Salles Oliveira. Aí se conjugam as perspectivas de Raffaini e Barbato Jr. quanto à “finalidade” do DC, servir de veículo da hegemonia política de São Paulo e de guia cultural da população de baixa renda para preservá-la da “cultura de fachada”, acadêmica e estéril, substituindo-a por uma nova cultura formada por elementos nacionais e populares, identificados com as manifestações folclóricas do Brasil interiorano e rural, antítese da cultura urbana sujeitas às influências deletérias das invasões culturais estrangeiras, e cujo combate travado pelo Instituto Paulista de Cultura preconizado por Armando de Salles Oliveira o qualificaria ante as demais elites regionais brasileiras legitimando sua ascensão à presidência, conjugando as duas interpretações.

¹³⁸ Ver RAFFAINI, *op. cit.*, p. 109-12.

Tal é a perspectiva político-cultural da fração de elite comprometida com a manutenção da economia agro-exportadora, com o liberalismo clássico, com a complementaridade entre a exportação de bens primários e a importação de manufaturados, que via com temor a invasão estrangeira em São Paulo e a modernização generalizada e compulsória induzida por sua presença cada vez maior motivando-os a conter, deter e combater uma cultura urbana que lhe fugisse do controle, substituindo-a por uma cultura erudita de popularização problemática e por um folclorismo que não lhes permitia extrapolar o universo cultural de um mundo rural que lutava para não ser superado pelo das cidades. Quando o perrepista Prestes Maia impôs a asfixia ao DC para caracterizar uma inversão de prioridades e dedicar sua administração à viabilização do Plano de Avenidas, tudo parecia perdido para Mário de Andrade com a “dolorosa realidade” do Estado Novo.¹³⁹ (BARBATO JR, *op. cit.*, p. 37) Cabe aí então perguntar em que a política cultural do Estado Novo diferia daquela do DC de Armando de Salles Oliveira?

Se nos tempos do DC as atividades de diagnóstico, intervenção e pesquisa para educação constituíram um esforço de política cultural para motivar a adesão do povo a uma causa eleitoral conservadora sendo necessário na prática constrangê-lo a se sintonizar com ele, no Estado Novo tratou-se (*Ibidem.*, p. 45) de uma política assumida de ponta a ponta por organizações do regime para atender às demandas culturais urbana da população crescente das cidades, permitindo, no entanto, a certos intelectuais-chave em sua estrutura tamanha autonomia que parecem inexplicáveis, resultando num programa mais moderno, mais educativo “de base” do que a proposta do DC. Essa diferenciação permitiria algo que o DC nunca conseguiu, tornar de fato acessível ao povo a cultura erudita, capacitando-o a entender e assimilar seus modos de informação.¹⁴⁰

Embora Barbato Jr. afirme o caráter secundário da cultura no governo Vargas, poderia se entender a política cultural do Estado Novo dividida em “popular” e “erudita”. A popular, centrada e modelada no atendimento das demandas culturais da população urbana do Rio de Janeiro, então capital do país, tinha o foco na música popular e na erudita de Villa-Lobos, o compositor oficial do regime. Com as Rádios

¹³⁹ “(...) não consegui impor e normalizar o DC na vida paulistana”. (Mário de Andrade *In*: BARBATO JR., *op. cit.*, p. 43; ver também p. 37)

¹⁴⁰ O DC não tinha como missão a educação básica, ministrada pelo governo estadual. Quem se ocupa disso é Monteiro Lobato.

Nacional e do Ministério da Educação e Saúde (MES), Vargas mostrou uma capacidade para a utilização dos meios de comunicação mais avançados no período cuja ausência ficou notória entre os intelectuais do DC, difundindo a rica música popular do Rio de Janeiro e popularizando a erudita em geral sob a batuta do compositor-regente. (RAFFAINI, *op. cit.*, p. 76, 79) Os cine-jornais e documentários do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), rigorosamente censurados, mantiveram em alta a adesão popular ao regime.

A cultura erudita de perfil acadêmico era comandada por Capanema que tinha carta branca para trazer para o MES intelectuais ainda que tidos como “comunistas” pelo segmento conservador do governo.¹⁴¹ Embora no cargo por força de um acordo com a Igreja em clima de intenso rearmamento moral, que o viu como seu representante enquanto seguidor da proposta autoritária de Francisco Campos para a educação, (SCHWARTZMAN, BOMENY e Costa, *op. cit.*, p. 47/8) foi o lado “ultra-moderno” de Capanema que possibilitou as maiores conquistas culturais do período, a arquitetura moderna do edifício do MES e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).¹⁴² Em vista disso, poderia mesmo se presumir que Vargas plantou no Estado Novo com Capanema o que colheu entre 1950 e 54, quando teve como aliado um ex-inimigo do porte de Luís Carlos Prestes.

Mário de Andrade liga-se diretamente ao SPHAN pois foi ele que em 1936, ainda no DC, redigiu o ante-projeto de sua constituição. Tendo sido preterido pelo de Rodrigo de Mello Franco, mais realista com relação à propriedade privada do bem tombável, na constituição do SPHAN, o ante-projeto de Mário de Andrade contém conceitos a respeito de arte e do patrimônio cultural edificado, cantado, moldado, bailado, etc., que se tornaram referência internacional em museologia e estudos de folclore. Capanema “assumiu” Mário de Andrade nomeando-o para a direção do Instituto Nacional do Livro, encarregando-o da organização e produção do *Dicionário* e

¹⁴¹ É notável nesse sentido, o episódio de Carlos Drummond de Andrade por não ser punido ao recusar-se a assistir a uma palestra sobre anti-comunismo proferida por Alceu Amoroso Lima. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, *op. cit.*, p. 83-4)

¹⁴² “(...) Sua aproximação com a Igreja parece explicar-se principalmente por fatores de ordem política ou, mais precisamente, pelo fato de Capanema ter surgido na vida pública seguindo as pegadas de Francisco Campos. Mas se Campos tinha em mente um projeto político ambicioso, do qual a Igreja seria uma peça, Capanema, ao contrário, se valeria do apoio da Igreja para chegar ao ministério, e a ele se limitaria, tratando de dar cumprimento ao mandato que havia recebido. (*Idem.*, p. 48)

da *Enciclopédia Brasileira*. (*Ibidem.*, p. 81) Nessas circunstâncias, floresceu de tal modo seu gênio, que ele se mostrou maior que o MÊS e que o governo, mostrando-o como um intelectual “puro”, que não se submeteu ao Estado por que o alcance de seu projeto era – e ainda é – universal, maior que o Estado, ainda tenha recebido dele seu sustento.

Somente a ação de Lúcio Costa pode se comparar à de Mário de Andrade pela profundidade de suas observações a respeito da participação do Brasil no fluxo cultural europeu como foi postulada pelas vanguardas nos anos 20, demonstrando sua “tradição” e pertinência, apontando as diretrizes da evolução do modernismo brasileiro sério que culminaram com a construção de Brasília em meio à efervescência cultural dos anos 50.

Cabe ainda lembrar que embora superadas num primeiro momento pelos desdobramentos “pragmáticos” da política cultural de Vargas desenvolvida no MES, as diretrizes do DC nunca foram abandonadas, tendo a partir da década de 50 assumindo a forma da cultura “de resistência” às imposições da indústria cultural capitalista que começava a triunfar no capitalismo periférico brasileiro, particularmente no tocante à emergência dos grandes conglomerados da indústria das comunicações, impérios jornalísticos, e cadeias de rádio e da nascente televisão.

É preciso notar que a vasta área de contato entre o ideário que deu origem ao DC e ao pensamento da esquerda – os intelectuais do DC esperavam o “socialismo” de Armando de Salles Oliveira – bem como a profunda identificação que se estabeleceu entre ele e as manifestações da cultura popular e folclórica, criaram uma noção tácita que a única forma de se fazer frente à cultura de massas “popularesca” derivada dos programas de auditório da Rádio Nacional surgida no Estado Novo era a utopia nacional-popular idealizada pelos intelectuais do DC, a qual permaneceu, por exemplo, na política cultural dos Centro Populares de Cultura (CPC’s) na efervescência “pré-revolucionária” do início dos anos 60. Na utopia nacional-popular do DC, a luta de classes seria superada por uma “aliança aristocracia-povo” celebrada na “cultura” do “artista-operário”, categoria idealizada de trabalhador braçal não alienado pelo capitalismo industrial da linha de montagem *blue collar*, bem remunerado e feliz, fornecedor monopsônico de luxo clássico e moderno para uma elite agrária de espírito aristocrático, de elevadíssimo poder aquisitivo, desviando-se do impacto da modernização e da invasão da cena pública pela plebe até recentemente miserável e sem direitos sob milênios de despotismo, produzido em estabelecimentos como o LAO e

cujas antítese será o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), agente da formação intelectual do trabalhador *blue collar* idealizado por Roberto Simonsen.

E essa diretriz de política cultural do DC permaneceu responsável por praticamente tudo o mais que se fez nesse sentido numa perspectiva cultural à esquerda no país, sobretudo na medida em que a indústria do entretenimento – ao invés de uma indústria “cultural” – caminhava no sentido de uma cada vez mais profundo mau-gosto, alienação e desmantelamento do senso crítico da população, sobretudo por meio da televisão, levando a secretária da Cultura da gestão Luiza Erundina da PMSP a responder com sua experiência frente ao órgão afirmando que teve como referência o trabalho de Mário de Andrade no DC. (BARBATO JR., *op. cit.*, p. 17)

Podemos concluir considerando que a experiência de Mário de Andrade no DC não poderia se enquadrar nem na perspectiva da total autonomia do intelectual com relação ao Estado, uma vez que nos anos 30 tinha-se uma clara percepção dos obstáculos teóricos e práticos às tentativas de se levar adiante um projeto cultural fora da esfera pública, sobretudo devido às dificuldades que cercavam o trabalho intelectual e o reduzido público capaz de absorvê-lo.

Entendemos que uma rara trajetória independente e contrária a essa tendência teria sido a de Monteiro Lobato, que, junto com o ofício de escritor atuou no mercado editorial e assumiu uma postura ostensivamente didática ao elaborar uma literatura infanto-juvenil de caráter enciclopédico, que tinha como finalidade formar do berço um leitor erudito e crítico, capaz de lidar com temas complexos técnicos e sociais, escapando das limitações da cultura “de fachada”, que não dependesse das artes e do folclore “nacional-popular” para enfrentá-la como “artista-operário”, do qual trataremos no capítulo seguinte.

Igualmente concluimos que Mário de Andrade não foi cooptado em virtude de o vulto de sua obra ter sido das dimensões que a cultura do país demandava naquele momento. Sua influência mais profunda e duradoura nesse sentido teria se dado na formulação do que se tornou a política de proteção aos bens históricos culturais e artísticos no Brasil por intermédio do SPHAN, partilhada por Lúcio Costa em seus trabalhos sobre a arquitetura colonial no país. Capanema tinha consciência das forças políticas em conflito no Estado Novo e desempenhou um papel quase insólito no MES servindo de anteparo entre intelectuais de postura avançada e uma retaguarda reacionária formada por simpatizantes do fascismo e militantes católicos da educação que viam com desconfiança quaisquer tentativas de resgatar a massa trabalhadora da

miséria, como a Escola Nova, e inseri-la na afluência, como a “para-pedagogia” de Monteiro Lobato. O fato de Mário de Andrade ter trabalhado sob sua proteção no Rio de Janeiro, em pleno Estado Novo logo após o desmonte do DC mostraria que o valor de sua obra contava mais que suas posturas políticas pessoais do momento, sendo válido o sacrifício de nomeá-lo para a organização da *Enciclopédia Brasileira* pelo INL.

Por esses motivos, consideramos o papel do intelectual Mário de Andrade nesse momento crucial da história política brasileira como crivado de ambigüidades que revelam a ambigüidade maior vivida no país no plano institucional, a necessidade de modernizar o país apesar de seus proprietários de terras, as pressões sobre a infraestrutura causadas pelo intenso fluxo migratório, a urbanização da população brasileira e a reação de grupos de elite que sentiam os fundamentos do mundo tremerem em nas fazendas de café, nos portos e nos salões e apartamentos da aristocracia.

CAPÍTULO 3

Missionários da utopia
ou agentes da modernização?

Neste capítulo se examinará o contraste que se supõe estabelecido entre a cultura promovida pelo DC, entendida como manifestação de valores de elite e, a que aqui se considera seu oposto, a cultura “aplicada à produção” de Monteiro Lobato. Nos capítulos precedentes viu-se que na virada do século XX, as elites brasileiras, particularmente as oligarquias cafeeiras de São Paulo encontravam-se num dilema frente à modernização inexorável das estruturas do país. De fato, três séculos e meio de economia colonial escravocrata sobrevivendo ao ingresso do país na soberania política, foram entre 1850 e 1870 duramente questionadas por setores sociais que se formaram apesar da rigidez da estrutura arcaica dominante, levando ao desgaste gradativo da monarquia até sua substituição pela república. Nesse ínterim, o país foi forçado a encarar a modernização num processo contraditório, alimentado pelos próprios vínculos com a velha ordem, na esteira do desenvolvimento da agro-exportação, que para sobreviver a esse período crítico teve que fazer concessões ao novo, como empregar mão-de-obra livre, implantar uma vasta rede ferroviária e conceder direitos políticos aos trabalhadores urbanos até se completar a transferência da hegemonia do campo para as cidades.

E ainda que esse processo tenha ocorrido sem o derramamento generalizado de sangue pelo país,¹⁴³ induziu profunda resistência política e cultural por parte de grupos de interesse contrariados com o novo tipo de Estado vigente no país e com a perspectiva de uma sociedade fundada no trabalho livre e na cultura urbana. Pressupõe-se aqui, que em São Paulo essa insegurança foi mais intensa entre a fração da oligarquia cafeeira que tirou proveito da agricultura de exportação estendendo as ferrovias, expandindo suas fazendas e acumulando fortunas mas não se adaptou ao principal fator de modernização, a invasão da cena política pela massa urbana que passou a exigir participação na política e na riqueza material cuja produção elevava-se a níveis sem precedentes graças à ciência e a tecnologia que intelectuais como os da Politécnica criaram. A sociedade afluyente de massas tornou-se um espectro rondando as facções aristocráticas da oligarquia que procurou neutralizar o impacto das idéias novas trazidas com a modernização e os

¹⁴³ Os casos mais graves foram as revoltas de escravos e o assassinato de fazendeiros na região de Campos dos Goitacases no Rio de Janeiro, a Revolta da Armada reprimida por Floriano Peixoto e o extermínio do arraial de Canudos no governo Prudente de Moraes.

imigrantes. As idéias, açambarcando-as para o gozo em saraus e salões particulares; os imigrantes, “abrasileirando-os” para os manter afastados das tentações da modernidade, conservando-os ideologicamente vinculados ao antigo regime.

Economicamente, a modernização no Brasil se consumaria com a substituição de importações (e a revolução burguesa), de cuja organização política se encarregou o PRP primitivo a partir da determinação de sua facção industrializante, desde a afirmação do ideário de Paula Souza com a reforma do ensino no estado em 1892, que concedeu um grande apoio à formação da mentalidade técnico-científica que viabilizou a industrialização e a substituição de importações. Em 1917, uma série de eventos mostrou que a modernização se precipitava sobre a sociedade brasileira na forma de manifestações políticas e culturais, locais ou externas, de que as estruturas antigas não davam mais conta de demandas que atingiam a escala de massas, dos milhões. Na década seguinte, a facção do PRP aliada à Light impôs a industrialização irreversível de São Paulo enquanto que a oposição do PD oferece-lhes resistência lutando por reformas políticas e institucionais que os permitam remover os perrepistas do Executivo, parte de sua estratégia constituindo-se de alternativas culturais a uma sociedade de massas em vias de se industrializar e consumir a revolução burguesa.

Nesse sentido, a ação do DC, braço cultural do PD, ocorreu no sentido de oferecer ao povo uma cultura “alternativa” à cultura urbana que rapidamente se formava, a do Brasil rural, o folclore e as tradições culturais cujas fontes são a matriz luso-colonial. A concretização dessa “alternativa” seria um trabalho de educação fundamentalmente artística, orientando o trabalhador para o universo do trabalho artesanal renovado, tributário de um ideário avançado como o de Ruskin e Morris, aplicado pela facção aristocrática da oligarquia cafeeira para renovar em tempos modernos um sistema análogo ao dos *ateliers d’État*, onde uma nata de artesãos produzia arte aplicada de luxo para o consumo monopsônico da aristocracia, “resolvendo” os conflitos sociais numa espécie de “aliança aristocracia-povo” celebrada em estabelecimentos-modelo como o Liceu de Artes e Ofícios (LAO) de São Paulo, que produziu e forneceu abundantemente para particulares e para o Estado nas primeiras décadas do século XX.

A obra de Monteiro Lobato é a antítese dessa lógica. Entusiasta da modernização estrutural do país, ao invés de preservar o povo da afluência, o escritor procurou influenciar

“o público na formação de uma mentalidade receptiva às transformações tecnológicas (...), (STAROBINAS, O Caleidoscópio da modernização, p.8)

estimulando entre seus leitores a industrialização do país, produzindo uma cultura erudita de alcance popular, escrita no idioma do povo brasileiro a partir de seu repertório e imaginário, preparando-o para enfrentar os desafios da vida moderna, em qualquer posição que na sociedade, *blue collar* ou burguesa, ensinando-lhe história e economia política, bastando para isso ter acesso oral ou escrito às obras. Tendo adaptado a cultura clássica aos padrões brasileiros, Monteiro Lobato não só entretinha e informava seus receptores como formava seu entendimento, infundindo-lhes senso crítico e capacitando-os a interpretar as fontes, levando a uma análise crítica da realidade à base de projetos de sociedade para o Brasil. Vale dizer, a cultura do DC é a sucedânea da cultura dos salões aristocráticos, enquanto a de Monteiro Lobato é veiculada em meios de comunicação pública e de massa, tendo ele contribuído consideravelmente para expandir o mercado brasileiro de livros. Mas em quê a cultura de Monteiro Lobato difere daquela do DC?

Os primeiros em São Paulo

A família Prado foi a primeira dos grandes clãs paulistas com interesses em todos os setores da economia estabelecidos no quadrilátero do açúcar a se fixar na cidade de São Paulo ainda nas décadas iniciais do século XIX. O primeiro deles que se tem notícia foi o sargento-mor Antônio da Silva do Prado que chegou a Santana do Parnaíba antes de 1710, quando se casou com uma brasileira. (LEVI, *A família Prado*, p.49/50) Rapidamente, Antônio Prado teceu

“(...) uma rede de amigos e associados, sem a qual família alguma poderia prosperar.” (id.:51)

O segundo Antônio Prado, ainda no século XVIII adquiriu imóveis na cidade de São Paulo os quais se tornaram

“(...) o começo de uma presença permanente na cidade do que estava para se tornar o ramo mais bem sucedido da família (...).” (id.:52)

O terceiro Antônio Prado (1788-1875) foi o primeiro a se destacar na vida pública brasileira. Por conta de suas articulações em São Paulo levando à independência, (*id.*:61/2, 69) foi agraciado com o título de barão de Iguape, pelo qual ficou conhecido.

O barão de Iguape é considerado avançado para os padrões senhoriais da época, protótipo do capitalista ativo em múltiplos setores, tendo como praça praticamente todo o país, desmaterializando negócios e realizando-os por meio de agentes e intermediários. Nascido em São Paulo, aí começou a articular a formação do império da família. Em 1825 nasceu sua filha Veridiana, que desempenharia papel destacado na história paulista. Sua intercessão foi vital para a instalação de uma faculdade de direito na capital em 1827. Em 1838, o barão de Iguape arranjou o casamento de Veridiana com seu meio-irmão Martinho, mantendo a integridade patrimonial do clã; (LEVI:67) em 1840, nasceu-lhe o primogênito Antônio, o fundador do PD.

Educada na França e Suíça, Veridiana absorveu os valores dominantes de sua época, que apontam simultânea e contraditoriamente para o novo, o moderno, o futuro e o arcaico. De fato, após a Revolução Francesa e a época de Napoleão, preservada a propriedade privada, a sociedade afluenta começou a se alastrar pela Europa, EUA e periferias do sistema, intensificando a produção e uso de tecnologia industrial, gerando empregos numa ponta ao mesmo tempo que o Estado preservava a ordem social, perspectiva incorporada da Escola Politécnica de 1794. No Brasil, essa tendência foi representada por Paula Souza, e seus efeitos foram considerados por seus críticos “populismo”, definindo como “canto de sereia” que subtrair o país de sua “vocação agrícola”. A tecnologia e seus efeitos multiplicadores democratizariam o consumo, antes *privilégio* do “estamento governante” zelosa e despoticamente preservados.

O ideário jacobino calou fundo entre os que se sentiram beneficiados pelas campanhas de recrutamento de estudantes talentosos para a Politécnica, para criar a base científica e tecnológica dos engenheiros que prepararam a segunda revolução industrial. Para os tecnicamente qualificados, a complexidade das tarefas da engenharia os afastava do exercício liberal da profissão, vendendo diretamente a particulares e ao Estado sua capacidade de potencializar trabalho no momento em que a ciência e a técnica se impuseram como organizadores do trabalho, da produção e da sociedade. Esse setor se mostrou particularmente propenso à carreira no exército, muito em função da capacidade dessa organização de “precipitar” fatos históricos de dentro do Estado, particularmente útil em sociedades periféricas que precisavam “modernizar-se” com

urgência sem comprometer consideravelmente os interesses estabelecidos, como o Brasil após a guerra do Paraguai.¹⁴⁴

Na década de 1850, se estabeleceu uma sólida união de interesses entre os Prado e Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá,¹⁴⁵ que sempre gozou do mais absoluto respeito junto aos paulistas, quando ele tentou iniciar a implantação do parque ferroviário da cafeicultura do oeste. Mauá, possuía absoluta competência para os negócios, terras na capital e estreitos vínculos pessoais com a família Prado, qualificando-a para contemplar em seu horizonte político atividade industrial e a substituição de importações. Dos filhos de d. Veridiana, os mais ilustres foram Antônio e Martinho Jr., o Martinico. De perfil político girondino, PCF, Martinico foi fundador do PRP, era republicano convicto, (LEVI:279) abolicionista, e reinvestia os lucros da cafeicultura em todos os setores da economia. Antônio nunca foi perrepista. Conselheiro do império, articulou uma saída honrosa para o gabinete Ouro Preto, o último da monarquia, garantindo para os aristocratas a sensação de uma transição “pacífica” para o novo regime. (*id.*:280/1) Aristocrático até o despotismo, o que se depreende de sua reação aos movimentos paredistas de seu tempo,¹⁴⁶ Antônio Prado foi o primeiro prefeito de São Paulo, cargo instituído em 1899 e que ocupou até 1911, quando, à maneira do prefeito Passos no Rio de Janeiro, atualizou a imagem do centro da cidade com os moldes europeus para celebrar o fausto que a riqueza do café lhes proporcionava. Isso, em meio à invasão de São Paulo pelo povo, migrante ou imigrante, que trouxe para a cidade hábitos e demandas de difícil realização por contra da elite proprietária, com usos e costumes estranhos, aos quais era necessário conter por

¹⁴⁴ Os jacobinos foram mais influentes entre os militares do Rio de Janeiro e foram decisivos para levar o movimento republicano às vias de fato, sendo pouco depois de sua instauração removidos dos principais cargos, até que o regime assumir sua “feição característica” girondina” e “civil” como Prudente de Moraes. Os jacobinos tornaram-se particularmente influentes no Rio Grande do Sul, estado de grande presença militar, onde a constituição positivista de Júlio de Castilhos fez os liberais lhes moverem guerra civil para os impedir de se reelegerem pela quinta vez em 1924.

¹⁴⁵ Que começou comerciante, tentou ser industrial, foi banqueiro e morreu fazendeiro. (CALDEIRA:60, 180, 224, 527)

¹⁴⁶ Antônio Prado não teve a menor consideração pelos brasileiros de São Paulo e durante a I Guerra, debaixo de pesadas críticas, aproveitou-se da “alta” do produto na Europa, exportando carne de seu matadouro em Barretos intensificado a carestia no estado. Passado o conflito, arrendou o firgirífico a terceiros. (LEVI:257/9)

constituírem risco à paz social fundada na herança cultural luso-colonial que os fazia dominantes.

Dona Veridiana da Silva Prado foi uma mulher incomum para o seu tempo. Em 1865 separou-se de seu marido, e nessas circunstâncias excepcionais, organizou a imagem e percepção que São Paulo hoje tem de si, tendo aglutinado ao seu redor a primeira elite cultural paulista com capacidade e disposição para investir pesadamente e atuar nesse setor. À maneira dos *salons* do Antigo Regime na França, onde boa parte da vida cultural desenrolava-se no âmbito *privado* de *grandes círculos aristocráticos* promovidos por mulheres cultas impedidas social e legalmente de atuarem no ensino *público* e no mundo artístico, as patronas forneciam a infra-estrutura e convidavam para seus *saraus* os nomes mais representativos das diferentes vertentes da produção cultural, de poetas e instrumentistas a cientistas e “personalidades”, para discutirem e exhibir seus trabalhos a uma platéia cujos membros os aprovavam ou não, caracterizando a postura vanguardística e inovadora desses celeiros privados de políticas públicas.

Todavia, os salões de d. Veridiana tiveram um lado “sério”, particularmente pelos nomes da cafeicultura, ciência e política que reuniam em sua residência em fins do século XIX, e organizaram a “marcha para o oeste” em bases racionais e científicas, àquele momento delineando-se para promover a interiorização da ocupação do Brasil que atingiria seus objetivos plenamente na década de 50. D. Veridiana convidou para seus salões cientistas e técnicos brasileiros e estrangeiros para realizarem o primeiro levantamento geológico e geográfico do estado de São Paulo para orientar a construção de ferrovias e as atividades econômicas gerais.¹⁴⁷ Por outro lado, d. Veridiana e sua *entourage* eram a clientela natural do Liceu de Arte e Ofícios (LAO) que demandou arte aplicada em quantidade assombrosa, lançando os fundamentos de uma eventual “aliança aristocracia-povo” (BELLUZZO, *Artesanato, arte e indústria*, p.103) da qual o DC se aproveitaria em seu projeto de “abrasileiramento” dos estrangeiros, como alternativa à afluência. Os salões de d. Veridiana aglutinaram a elite cultural de São Paulo em fins do século XIX num momento ainda austero e pioneiro de organização da conquista do oeste para civilização e ao café.¹⁴⁸ A elite paulista, meio aristocrática, meio republicana,

¹⁴⁷ Poderia se alegar que “para uso exclusivo dos cafeicultores que os bancaram”, como estratégia de manutenção de privilégios. Mas expressamente foi para uso genérico e público por todo o estado, inclusive para quem tivesse acesso à leitura.

¹⁴⁸ O extermínio das populações indígenas durante o avanço das lavouras até o rio Paraná e depois além-Paranapanema por sarampo e varíola na água dos rios nos quais se abasteciam dá uma idéia da

tinha duas propostas conflitantes de civilização “moderna” a se implantar no país: com ou sem substituição de importações e pelos salões da aristocracia culta de São Paulo desfilavam ambas.

O projeto de civilização

Nas décadas de 1880 e 90, os salões de d. Veridiana atingiram o auge de seu brilho e influência, sobretudo quando da organização e preparação da Missão Geológica e Geográfica encarregada de mapear o interior paulista visando racionalizar a exploração de seu potencial econômico. A clientela do LAO organizou nos salões de d. Veridiana uma missão civilizatória cuja importância somente a linguagem antiga e opulenta de suas residências e repartições públicas de onde a comandavam era capaz de exprimir.

Dona Veridiana patrocinou a estada em São Paulo do geólogo norte-americano Orville Derby para coordenar a missão encarregada explorar e mapear o interior paulista em proveito do avanço da cafeicultura. Interessados de outras províncias associaram-se ao esforço civilizatório da elite paulista, entre eles o engenheiro baiano Teodoro Sampaio e o cearense Domingos Jaguaribe, um dos patrocinadores da missão e que se tornou grande cafeicultor. A imagem de São Paulo e sua missão civilizadora plasmou-se no Museu Paulista (MP), inaugurado em 1894 às margens do Ipiranga, “representando a ascensão de uma nova província no cenário nacional” (SCHWARCZ, *O Espetáculo das raças*, p.79) num tom de desafio regionalista à hegemonia do Rio de Janeiro como se pode depreender do artigo de seu primeiro diretor, Hermann von Ihering, no qual afirmava ser o MP o primeiro constituído no país sobre bases rigorosamente científicas, à imagem dos congêneres europeus e norte-americanos. (*id.*:80/1)

A partir de 1892, em São Paulo implementou um projeto educacional republicano de envergadura. A partir de então, passou-se a ocupar intensivamente o interior expandindo as ferrovias, inaugurando-se inúmeras cidades, urbanizando a sociedade com efeitos multiplicadores em toda economia e a construção escolar ganhando notável impulso. Do início da república à I Guerra, a cafeicultura paulista expandiu-se acentuadamente até a super-produção, induzindo em 1906 o “seguro

determinação da elite paulista em conduzir a marcha para o oeste, retomando concreta e ideologicamente as aventuras de acumulação primitiva da sociedade que se formou no interior do país a partir de 1580. (ver LOVE[1982]:174)

social” burguês da Valorização, quando o Estado passou a controlar a oferta externa do produto. A Valorização permitiu que os fazendeiros absorvessem razoavelmente o impacto da queda súbita na demanda do produto em 1914, permitindo-os manter a demanda interna aquecida e estimular momentaneamente a substituição de importações, permitindo à República Velha sair do conflito “rejuvenescida” com a emergência política de Washington Luís.

A I Guerra foi crucial nessa evolução, na medida em que os motivos acima descritos impeliram a ala industrial do PRP a estreitar suas relações com a Light e a manobrar no interior do partido para se tornarem irremovíveis desagradando liberais como Antônio Prado, gerando as lutas políticas dos anos 20 entre as oligarquias contra a massa urbana emergente e entre elas pela prerrogativa de conduzi-las. Além disso, em 1917 ocorreram levantes de trabalhadores no Brasil e revoluções no mundo que elevaram os níveis de alarme na percepção das elites, motivando posturas ideológicas de força e a formação de organizações de caráter para-militar com fardas e rituais nas quais um coletivo de indivíduos de origem oligárquica exibia publicamente disposição de manter a ordem social pela violência se necessário, intimidação aos trabalhadores-manifestantes prenunciando as organizações fascistas da década de 30. Por outro lado, em 1917, a pintora expressionista Anita Malfatti realizou uma exposição, cujo trabalho provocou a crítica de um jornalista de OESP, Monteiro Lobato, que “não teria entendido” o conteúdo moderno da obra da artista, desencadeando a “ofensiva” artística e cultural que desembocou na Semana de 22 em São Paulo.

Por volta de 1917, engendrou-se uma mobilização conservadora que motivou os católicos a retomar a luta por privilégios, *status* oficial da Igreja, e o monopólio da educação pública para arrefecer o impacto da modernização das estruturas sócio-econômicas. A luta pelo controle do ensino entre a Igreja e a Escola Nova mostra a importância estratégica do povo ignorante de seus direitos, como os protagonistas de Maria Sylvia de Carvalho Franco em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*.

A Liga Nacionalista

A primeiras manifestações autoritárias burguesas de perfil fascista em São Paulo ocorreram em 1917, durante a guerra, a greve dos operários e a Revolução Soviética. A Liga de Defesa Nacional, organizada por Olavo Bilac e Rui Barbosa forneceu o modelo de organização paramilitar reacionária. Nesse ano, organizações estudantis tradicionais da Faculdade de Direito como a “*Burcha*” aliaram-se e formaram uma agremiação

autoritária para atuar em regime de alerta e prontidão para combater a insurgência popular. A *Liga Nacionalista* (LN) era uma de organização de elite que atuava ostensivamente junto à sociedade ministrando instrução militar para crianças nas escolas e para civis nas empresas, visando constranger os cidadãos à lealdade à ordem exigindo o “cumprimento de seus deveres com o Estado”. Além da Faculdade de Direito, a LN esteve presente no Colégio São Luís, jesuíta, o mais tradicional de São Paulo.¹⁴⁹ De fato, mal saída da escravidão, a oligarquia sentiu-se assediada pelo o anarquismo e o comunismo soviético em 1917, e mesmo com o populismo posteriormente, levando os proprietários mais tradicionais a uma histeria política sem precedentes, com a invasão das cidades pelo povo na virada do século XX apenas tornando esse processo irreversível e intensificando essa percepção. Encerrado o conflito e retomadas as exportações, a distensão permitiu o espraiamento cultural do povo à medida da expansão da economia, formando, por exemplo, o mercado das “diversões públicas” combatido pelas autoridades municipais por ser considerado foco de “maus costumes” e decadência social. Urgia, pois, conter a expansão da cultura urbana, industrial, que alimentava o surto moderno-desagregador “abrasileirando” seus promotores para que perdessem a capacidade de fazê-lo, “convertidos” à matriz cultural luso-colonial dominante.

A segunda geração dos salões

Outro momento da tomada de consciência pela elite de São Paulo da importância de seu papel no processo de modernização do Brasil se deu nos salões de Olívia Guedes Penteadado, que manteve a tradição iniciada por d. Veridiana, onde a tônica recaiu na arte e na ruptura com a academia e o senso comum. Considerado de vanguarda para os padrões brasileiros, do círculo artístico-social de Olívia Penteadado¹⁵⁰ emanaram diretrizes para o projeto de “inclusão pela arte” que resolveria problemas de concentração de renda na agro-exportação, deslocando para o universo das artes plásticas o paradigma de relações trabalhistas e sociais capazes de enfrentar os a modernização trazida com o capitalismo industrial.

Em linhas gerais, a desmontagem do passado se enfrentaria com a proposição de novas relações de trabalho inspiradas no artesanato pré-capitalista e nos *ateliers d'État*

¹⁴⁹ Ocupava um quarteirão na avenida Paulista entre as ruas Haddock Lobo e Bela Cintra.

¹⁵⁰ Olívia Guedes Penteadado foi a primeira pessoa no Brasil a possuir uma obra de Picasso.

do antigo regime francês, a serem revividos na perspectiva da proposta do DC para o aproveitamento cultural dos trabalhadores urbanos despejados diariamente nas cidades. Tem-se essa ideologia como núcleo da interpretação do DC como formador de um repertório artístico “popular” à base do fornecimento regular de arte aplicada decorativa para o público de elite sensível ao preceito modernista da incorporação do artístico primitivo, resultando numa espécie de pacto social e comercial alternativo ao trabalho *blue collar* no esquema fabril fordista que nem sempre lhes cumpria o prometido.¹⁵¹ No projeto do DC, as vantagens de se aliar à oligarquia seriam claras, manifestando-se no contraste entre a dignidade do artesão e a ferocidade com que o operário *blue collar* era tratado, em meio a uma desgastante e interminável luta de classes.

O modernismo artístico aportou no Brasil com espalhafato após as conferências de Marinetti em São Paulo em 1919¹⁵² e as viagens do casal Oswald-Tarsila a Paris, (MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p.13/4) que disseminaram entre a burguesia esclarecida uma postura iconoclasta com relação à tradição cultural que desembocou no Iluminismo e que seria aproveitada por Monteiro Lobato ao fundamentar sua luta jacobina pela afluência. Daí o modo como se “esvaziou” o conteúdo revolucionário do modernismo europeu para reduzi-lo ao “decorativo”, inócuo mas qualificado como sinal exterior de “modernidade” cultural, de *aggiornamento* com as matrizes do sistema, qualificando a vanguarda ante o povo, legitimando-a como formadora da cultura que preside a ação política, auxiliando o crescimento do eleitorado do PD fora dos círculos de elite.¹⁵³

¹⁵¹ Um paradigma dessa crítica foi o livro “*A Ilusão americana*” de Eduardo Prado, irmão de Antônio, no qual denunciou o monopólio e a crueldade da burguesia plutocrata contra o proletariado, (LEVI:289) desautorizando os EUA e a economia fabril como modelos para o Brasil.

¹⁵² Nessa época, ainda pouco se distinguiam os modernistas dos futuristas devido a suas posturas críticas com relação ao passado. O próprio Mário de Andrade era considerado por Paulo Duarte um “futurista amalucado, de muito talento mas, ao que parece, de pouco juízo. (Paulo Duarte citado por BARBATO JR.:28) Após a Semana de 22 e sobretudo depois da passagem de Blaise Cendrars pelo Brasil em 1924, os modernistas tomaram consciência da importância cultural do passado e trocaram a atitude iconoclasta por uma reverência seletiva quanto ao que deveria ser preservado para atuar como a tradição constitutiva de um modernismo “responsável” e democrático que concorreria para a elevação no nível cultural da população. (*id.*:29)

¹⁵³ Revelador dessa tendência ao esvaziamento intelectual do modernismo em favor de seus aspectos artísticos exteriores foi o “Concurso de decoração proletária” organizado pelo DC em 1936 visando a produção objetos de decoração a serem vendidos aos operários, que com seus limitados recursos

Isso corresponderia, segundo a análise de João Lafetá, ao ganho de densidade ideológica do modernismo, no interior do qual distinguiram-se os “dois projetos modernistas”, o “estético” e o “ideológico”.¹⁵⁴ (BARBATO JR.:52/3) Esgotado o primeiro na fase inicial iconoclasta de alteração no gosto artístico da elite, o segundo promoveria a “educação artística” do povo, levando Mário de Andrade a radicalizar sua disposição de conhecer o Brasil “primitivo”, rural e pré-capitalista. Desse modo, tocado pelo ideário de vanguarda europeu trazido ao país por Blaise Cendrars, foi conhecer o passado cultural nacional para o incorporar ao repertório artístico moderno elevando-a à dignidade dos salões e do mobiliário das residências da oligarquia.

Assim, o “moderno” dos modernistas do círculo de Olívia Guedes Penteado tornava-se um elemento puramente decorativo, um estilo a mais entre outros, como o neo-clássico produzido nas oficinas do LAO, mas com um toque de vanguarda que dava um ar *chic* moderno às residências dos promotores culturais mais importantes da oligarquia cafeeira exportadora tradicional. Expurgado de seus elementos revolucionários, o ideário moderno no Brasil conheceu uma trajetória sinuosa, tendo se alojado em meio à intelectualidade orgânica da ditadura do Estado Novo sob os auspícios de Gustavo Capanema. Presume-se aqui que o Estado brasileiro conheceu o “máximo” de modernização quando Capanema organizou o Ministério da Educação e Saúde e nele alojou os intelectuais progressistas. O próprio Mário de Andrade, um dos fundadores do PD, desgostoso com a grosseria de Prestes Maia que encerrou sumariamente as atividades do DC, foi para Rio de Janeiro trabalhar com Capanema no Estado Novo organizando a *Enciclopédia Brasileira* para atualizar o país com o Iluminismo. A articulação desse conjunto de intenções conduz a uma disposição ideológica de Vargas “visível” apenas através de Capanema, em atuar pelo

poderiam adquirir mobiliário e obras de arte a preços módicos (*id.*:33) experimentando a sensação de inclusão no circuito das artes restrito aos setores mais graúdos da população. O choque entre a idealização da vida proletária elaborada no DC e a realidade da afluência ainda que imperfeita vivida por parte da população trabalhadora de origem urbana européia manifestou-se no desabafo de Mário de Andrade, que alegou existirem “(...) no Brasil diversos níveis de vida proletária e que entre esses níveis alguns permitem mobílias, cortinas, tapetes, rádios (até pianos!)”. (Mário de Andrade citado por BARBATO JR.:*ibid.*)

¹⁵⁴ João Lafetá *apud* BARBATO JR.:52.

protecionismo e da substituição das importações, oculta pela violência e pelo embaraço nos conflitos político-institucionais que protagonizou.¹⁵⁵

Perplexos ante a invasão da cena política pela massa trabalhadora, futuristas e modernistas paulistas assumiram uma postura iconoclasta e espalhafatosa contra a cultural tradicional na mesma matriz luso-brasileira da qual Monteiro Lobato também se nutriu para compor sua obra. Ora desqualificando a tradição cultural como “parcial”, “de fachada” ou acadêmica,¹⁵⁶ restringiram-se à difusão da cultura “artística”, das artes plásticas e da música. O modernismo surgiu progressista e se tornar reacionário manifestou-se notavelmente em São Paulo, seu “berço” no Brasil, onde foi instrumentalizado pela aristocracia numa complexa operação ideológica de busca de adesão popular a seu projeto de país “moderno” e agro-exportador ao mesmo tempo. Esse paradoxo moveu a contradição à base do DC, a preparação do trabalhador para o pacto aristocracia-povo que se consumaria no LAO, fornecedor de luxo para a oligarquia democrática e avessa à modernização das estruturas.

A cultura do DC e seu contrário

Como já se viu, o projeto cultural do DC envolveu três tipos de atividades: diagnóstico, intervenção e pesquisa; cada uma delas atendendo a um fim específico. As de diagnóstico “mapearam” culturalmente da população paulistana de baixa renda revelando a necessidade de “abrasileirá-los” urgentemente para os preservar do jacobinismo, socialismo, anarquismo e do comunismo emergentes. As atividades de intervenção foram uma primeira resposta aos diagnósticos, pois levaram os quadros do DC a atuar junto à população de origem imigrante para, antes de “abrasileirá-la”, remover-lhe “vícios culturais” trazidos de fora, ou, mais efetivamente, preservar as crianças de “maus hábitos” domésticos e das ruas, iniciando-as na educação física, no desporto e no hábito de freqüentar bibliotecas para facilitar a tarefa seguinte. Finalmente, as atividades de pesquisa representaram o trabalho mais amplo e sofisticado do DC, constituindo o esforço de acumular o repertório e os meios culturais necessários à formação artística do povo.

¹⁵⁵ Essa disposição, de elevado custo político, plantada no Estado Novo, frutificou em seu mandato democrático, quando teve o apoio de seu maior adversário, Luís Carlos Prestes.

¹⁵⁶ A partir desse momento, consagrou-se o costume de referir-se publicamente a “acadêmico” como sinônimo de “elitista”, mostrando o meio acadêmico como um conventículo de intelectuais orgânicos que tramavam o sofrimento do povo em proveito do capital.

Centralizada no folclore e nas tradições culturais da matriz luso-brasileira e colonial, a pesquisa empreendida pelo DC visou uma “formação artística popular” que qualificaria o trabalhador refinando seu e a suas habilidades para torna-lo um “artesão-operário” capaz de trabalhar no LAO e para produzir arte aplicada de luxo. Nesse sentido, a cultura do DC seria eminentemente prática, aplicada à formação profissional do trabalhador como alternativa a seu destino *blue collar* quase “natural” numa conjuntura de franca expansão capitalista industrial. Retrógrada e utópica, a proposta do DC impedia o povo de se interessar pela cultura urbana e suas manifestações que então começavam a se difundir em rádios, fonógrafos e cinemas, mantendo-o num patamar *naïf* de percepção da realidade, como mão-de-obra barata para a produção de luxo, permitindo à aristocracia sobrevivente dar a volta por cima após quase duzentos anos de história republicana.

Oposta à cultura do DC estava o ensino público que surgiu com a Revolução Francesa, visando a formação geral do cidadão republicano, com o básico “iluminista” em todas as áreas do conhecimento, como os “conhecimentos gerais” de Leonardo da Vinci,¹⁵⁷ mais um saber específico que permitiria ao indivíduo a participar da divisão social do trabalho. A origem desse fenômeno estaria na criação da Escola Politécnica em 1794, onde a França concentrou o esforço de mobilização de quadros intelectuais capazes de conceber as novas tecnologias demandadas pela sociedade de massas, realizando sua revolução industrial, “tardamente” iniciada, com mais eficiência que a Inglaterra, transformando a técnica empírica “artesanal” em tecnologia “industrial pesada”,¹⁵⁸ o que a desqualificou para a “segunda revolução industrial” e levou-a à intermediação financeira internacional por volta de 1870, dominando com a libra até a II Guerra Mundial. (ver ARRIGHI, *O longo século XX*, p.243 e ss.)

No estado de São Paulo essa disposição foi representada por Paula Souza, que como deputado estadual articulou e aprovou um projeto de reforma de ensino que

¹⁵⁷ Considerado protótipo de “homem moderno” pela abrangência de seus interesses no conhecimento aplicado ao aumento da produtividade.

¹⁵⁸ Se na “primeira revolução industrial”, a vapor, a Inglaterra “vestiu o mundo” com seus tecidos de algodão, no início da “segunda”, os cientistas franceses revolucionários que estudaram os gases e os princípios da termodinâmica lançaram as bases para a indústria da refrigeração e dos frigoríficos com impactos brutais na vida cotidiana dos indivíduos e na economia dos países, permitindo surtos econômicos espetaculares como os da carne na Argentina e Uruguai, com efeitos históricos análogos aos da cafeicultura no Brasil.

modernizou consideravelmente a rede de escolas públicas estaduais. Ainda que não atendessem a toda população em idade escolar, os grupos escolares, ginásios, colégios e escolas normais do estado de São Paulo adotaram uma postura pedagógica avançada abrangendo todas as áreas do conhecimento, correspondendo à formação Iluminista genérica à base do projeto republicano. A Politécnica criada por iniciativa de Paula Souza coroaría esse projeto de aproveitamento de talentos amadurecidos nos níveis anteriores para aplicarem seus conhecimentos intensivamente em ambas revoluções industriais, a “primeira” e a “segunda”, que urgiam ocorrerem no tempo em que a população urbana nativa ou migrante começou a forçar sua participação na riqueza gerada na agro-exportação.

Para viabilizar tal proposta de “ensino iluminista” era preciso uma visão e uma prática modernas da educação no país,¹⁵⁹ Essa necessidade de formar pela base os técnicos que possibilitariam a substituição de importações colidiu com a disposição dos católicos ultramontanos de combater o ensino leigo intensificando uma campanha de bastidores junto ao Executivo para garantir aos quadros da instituição foro privilegiado de religião de Estado, pressionando o governo para reservar o funcionalismo público aos católicos. Como então estimular nas crianças o gosto pela educação e pelo estudo para aproveitarem os benefícios da civilização como cidadãos no pleno gozo de seus direitos?

Cultura e educação objetos de disputa

Nos anos 20, a Igreja esforçou-se para ampliar sua influência política por meio de uma rede de organizações paralelas à hierarquia geridas por intelectuais leigos, (MICELI:51) em parte resposta à emergência do movimento operário ao mesmo tempo que se reforma a ação dos leigos para preservar seu predomínio em áreas estratégicas como a educação e a cultura, (*ibid.*) para que nelas o Estado não promovesse o “populismo”. Tradicionalmente, a Igreja Católica dominou o ensino privado no país que formou a classe senhorial letrada que comandava a empresa colonial, muito pouco cabendo ao ensino público. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, *Tempos de Capanema*, p.162) Preservado esse modelo na monarquia, um dos primeiros compromissos da república a

¹⁵⁹ A educação no Brasil era até então monopólio de algumas ordens religiosas como os beneditinos e os jesuítas.

foi com a educação pública, leiga, universal e gratuita dos sete aos dez anos ao menos, por força da atuação positivista no ensino técnico.

As discussões sobre as relações Igreja-Estado no Brasil foram retomadas nos anos 20. A partir daí, a “união da cruz com a espada” manifestou-se seguidamente em banquetes, procissões solenes, em solenidades, no enquadramento ideológico de intelectuais leigos em centros de reunião e difusão doutrinária, onde os católicos assumiam posturas diante de questões temporais e articulavam respostas a elas. (MICELE:51) Um resultado prático interessante disso foi o

“(...) surto de ‘vocações’ entre jovens intelectuais originários de antigas famílias (...) que decidiram ingressar nas ordens religiosas de maior prestígio (os beneditinos, os jesuítas, os dominicanos); (id.:52)

com desdobramentos profundos na história política futura de São Paulo e do Brasil.

O movimento leigo entre a elite culta de São Paulo reproduziu as diretrizes do catolicismo ultramontano, do rearmamento moral ante a democratização do poder que o povo impôs em várias partes do mundo na virada do século XIX. Quando o papa Pio IX decretou a infalibilidade de seu cargo e exigiu obediência total a suas determinações no campo doutrinário e ideológico, assumiu uma postura de agressiva e intolerante de não aceitação dos novos princípios civis republicanos, chegando a se colocar fora da lei quando declarou o Vaticano “prisioneiro” do Estado italiano, disposição política que só foi desfeita em 1922 sob o fascismo, em troca da indiferença quanto aos aspectos morais do regime. Sobretudo após a revolução soviética, os católicos e a elite cultural aferraram-se aos preceitos da *Rerum Novarum* de Leão XIII e mergulharam de cabeça como leigos na militância junto às classes trabalhadoras, disputando com ela a adesão à ordem tradicional, “suavizando” a desigualdade social com fartas medidas de bem-estar como saúde e educação públicas de qualidade e demonizando o trabalho *blue collar* por seus vínculos com o execrado modelo norte-americano de civilização, que começava a se tornar hegemônico sobre o Brasil a partir da década de 20.

Essa transição de hegemonia não foi um processo linear e livre de contradições, como se verá adiante. Significou definir novas abordagens e prioridades nas agendas pública e privada à medida em que o povo das cidades invadia a cena pública comprometendo a antiga ordem e invertendo-a de majoritariamente rural para urbana, formando um mercado interno sobre bases econômicas diferentes das até então

dominantes. Assim, a urbanização da população coincidente com a transferência de hegemonia da Europa para os EUA motivou uma reação específica, mesclando a ideologia de uma classe, nostalgia por um antigo regime de exclusividades e privilégios, e repulsa a um modo de vida que implica na radicalização da forma mercadoria e na exacerbação da divisão social do trabalho manifestada pela elite cultural que do DC. Ainda sob o impacto das revoluções culturais e políticas da virada do século XX, a Igreja envolveu-se com os intelectuais que procuraram enquadrar ideologicamente a modernização, tanto pela “direita” com os porta-vozes orgânicos da revista *A Ordem* do Centro Dom Vital quanto pela “esquerda” com o

“(…) Instituto Católico de Estudos Superiores (*embrião da futura Pontifícia Universidade Católica*), (*ibid.*)

configurando-se no horizonte político do setor aristocrático da oligarquia a possibilidade de manter-se politicamente hegemônico qualquer que seja a orientação política do povo, autoritária ou “democraticamente”.

Uma das marcas mais combatidas da nova hegemonia foram as doutrinas pedagógicas norte-americanas experimentadas pelo ensino público republicano brasileiro ao povo que, entende-se aqui, poderiam levar a um jacobinismo incontrolável, como o “pragmatismo” de John Dewey. Em linhas gerais, fundado no conceito de utilidade como critério de validade, o pragmatismo seria uma espécie de Iluminismo para o senso comum, distribuído em dois “conteúdos”, o de uma “vivência” (*Erlebnis*) e outro de “percurso”, (*Erfahrung*) que interagem entre si, o primeiro formando os diferentes *pragma* que seriados originam a *praxis* genérica à base do pensamento moderno. Um conhecimento básico e uma “ética” que imprima movimento e confira um sentido a esse básico fundamentariam uma cultura de valorização do estudo e da atividade intelectual aplicada, algo inconcebível na herança colonial brasileira em que as “artes mecânicas” eram socialmente estigmatizadas e marginalizadas. Uma “aberração” interessante produzida no Brasil na virada do século XX foi o inventor Alberto Santos-Dumont. Prova inequívoca da atualização da oligarquia agrária com o que havia de mais avançado, que teve que fazer o que fez em Paris pela total carência de condições de fazê-lo em seu próprio país, onde a elite dirigente escravocrata, poucas décadas antes, havia impedido Mauá de modernizar as estruturas, movendo-lhe uma

guerra sem trégua, nos tribunais ou atentando contra seus estabelecimentos fabris. (CALDEIRA, *Mauá*, p.268/9, 272, 274, 261, 336/7)

Nos Estados Unidos, eram muitos os mecânicos como os irmãos Wright, favorecidos por uma cultura e uma infra-estrutura “pragmáticas” que valorizavam a atividade manufatureira e de pesquisa visando a inovação industrial. Aí, a cultura material moderna atingiu o máximo de sua realização, com a estandardização em massa absorvendo e fornecendo a uma emergente classe trabalhadora *blue collar* que não deveria jamais chegasse ao poder, mas aderir à “contra-proposta” do pacto aristocracia-povo implícito na ideologia do DC, ao simulacro de *welfare* proporcionado pelo LAO, produzindo o luxo com o qual a oligarquia celebrava seu fausto.

Guerra na base cultural

A reação ultramontana no Brasil foi desencadeada pelo arcebispo de Olinda e Recife d. Vidal, que excomungou intempestivamente os padres maçons que não atenderam a sua ordem de retratação e abjura. Após engolir todas as imposições do novo regime, como o caráter oficial do casamento civil em lugar do religioso implicando em perda de controle moral sobre o cidadão, a ala leiga da Igreja sintonizada com a *Rerum Novarum*, superou a caridade e encarregou-se da assistência política ao cidadão.

A relevância política da educação nesse período advinha da

“(...) crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA:51)

A polarização política em torno do tema da educação revela as cisões político-ideológicas na opinião pública envolvida nesse debate. As vertentes em debate nas décadas de 20 e 30 polarizaram-se entre partidários da educação humanística contra a técnica, da escola universal e da separação por setor da sociedade, da escola pública e dos estabelecimentos privados, mas, sobretudo entre os defensores do ensino religioso e elitista contra o leigo e popular. (*ibid.*) Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa,

“(...) Todos concordavam (...) que optar por esta ou aquela forma de organização, controle ou orientação pedagógica significaria levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional (...),

o que fez da educação

“(…) a arena principal em que o combate ideológico se daria. (ibid.)

Dado o virtual monopólio do ensino confessional no Brasil, a necessidade de orientar a educação pública no país levou à formação nos anos 20 de mais uma frente de modernização, definindo um amplo espaço de debates e um movimento em prol da massificação do ensino. (*id.*:52) Em 1924, a *Associação Brasileira pela Educação*, fundada por Heitor Lira passou a realizar palestras em todo país, a publicar periódicos em favor do ensino público, polarizando as diferenças de opinião o antagonismo insuperável entre os católicos e os partidários da *Escola Nova*. (*ibid.*)

Antes uma tendência do que um projeto definido, a Escola Nova (EN) estruturou-se em torno da

“(…) escola pública, universal e gratuita (...) para todos (...),

que deveriam

“(…) receber o mesmo tipo de educação (...),

criando assim

“(…) uma igualdade básica de oportunidades, a partir da qual floresceriam as diferenças baseadas nas qualidades pessoais de cada um. (ibid.)

Leiga por natureza, a EN seria implementada pelo poder público sem a interferência do setor privado devido a sua complexidade e para não sujeitá-la aos conflitos particulares de interesse. (*id.*:52/3) Sua “grande função” seria

“(…) formar o cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se, sem a tutela de corporações de ofícios ou organizações sectárias de qualquer tipo, ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se formando. (id.:53)

Vale dizer, distinguindo-se da tendência corporativa autoritária e estatal que se tornou moda nos anos 30, tanto das organizações de direita, como o Integralismo, ou como as “de esquerda”, “modernas”, como as correntes “progressistas” da Igreja Católica sob a *Rerum Novarum*, pois ambas rejeitavam a riqueza “fora” do círculo dominante tradicional, contrária à afluência. Opondo-se à tradição autoritária do ensino tradicional brasileiro, pautada em ultrapassados manuais organizados pela Igreja,¹⁶⁰ a EN buscava

“(…) *se aproximar dos processos mais criativos e menos rígidos de aprendizagem (id.:53)*

além de ser um elo de ligação entre o Estado e a população não por meio de vínculos burocrático-administrativos, mas culturais e “comunitários”, como equipamento de utilidade pública,¹⁶¹ preparando nos níveis básicos da educação o futuro estudante da Escola Politécnica, viabilizando localmente a afluência e a prosperidade geral.

Esse movimento foi protagonizado por nomes como Fernando de Azevedo, um dos elaboradores mais destacados da EN, da qual apenas uma parte da proposta efetivou-se pela prefeitura paulistana, os Parques Infantis, os quais, implementados nas breves gestões municipais de Anhaia Mello sob os auspícios de Mário de Andrade, associaram a EN a iniciativas culturais mais próximas do DC e do PD do que propriamente de alguma proposta *pragmática* que de fato presidiu a tendência. (RAFFAINI:63/4) Como cabia ao governo estadual o ensino público a partir do grupo escolar, estabeleceu-se uma descontinuidade administrativa e operacional nas primeiras tentativas de implementar a EN por completo. Nesse ínterim, suas diretrizes eram postas em prática no ensino estadual por força dos estatutos da reforma de Paula Souza e Sampaio Vidal de 1892, que organizou o ensino público paulista e promoveu a construção escolar nas cidades do estado.

Outro nome, talvez o mais notável publicista da EN foi Anísio Teixeira, orientando de Dewey na Universidade de Colúmbia e diretor da Instrução Pública no

¹⁶⁰ A posse e a leitura de livros de Descartes foi proibida em Portugal até 1820.

¹⁶¹ SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA:53. Supõe-se que “comunitário” aqui signifique muito mais do que “vizinhança”, dimensão do espaço público abrangível em escala humana, mas o vínculo entre o privado doméstico e o público social que define a vida política, extensivo à idéia de nação que tão intensamente se procurava elaborar nos anos 20 e 30.

Distrito Federal de 1931 a 1934. (*ibid.*) As idéias da EN mescladas aos métodos pedagógicos norte-americanos foram consideradas tão ameaçadoras pela Igreja, (MICELI:53) que ela valeu-se de todo seu poder junto à famílias oligárquicas para exigir privilégios de religião de Estado e senão o monopólio, pelo menos a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Em resposta, os católicos leigos e as autoridades eclesiásticas defenderam esses interesses organizando um circuito de instituições (a *Ação dos Professores Católicos*, a *Revista Brasileira de Pedagogia* e outras), capazes de enfrentar a “infiltração comunista” de educadores profissionais na gestão pública do ensino, (*ibid.*; SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA:53) em sintonia com o esforço do Vaticano de centralizar todas as organizações católicas em torno de uma direção central à maneira da Ação Católica recém-instaurada em alguns países europeus.¹⁶²

Com a ira da Igreja contra si, (MICELI:53) Anísio Teixeira enfrentou uma poderosa máquina de pressão política elaborada em Minas Gerais, segundo John Wirth Schwartzman, Bomeny e Costa,

“(…) *um campo de provas dos movimentos da Ação Católica, na linha alemã, francesa e belga* (...),¹⁶³

quando os missionários começaram a recrutar entre as classes médias e trabalhadoras para dominar processos sociais de natureza “revolucionária”. Por outro lado, as provocações à república dos ultramontanos resumem-se na *boûtade* de Jackson de Figueiredo:

“(…) *a pior ilegalidade era ainda melhor que a revolução* (...)

identificada pelos fundamentalistas da revista *A Ordem*, com o “tenentismo”,

¹⁶² “(...) Em junho de 1935, os bispos brasileiros promulgavam os estatutos da Ação Católica, moldada segundo os padrões italianos, com seus quatro grandes organismos de base (que guardavam certa semelhança com a organização política fascista) (...)”. (MICELI:53) “(...) Por ocasião da campanha eleitoral de 1933, a ‘intelligentzia’ leiga voltou a pressionar em favor da organização de um partido político calcado no modelo da ‘democracia cristã’ italiana, encontrando fortes resistências por parte da hierarquia eclesiástica”. (*id.*:54)

¹⁶³ John Wirth citado por SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA:54.

“(...) que trazia consigo certas idéias modernas perigosas, associadas ao liberalismo e ao positivismo, com sua crença nos poderes da técnica e da ciência como critérios para a organização da vida e da ação social. [grifo meu] (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA:55)

Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa, a “recatolização” da geração de Francisco Campos os preparou para intimarem Vargas até estabelecer um acordo com a Igreja. Os opositores da “demagogia” da educação libertária conclamam os católicos para a “ação social” que neutralizará o impacto da invasão da cena política pelo povo das grandes cidades. Intensificando a pressão sobre Vargas, os católicos obtiveram em 1931 o decreto que anulou a medida constitucional republicana de 1891 tornando facultativo o ensino religioso nas escolas públicas. (*ibid.*) Como manter a vitalidade e a ação do ensino científico numa sociedade católica que, entre outras medidas, procurou atualizar a doutrina católica com os avanços da razão, da ciência e do materialismo para orientar sua ação social? (*id.*:55/6)

A *Ordem* elevou as discussões sobre educação a níveis histéricos, brandindo que “a oficialização do ensino é um dos flagelos da família brasileira” ou que “o ensino técnico é a laicização do ensino”, “laicização” entendida como “infiltração comunista”, ameaça à propriedade privada, (*id.*:57/8) daí urgindo ser combatida incansavelmente. (*id.*:58) O tom intimidatório das críticas a Anísio Teixeira e ao pragmatismo de Dewey que procurou aplicar na EN elevou-se consideravelmente, (*id.*:58/9) com Igreja e *A Ordem* denunciando-o como

“(...) jovem desnorteado pelos ensinamentos de Colúmbia (...)

que se contentava

“(...) com o primado ridículo da democracia e da ciência, à altura dos instintos mais rasteiros ou mais triviais do egoísmo humano (...), (id.:59)

vale dizer, suas demandas materiais e uma eventual afluência, exortando além disso o católico “de bem” a desobediência civil às leis republicanas, embalado pela máxima de Leão XIII:

“(...) Se as leis dos Estados estão em aberta oposição do Direito Divino, a resistência é um dever e a obediência um crime (...)” (id.:60)

revelando a contrapelo a predisposição católica então permanente ao golpe de Estado anti-jacobino e anti-popular. Impossibilitado na prática, o ideário da EN sobreviveu disperso pela obra de Monteiro Lobato, de forte influência no pensamento de Anísio Teixeira, ao qual admirava profundamente, ambos levando às últimas conseqüências uma guerra cultural e literária pelo desenvolvimento do país.

A americanização da sociedade brasileira

A influência dos Estados Unidos da América sobre a economia e a sociedade brasileiras se fez sentir de diferentes formas, positivas ou negativas. A mais intensa resistência à americanização do país partiu dos monarquistas, e a mais eloqüente foi a de Eduardo Prado com seu livro *“A Ilusão Americana”*. Nessa obra, lançada em plena Revolta da Armada, em 1894, confiscada por ordem de Floriano Peixoto, Eduardo Prado denunciou

*“(...) a ferocidade burguesa contra o proletariado, abroquelando-se em leis protecionistas, e falando a todo instante em princípio da autoridade, em direito de legalidade, em obediência (...),*¹⁶⁴

exortando o leitor a

*“(...) rasgar uma janela para o azul na imensa Bastilha em que a burguesia revolucionária encarcerou o proletariado (...),*¹⁶⁵

fato em seu entender causado

“(...) pela forma republicana de Governo, a que mais protege os abusos do capitalismo (...),

contra o quê

¹⁶⁴ Eduardo Prado citado por BANDEIRA¹⁴⁷.

¹⁶⁵ *Ibid.*

“(…) *advogava a solução da Monarquia e da Igreja* (…),

demonstrando a “crueldade inata” do regime fabril capitalista sobre o trabalhador *blue collar*. Por outro lado, muitos viram como positivo o exemplo norte-americano. Rui Barbosa ministro da Fazenda quis modernizar a economia brasileira de chofre, implementando medidas protecionistas para industrializar rapidamente o país, ampliou o crédito e permitiu que bancos privados emitissem dinheiro, fazendo surgir em um ano mais empresas do que nas sete décadas precedentes. (BANDEIRA, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p.133) Todavia, houve quem propusesse o desenvolvimento orgânico do país, fundamentado na elevação do nível de escolaridade da população e em seu aproveitamento como mão-de-obra qualificada na indústria, como Paula Souza, mentor da reforma de ensino de 1892, fundador da Politécnica, e depois Simonsen, idealizador do SENAI.

Por seu conteúdo, o projeto pedagógico de Paula Souza presta-se aos mesmos fins sociais do pragmatismo de Dewey e da EN de Anísio Teixeira para a formação intelectual da sociedade, preparando-a para o conhecimento aplicado e crítico. Sob essa luz, a sociedade se forma por meio da absorção de um repertório e da capacidade de interpretá-lo e atribuir-lhe valor. A mobilidade social por mérito escolar tornou-se um valor positivo da civilização norte-americana que muitos procuraram reproduzir no Brasil nessa época de modernização compulsória. A campanha anti-truste era a mais candente questão política interna dos EUA na época, pois significava a luta pela imposição de limites à propriedade e à livre iniciativa numa economia de gigantes privados como J. P. Morgan. O indivíduo pragmático, movido pela “mão invisível” de Smith, domina conhecimentos de aplicação empírica e política que lhe permitem atuar na economia “promovendo o bem comum por meios privados” na forma da *geração de empregos* em atividades econômicas de escala, que se estabilizam e desdobram na medida de sua utilidade e validade social comprovada, atribuindo um caráter *orgânico* ao desenvolvimento capitalista industrial.¹⁶⁶ O pragmatismo norte-americano formou

¹⁶⁶ Essa forma de conceber a realidade não é uma conquista “norte-americana”, podendo ser observada em economias capitalistas de alta produtividade industrial, como a alemã, em que a qualificação da mão de obra resulta de um aprendizado longo e detalhado, tendo derivado de práticas seculares.

leitores da *Popular Mechanics*,¹⁶⁷ revista de popularização da cultura industrial popular, fenômeno desconhecido no Brasil, que pela natureza de sua política, sujeitou-se antes à ideologia pesada da *Seleções do Reader's Digest*.

Vale dizer, uma forma de se defender da agressiva investida comercial, política e dos maus exemplos que vinham dos Estados Unidos como denunciou Eduardo Prado,¹⁶⁸ seria preparar o país para enfrentá-lo “de igual para igual” na arena econômica, produzindo artificialmente aqui a iniciativa privada que se formou espontânea e organicamente por lá, no norte sobretudo. E, de fato, junto com os negócios, com os bens de consumo “mais modernos” produzidos pelo capitalismo das revoluções industriais que chegaram com a hegemonia norte-americana – particularmente um novo tipo de jornalismo, automóveis e o cinema –, saturado seu mercado interno em fins do século XIX, os EUA voltaram-se agressivamente para o mercado externo latino-americano, revivendo num tom agressivo a doutrina Monroe e invocando seu “destino manifesto”.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Que entre as décadas de 50 e 70 foi publicada no Brasil com o título *Mecânica Popular*. A *Popular Mechanics* era uma revista que divulgava em suas páginas matérias que informavam os leitores sobre o *do it yourself* presente no dia a dia da conservação do lar, no reparo de objetos, na criação de elementos decorativos, de utilidades domésticas. Leitura obrigatória de um sem número de norte-americanos que trabalhavam nas horas vagas em oficinas de garagem ou fundo de quintal, na manutenção física de seus lares, algumas vezes gerando renda extra, e sobretudo, pesquisando em busca de inovação para ser patenteada e reverter em gozo pelo inventor dos direitos de propriedade de sua criação. Na década de 10, a *Popular Mechanics* publicou matéria ensinando a construir um modelo de avião elaborado por Santos-Dumont.

¹⁶⁸ “(...) *Nem toda intelectualidade brasileira partilhava, porém, das simpatias que Gilberto Amado Anísio Teixeira, Monteiro Lobato e outros revelavam pelos Estados Unidos. Agripino Grieco julgava o liberalismo dos ianques uma das obras primas da mitomania humana. ‘Esses inestéticos farsantes, ao mesmo que iam suprimindo criminosamente os pobres índios, para terem capo livre à sua vida aventureira de rapinagem, à prática ininterrupta das piores depredações, não se esqueciam de dar graças ao Senhor pela su infinita misericórdia, tornando-se assim o bíblico Jeová cúmplice odioso de todas essas infâmias’ – escreveu em 1922. E investia contra a voracidade amor al dos negreiros ianques. Para ele, os Estados Unidos eram a ‘barbária civilizada, Gengiskhan com telégrafo’, e as grandes cidades americanas, verdadeiras porcópolis. A Itália deu Beccaria, a Alemanha, Savigny. Os Estados Unidos, Lynch. E para homenageá-lo, nos Estados Unidos, ainda queimavam negros como archotes vivos, como brandões humanos. (...)’*. (id.:209/10)

¹⁶⁹ Tratava-se de uma questão de segurança nacional ocupar os desempregados que a crise de superprodução havia produzido no EUA, (id.:147) motivo pelo qual estariam se lançando em um definitivo assalto à América Latina, desta vez para dominar-lhes o mercado interno abastecendo-lhe com

Assim, definido que os EUA eram um híbrido de coisas

“(...) admiráveis, *mas não imitáveis em tudo* (...)”,¹⁷⁰

caberia discriminar o que seria válido reproduzir da experiência norte-americana e o que se deveria combater dela, tarefa da qual se encarregou pessoalmente Monteiro Lobato. E assim como os intelectuais do DC, impossibilitados de exercer influência junto aos pais estrangeiros voltou sua atenção para o público infantil mais fácil de “abrasileirar”, Lobato, “cansado de malhar em ferro frio com os adultos”, voltou-se para as crianças, para doutriná-las antes mesmo de se alfabetizarem, na valorização do estudo, da formação técnico-científica e o senso crítico, para que adultas promovessem o desenvolvimento econômico orgânico do país sem resvalar na injustiça social.

A natureza da ação e obra de Monteiro Lobato

De fato, em Monteiro Lobato, a ação precede a obra. Foi o intelectual que mais direta e perfeitamente dialogou com a questão da modernização do Brasil. (STAROBINAS:1) Profundo conhecedor da história, Lobato foi o primeiro, e talvez o único a reconhecer a importância da cultura material e técnica para a formação política e social de um povo, perspectiva que colide frontalmente com o monopólio da visão “humanista” da realidade brasileira, derivada do ação absorvente dos “letrados” sobre as instituições desde a colônia como mostrou Faoro, e que se petrificou e perpetuou no imaginário político brasileiro. Por esse motivo, para os intelectuais ainda tributários da herança luso-colonial, os problemas brasileiros, a miséria de seu povo e a indiferença das elites a ela, só admitem soluções “políticas”, jurídicas, institucionais, emanadas do interior do Estado, resultando no permanente adiamento da formação da sociedade civil nos termos que a propõe Gramsci.

O “grito de guerra” de Paulo Duarte

“(...) *um dia seríamos governo* (...)”,¹⁷¹

bens de consumo produzidos em empresas multinacionais, que controlariam *mercados*, elevando a relação de dominação política a um outro patamar.

¹⁷⁰ Tristão de Athayde citado por BANDEIRA:210.

¹⁷¹ Paulo Duarte citado por BARBATO JR:?

demonstra bem a disposição “chapa-branca” da fração aristocrático-monarquista da oligarquia agro-exportadora na qual se originou o DC de segurar com rédea curta os movimentos de uma sociedade que tentava emancipar-se dela urbanizando-se e modernizando-se, ameaçando romper o pacto colonial renovado pela cafeicultura produzindo no próprio país bens de consumo daí por diante disponíveis aos milhões.

Lobato aparece, assim, como um intelectual contrastante com os do DC sob vários aspectos, como protagonista privado de uma discussão que travou com o poder público quanto à necessidade de modernizar o país, e por o ter feito em condições desfavoráveis. Manteve-se absolutamente fora do “mercado central de postos públicos” apontado por Miceli,¹⁷² indício de uma quase identidade entre o intelectual e o funcionário público no Brasil pré-moderno, como o foi no caso de Mário de Andrade no DC. Pelo contrário, Monteiro Lobato permitiu-se ser um publicista autônomo para defender seu projeto de modernização vivendo primeiramente de sua herança familiar para alavancar sua própria produção intelectual, que permitiu a ele mesmo cultivar o “mercado consumidor de cultura” que o regime colonial havia impedido de se formar, assim que a incipiente urbanização começou a aglomerar e a alfabetizar a população.

Poderia se dizer que Lobato propôs uma “modernização de impacto sem ruptura”, pois além de permitir a propriedade privada sujeita a responsabilidade social, seu projeto modernizante formaria a base técnica da afluência e do acesso público à cultura mas não romperia “futuristicamente” com o repertório de um povo simplório despreparado para assimilar a linguagem das “vanguardas”. Defende-se aqui que sua postura seria de reação crítica à “americanização” da sociedade brasileira, não negando as revoluções industriais e o sistema capitalista de livre empresa, mas adaptando-se a uma dinâmica econômica que passou a ser polarizada pelo EUA. Partindo do pressuposto da urbanização inevitável da sociedade na virada do século XX, Lobato se propôs a qualificar o Brasil assimilando-o seletivamente aos EUA, discriminando seu lado “bom” e seu lado “ruim”, para que se criassem no país os pressupostos que levaram ao lado “bom”, no caso, a sociedade afluenta e de oportunidades que supriria todas as demandas materiais da massa que acabava de conquistar inclusive o direito de votar, e bens materiais de consumo antes prerrogativas dos déspotas.

A biografia de Lobato contém os elementos que presidiram sua trajetória de homem público e indicam a direção que tomou para propor este ou aquele passo de seu

¹⁷² MICELI:133.

“método” de desenvolver o país. Assim como Washington Luís, Monteiro Lobato originou-se da região da cafeicultura “primitiva” do vale do Paraíba, um mundo que desabou quando foi interrompido o fornecimento de escravos. Assim, sua ação, bem como a do “paulista de Macaé”, caracterizaram-se pela adesão ao modelo representado pelos Estados Unidos e, no Brasil, por São Paulo, no que tinha de mais espetacular, a capacidade de produzir e vender em massa os bens necessários à vida urbana, a profunda divisão social do trabalho; o primeiro irrefletidamente; o segundo, seletivamente.

Natural de Taubaté, José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) estudou direito na Faculdade de São Paulo. Ali, foi influenciado sobretudo pelos professores Pedro Lessa, do qual hauriu ideais de justiça e utopia, rigor científico, interesse por teorias renovadoras, e Almeida Nogueira, professor de Economia Política e Finanças, que o fez se interessar por economia e negócios. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, *Furacão na Botocúndia*, p.31) Estudante, denunciava a “decadência generalizada” e propunha caminhos para superá-la, tendo feito profissão de fé pública em discurso na faculdade pela justiça, liberdade e igualdade social. (*ibid.*) Esperava dos colegas um altruísmo grandioso para estabelecer o que denominava

(...) *socialismo* (...) (*id.*:31/34)

e afirmava que

“(...) *a regeneração da humanidade passava pela extinção da miséria, pela destruição das classes e, mais do que isso, pela moralização da própria moral, explicitando qual deveria ser o verdadeiro papel de uma agremiação como o Onze de Agosto* (...). (*id.*:34)

Ainda na faculdade revelou grande talento literário, transitando entre vários gêneros e venceu vários concursos literários de prestígio. Tornou-se celebridade em 1904 ao vencer o concurso literário do centro acadêmico XI de Agosto com o conto “*Gens ennuyeux*”,

“(…) *parábola sobre a necessidade de se harmonizar ciência e arte, sem o que qualquer teoria não passa de palavrório maçante e vazio.* (ibid.)

Sua formação intelectual seguiu o básico em São Paulo da época: Comte e Spencer. Todavia, a influência de Nietzsche foi decisiva para mudar os rumos de sua abordagem dos problemas brasileiros. Dele, Lobato absorveu a idéia de se despir dos preconceitos da tradição, de cumprir a missão da qual o indivíduo se vê incumbido.¹⁷³

Foi promotor em Areias e abandonou o cargo para viver de artigos para jornais, traduções e caricaturas. (id.:52) Em *O Estado de São Paulo* (OESP), começou como crítico de arte, função na qual também adquiriu notoriedade. (CHIARELLI, *Um Jeca nos vernissages*, p.19) Seus vínculos afetivos com a paisagem do vale do Paraíba e da serra da Mantiqueira, aliados a seu gosto por desenho, transformaram-no num intelectual de apego incomum às artes visuais, levando-o a pintar com assiduidade e competência acadêmica. Da pintura evoluiu para a fotografia, com a qual lapidava a objetividade de seu olhar, ajudando a construir o ambiente de suas narrativas e aperfeiçoar o conhecimento da realidade. (STAROBINAS:25/6)

Herdou do avô, o visconde de Taubaté, uma fazenda típica fazenda do vale,

“(…) *em terreno acidentado e solo exaurido* (...)”, (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:54)

a qual tentou “tornar rendosa por meio de projetos audaciosos”. (ibid.) Na fazenda Buquira, Lobato tentava “acomodar americanamente suas galinhas Leghorn” para melhorar seus rendimentos. (ibid.) Enquanto seu projeto fracassava, analisou o homem do campo brasileiro. Ao observar a indiferença do caboclo diante a natureza¹⁷⁴ tratando

¹⁷³ AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:45. Pode-se supor que, tendo se tornado admirador fervoroso de Nietzsche, ele não desconhecasse um conceito vital em seu pensamento, a “moral do escravo”, o que para o filósofo fazia o cristianismo abominável, e que ele certamente combate com sua obra, aqui entendida como um contraste à atuação do DC, cujo projeto cultural contempla a formação do “artista operário” de elite, a antítese do operário *blue collar* moderno. “(…) *A formatura da sua turma ocorre na noite do Natal, com o salão nobre repleto de personalidades ilustres. Como paraninfo, Camargo Aranha, lente de Direito Público e Constitucional; para orador, eleito por unanimidade, Monteiro Lobato. Averso a protocolos, solenidades oficiais e, especialmente, discursos em público, declina do convite. Em seu lugar fala Edgard Jordão, que escandaliza a platéia com ferozes ataques anti-clericais.* (id.:45/6)

¹⁷⁴ Nos EUA há parques nacionais desde o século XVIII.

o solo de modo predatório, teve a princípio uma atitude crítica “determinista” praticamente racista, imputando as causas disso aos “piolhos” da serra, gerados

“(...) no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro.”¹⁷⁵

Indignado com as queimadas provocadas pelos agregados caboclos, enviou em 1914 violento protesto à seção *Queixas e Reclamações* do OESP, o qual, deslocado para o corpo principal do jornal sob o título “*Uma velha praga*”, alcançou inesperada repercussão nacional. Colidindo com o ufanismo dos tempos de guerra, questionou a consternação com a guerra na Europa em meio à indiferença oficial aos problemas do povo (*id.*:56) e revelou pelo avesso a incapacidade do governo e dos latifundiários de se modernizarem e desenvolver a agricultura num país que parecia não servir para outra coisa. (*id.*:56, 58) No artigo seguinte em 1915, “*Urupês*”, lançou o “Jeca Tatu”,

“(...) resistente a mudanças e cuja constante postura, de cócoras, é emblemática de sua resignação e subserviência (...), (id.:60)

desmantelando os mitos românticos que idealizavam o caboclo, (STAROBINAS:31) e provocando reações regionalistas, dos que se sentiram atingidos por suas críticas. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:60/1)

Todavia, entre o artigo “*Urupês*” e sua publicação como livro em 1918, uma importante transformação se processou na abordagem de Lobato. De uma argumentação determinista quase racista, que explicava a pobreza do interior como produto das características negativas inatas ao caboclo (doença, preguiça, indolência, resistência à mudança de hábitos), (STAROBINAS:*ibid.*) passou para uma abordagem orgânica do Jeca Tatu, onde ele compreende as *causas* de sua situação e conclui que ele precisa de alimentação, higiene e saúde ao invés de admoestações raivosas burguesas. Nesse momento, Lobato entrevê a possibilidade de mudança no “destino” do homem brasileiro, (*id.*:33) passando a elaborar formas de sanar os “males congênitos do país”, rechaçando visões românticas do problema em favor de métodos científicos e objetivos. (*id.*:34) Carregando nas tintas para sensibilizar a opinião pública quanto aos problemas

¹⁷⁵ Monteiro Lobato citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:56.

da saúde, Lobato iniciava a reforma do país aludindo à necessidade de uma população sadia para organizar uma sociedade vigorosa. (*id.*:36) Ao tomar conhecimento do estado precário da saúde do homem do campo brasileiro durante a Campanha pela Saúde Pública de 1918,¹⁷⁶ Lobato convenceu-se que a tomada de consciência de sua situação passava pela necessidade de alfabetizar o Jeca e fazê-lo ler bons livros, motivando-o a voltar sua atenção e envidar seus esforços na literatura e, o mais notável, na ampliação do mercado editorial. (*id.*:37)

Monteiro Lobato e a “vanguarda”

Um “estigma” paira sobre Monteiro Lobato: o artigo “*Paranóia ou mistificação*”¹⁷⁷ que escreveu “contra” obras de Anita Malfatti expostas numa coletiva em 1917, e que teria feito com que a artista, “traumatizada” por suas palavras, abandonasse o expressionismo, uma linguagem moderna que ele não teria entendido. Esse episódio explicitou a diferença entre Lobato e os identificados com “o” modernismo paulista e mostrou a diferença de projeto entre eles, tornando-o diametralmente oposto aos intelectuais do DC.

Crítico de arte de OESP desde 1915, o artigo o indisporia com a parcela elite intelectual paulistana mais suscetível às inovações vindas de fora. (CHIARELLI:19) Até então considerado o mais competente crítico de arte em São Paulo,¹⁷⁸ após o artigo, Lobato foi paulatinamente desautorizado enquanto tal, primeiro por Menotti del Picchia, (*id.*:25) depois e definitivamente por Mário de Andrade e Sérgio Milliet,¹⁷⁹ legando ao esquecimento suas idéias sobre arte e cultura brasileiras. (*id.*:20) O preconceito que se

¹⁷⁶ Monteiro Lobato engajou-se de tal modo nessa campanha ocorrida em meio à gripe espanhola de 1918, que passou a ser considerado médico pela população. (STAROBINAS:34/5)

¹⁷⁷ O artigo foi publicado inicialmente com o título “*A propósito da Exposição Malfatti*”, recebendo a outra denominação ao ser republicado na coletânea “*Idéias de Jeca Tatu*” em 1919. (CHIARELLI:20, n.2)

¹⁷⁸ “(...) Paulo Mendes de Almeida parece ignorar que, na São Paulo daquela época, Monteiro Lobato era o líder da crítica de arte, fazendo sombra a outros críticos tanto na qualidade de seus escritos quanto na influência que exercia no público leitor (*id.*:36)

¹⁷⁹ *Id.*:27. “(...) Sergio Milliet define a ‘hostilidade de Lobato ao modernismo’ como uma ‘manifestação’ de despeito que se evidenciará principalmente na sua crítica de arte baseada a sua concepção primária de uma pintura fotográfica, de uma escultura naturalista, o que se origina por certo da ingênua convicção num progresso contínuo, na superioridade de nossa civilização ocidental sobre as demais’ ” (Sérgio Milliet citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:170)

formou entre seus detratores o levou a ser identificado com Hitler, tendo Mário da Silva Brito os comparado pela repulsa ao caráter “teratológico” da arte moderna. (*id.*:34)

Nesse momento, Lobato colidiu com os que defendiam a primazia da arte como forma de organizar a sociedade que se erguia dos restos da ordem escravocrata em sintonia com as vanguardas européias. Seu enfoque era naturalista e se elaborou a partir do repertório dado na matriz luso-brasileira da qual proviera, ainda incapaz de “viajar” no *non sense* da arte que tentou capturar o curso do tempo em suas obras, algo que não colava muito para ele. Lobato era “pragmático” e formou-se a partir do senso comum e do que havia em Taubaté da virada do século XX. Teria mesmo algo de “Jeca”, um “mau pintor”, (*id.*:25) afetado pelas novidades do capitalismo e crente no “progresso” e na “civilização ocidental” segundo Sérgio Milliet. Este iminente intelectual era moderno e cosmopolita. Tendo estudado longos anos em Paris, estava em sintonia com o que havia de mais avançado no campo cultural. Os intelectuais do meio moderno de São Paulo, dos salões de Olívia Guedes Penteado e da vila Kyrial, por suas incontáveis idas e vindas da Europa, (MICELI:13/4) já possuíam repertório para criticar a supremacia do ocidente e entender a linguagem artística moderna, cuja característica é a crítica à figuração da qual Lobato “não conseguira” escapar. Além disso, podiam movimentar com facilidade um mercado de arte aplicada gigantesco, gerando empregos e contribuindo para a paz social.

Aí divergem os dois projetos analisados neste trabalho, o do DC e o de Monteiro Lobato. Tratar-se-ia da diferença entre uma sociedade moldada por valores elaborados por intelectuais de perfil cosmopolita, humanístico e artístico-vanguardista, que propunham um Brasil “moderno” pela importação de modelos de política pública cultural elaborados nos centros do sistema, no caso o de Blaise Cendrars, cuja influência foi profunda entre os intelectuais do DC, e outra resultante da absorção orgânica pela cultura pré-existente de influências externas.

Esse projeto propunha documentar, reorganizar e preservar o patrimônio cultural primitivo, rural, pré-capitalista do país para a partir dele reconstruir a nacionalidade do homem moderno, comprometida pela internacionalização capitalista. Em suas viagens pelo interior do país, os intelectuais do DC, particularmente Mário de Andrade, identificaram no barroco mineiro a manifestação fundante da nacionalidade e a linguagem artística seu porta-voz por excelência, conferindo à prática artística um estatuto de definidor de valores brasileiros. (ver BARBATO JR:54) Elevada a prática artística a tal *status*, tornou-se a forma mais importante de manifestação da

“brasilidade”, elevando a “vocação” do país a um outro patamar, ao da produção artística, doravante tão natural quanto sua vocação “agrária”, complementando-se. Sob essa ideologia, o cidadão formado segundo o projeto do DC, levaria uma vida “de artista”, de total ausência de alienação entre o trabalho e seus frutos, em regime de bem estar social e conhecendo sua arte, produzindo excelência.

Dada a explosão urbana do país, que concentrava nas cidades Jecas e mão-de-obra pouco qualificada, pobre e sujeita a lideranças anarquistas, socialistas e comunistas, que precisavam ser rapidamente absorvidos pelo sistema, pressupõe-se aqui que o paradigma de organização que encarnou a tendência de identificar modernização com o “viver artístico” resultante do projeto do DC foi o Liceu de Artes e Ofícios (LAO), que, a parte décadas de contribuição inestimável à formação de trabalhadores altamente qualificados em arte aplicada em São Paulo, mostrou-se em sua “fase áurea” (1900-1930) um produtor de decoração de luxo para os edifícios da administração pública e para os cidadãos do topo da sociedade, não por coincidência, detentores de todos os cargos nos três Poderes e níveis de governo, além da propriedade de praticamente todos os meios de produção capazes de empregar a massa da população. Impressiona pela quantidade o luxo produzido pelo LAO para um público restrito, formado por clãs que reviveram o monopólio no século XX.

Já Monteiro Lobato assumiu o capitalismo industrial concorrencial de livre empresa cujo paradigma eram os Estados Unidos. Acreditava que era a única forma possível de alimentar os milhões que passaram a se aglomerar nas cidades em busca de afluência, de participação no mercado de trabalho e consumo em formação naquele tempo. Em seu entender, o Brasil precisava de uma máquina econômica semelhante à dos EUA e o povo deveria ser capaz de manejá-la bem, técnica e politicamente para conjugar prosperidade e paz social mantidas a propriedade e a livre empresa, o que o aproximou do PRP industrializante. Parte de sua obra prepara o leitor para participar desse processo; parte, o ensina a separar o “bom”, a afluência, do “ruim”, o despotismo dos trustes e o racismo.

Apologia da sociedade afluyente

Sua obra pode ser considerada no todo, um libelo em favor da afluência, da sociedade de consumo, do mercado interno em todos os seus aspectos, da busca de condições para a autonomia econômica do país e da paz social. Da virada na abordagem do Jeca resultou a solução para um dos maiores entraves ao desenvolvimento e à mudança das

relações sociais no Brasil, constatar que os problemas do país têm solução, derrubando mitos como a incapacidade “intrínseca” do povo mestiço de organizar uma civilização feliz.¹⁸⁰ Seu trabalho de publicista resume-se a “fazer os outros quererem” o mesmo que ele, para todos chegarem juntos à felicidade almejada. (STAROBINAS:36) Além disso, a americanização da sociedade brasileira foi paralela à emergência política de São Paulo.

Isso impôs a São Paulo um paradoxo regionalista. Tornar-se politicamente hegemônico sobre uma base econômica gigantesca, que não permitia concorrência – a “locomotiva” – tornou isso ainda mais odioso para outras elites regionais.¹⁸¹ Essa questão não passou ao largo de nenhum dos grupos aqui analisados. Para Mário de Andrade, as atividades de pesquisa folclórica do DC pelo país tinham também como finalidade “equilibrar” o predomínio econômico e político de São Paulo, fazendo o estado “importar” cultura para compensar a “exportação” de manufaturas, atenuando frente a outras oligarquias o impacto político do “nacionalismo paulista”.¹⁸² Lobato seria, por outro lado, o representante de um regionalismo paulista de caráter urbano, contrastante com os outros regionalismos brasileiros em sua maioria calcados no universo rural. Como a urbanização e a industrialização do Brasil haviam começado e eram irreversíveis, os intelectuais, dentro e fora do Estado, incumbiram-se de enquadrá-las no XX. Nesse caso, sua literatura “regionalista” pretendeu-se “universal” para tratar de temas que se remetem ao futuro da sociedade e a outros meios que não o seu, o estado de São Paulo.

¹⁸⁰ Idéia transmitida por Gobineau a Pedro II em pessoa. (ver SCHWARCZ:13, 36)

¹⁸¹ “(...) Aliás, os brasileiros no geral, dão ao paulista uma personalidade tão definida que, apesar de injusta, nos glorifica inda mais porque faz dos paulistas a única gente bem característica, bem inconfundível do Brasil. (...)” (Mário de Andrade citado por BARBATO JR:77)

¹⁸² “(...) À medida que aumenta a industrialização de São Paulo, a sua produção passa a escoar-se para o resto do Brasil, de forma que São Paulo estabelece um, novo tipo de relação com outros estados. (...) Isso modifica a situação de São Paulo no Brasil, e ultimamente parece haver um movimento contrário, que ainda não atingiu o estado de nacionalismo embrionário: são os outros estados que se rebelam contra a posição de São Paulo, agora região exportadora para as regiões menos desenvolvidas. (Dante Moreira Leite citado por BARBATO JR:67) “(...) De certas maneira, as incisivas colocações sobre o espírito paulista, muitas delas repletas de provincianismo, acabaram, por realimentar o debate sobre o regionalismo. É o que se pode perceber pelo discurso de Armando de Salles Oliveira. A julgar por suas observações, é possível notar a proposta de um ‘regionalismo equilibrado’, em que a unidade nacional não deixa de ser preservada.” (BARBATO JR:68)

Uma de suas maiores originalidades foi criar o espaço para seu próprio movimento cultural, tendo se tornado editor, expandindo o mercado consumidor de livros, ao mesmo tempo que cultivou o hábito da leitura no leitor potencial para que não só adquirisse livros, mas levasse adiante a idéia de implantar no país a afluência, criando uma legião de leitores do *Sítio* e da *Mecânica Popular* antes que fossem cooptados pelo *Reader's Digest*.

Empresário capitalista

Simples e direto, o escritor Monteiro Lobato conquistava com seus artigos cada vez mais leitores. Seu estilo literário, próximo do jornalismo, tornava compreensível para o público temas complexos, contundentes e polêmicos, invariavelmente problemas brasileiros. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:101/2) Colaborador da *Revista do Brasil*, promoveu em 1916 o original “inquérito sobre o saci”, no qual promoveu pelas páginas de OESP uma pesquisa junto aos leitores para a escolha da imagem “oficial” do elemental. Seu primeiro livro publicado, “*O Saci-Pererê: resultado de um inquérito*”, tratou dessa pesquisa e teve boa acolhida do público. (*id.*:111) Todavia, foi a republicação de *Urupês* em 1919, sobretudo após a menção de Rui Barbosa ao Jeca num discurso no Rio de Janeiro, que o projetou nacionalmente. (*id.*:112, 114) Em 1918, adquiriu a prestigiosa mas deficitária *Revista do Brasil*, à qual reergueu por meio de estratégias de *marketing* e da colaboração da elite literária do país. (*id.*:120) A partir do sucesso do *Saci-Pererê* e *Urupês*, resolveu montar uma editora, sobretudo para promover autores novos, num tempo em que, para ser escritor, era preciso

“(…) *ser rico, ter prestígio junto a um medalhão, ou ser filho de pai ilustre.*¹⁸³

Em 1919, fundou a “*Olegário Ribeiro, Lobato & Cia.*”, a qual, reestruturada em 1920, tornou-se a “*Monteiro Lobato & Cia.*”. Conhecidas como as “edições da *Revista do Brasil*”, as publicações de sua editora fizeram sucesso pela escolha das obras, pela qualidade inédita das capas e por seus métodos inéditos de distribuição, com vendedores autônomos e filiais no interior que permitiam enviar os livros aos pontos mais remotos do país, fazendo as tiragens atingir números impensáveis no Brasil de então. Dúvidas quanto a sua “capacidade” de entender o modernismo desfazem-se diante das capas de

¹⁸³ Monteiro Lobato citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:124.

suas publicações, extremamente modernas e de bom gosto, como a de Anita Malfatti para “*Os Condenados*” de Oswald de Andrade. (*id.*:178)

Para consolidar a presença da editora, Lobato enveredou pela produção de livros didáticos, de consumo obrigatório. Inicialmente, lançou um livro de leitura que foi aprovado pelo governo estadual e adotado pelas escolas públicas. “*Narizinho arrebitado*” (1920) arrancou elogios da crítica, do professorado e vendeu em 1921 cinquenta mil exemplares. (*id.*:130) Lobato igualmente inovou o padrão gráfico dos livros brasileiros, tendo introduzido uma programação visual e uma tipografia elegante, contratando artistas para criar para a editora capas coloridas e berrantes, que contrastavam com

“(…) *a monotonia das eternas capas amarelas das brochuras francesas.*”¹⁸⁴

Empresário capitalista, Lobato indis pôs-se com interesses em suas próprias fileiras, como quando investiu contra grupos papeleiros nacionais, entre eles a tradicional Companhia Melhoramentos de São Paulo,

“(…) *acusando-as de tráfico de influências nos setores governamentais para impedir a concretização do projeto de isenção de taxas alfandegárias para importar papel estrangeiro* (...), (KOSHIYAMA, *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*, p.94)

ou contra os importadores de livros, sobretudo de Portugal, revelando a ambivalência capitalista de defender posturas opostas na medida de seus interesses e da lógica do capital. (*id.*:95/6) Instável e endividada, a *Monteiro Lobato & Cia.* abriu o capital e transformou-se na *Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato*, subscrito por governistas como José Carlos de Macedo Soares, democratas como Antônio Prado, Ramos de Azevedo, José Maria Whitaker e católicos como Alceu Amoroso Lima. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:137) Além disso, o empresário Monteiro Lobato compartilhava pontos de vista nacionalistas com a *Liga Nacionalista*, tendo subscrito vários de seus manifestos, (*id.*:151) e lutado pelo voto secreto, a maior bandeira do PD, (*id.*:152/5) incorrendo na ira do nacionalista Arthur Bernardes que fechou a editora em

¹⁸⁴ Monteiro Lobato citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:131.

1924. (*id.*156) No ano seguinte, fundou a *Companhia Editora Nacional* (CEN), que cresceu vertiginosamente e durou até 1980, quando foi adquirida pela editora *IBEP*.¹⁸⁵

Ford e o presidente negro

Em 1927, Lobato obteve do “governo amigo” do PRP de Washington Luís o cargo de adido comercial em Nova York. (KOSHIYAMA:98) Convicto que

“o atraso do país só seria superado pelo trabalho racional e aposta na modernização (...), (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:205)

entregou-se à missão de divulgar o evangelho fordista no Brasil.¹⁸⁶ Tornou-se tradutor e divulgador da obra de Ford, tendo escrito “*Como Henry Ford é visto no Brasil*” e traduzido “*Minha vida e minha obra*” e “*Hoje e amanhã*”, todos publicados pela CEN.¹⁸⁷ Para Lobato,

“(...) os solutores dos problemas sociais não passaram de idealistas utópicos, ao molde de Rousseau e Marx, dos que imaginam soluções teóricas, belas demais para serem exeqüíveis (...)”,¹⁸⁸

motivo pelo qual, como empreendedor, considerava que a indústria num capitalismo expurgado da mais-valia e da luta de classes deveria perseguir o bem comum, não explorar o operário e ser honesto com o consumidor. (*id.*:206) Além dos livros de Ford e sobre ele, Lobato produziu obras de ficção nos quais desenvolveu o que entendia ser uma “inestimável lição a ser seguida pelos brasileiros”, como “*Mr. Slang e o Brasil*”. Nesse diálogo entre um “homem comum” e John Irving Slang, velho filósofo inglês radicado no Rio de Janeiro, Lobato “reafirma a fé no seu povo, ao mesmo tempo em que expõe a admiração pelo fordismo”. (*id.*:208) Um dos diálogos demonstra bem seu pensamento. Ao conjecturar sobre a pobreza no país o brasileiro comum sugere que isso

¹⁸⁵ www.ibep-nacional.com.br

¹⁸⁶ Monteiro Lobato considerava Henry Ford o “Jesus Cristo da indústria”. (KOSHIYAMA:99)

¹⁸⁷ “*Como Henry Ford é visto no Brasil*” foi vertido para o inglês (“*How Henry Ford is regarded in Brazil*”). (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:205/6)

¹⁸⁸ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:206.

se dê porque “talvez a gente não preste”, pelo quê é violentamente censurado pelo inglês que replica com uma das máximas de Lobato:

“(…) *A questão está em proporcionar-se-lhes condições para prestar (…)*”.¹⁸⁹

Além disso Lobato critica na obra vícios administrativos que seriam crônicos nas empresas brasileiras sobretudo públicas e um sentimento de “nobreza relativa” entre tarefas que mesmo num contexto capitalista romperia o vínculo orgânico entre as atividades que caracteriza o fordismo.¹⁹⁰ Para Lobato, enfim,

“(…) *Henry Ford significa, no mundo tangível das realizações concretas, o que, no plano filosófico, Nietzsche sempre representou (…)*”¹⁹¹

numa época em que o Brasil ainda buscava modelos na Europa. Todavia, Lobato não alimentava falsas ilusões e tinha consciência dos problemas que maculavam o ideal social norte-americano. Sabia que ao junto ao otimismo contagiante de Ford, havia o obscurantismo e a intolerância da elite branca que tentava impedir a sociedade de avançar além do que considerava satisfatório, como o que levou várias escolas do interior do país a proibir a divulgação das teorias de Darwin em meio a ruidosa polêmica. (KOSHIYAMA:99) Assim, já designado adido comercial, Lobato resolveu não apenas tocar, mas “salgar” a maior chaga da sociedade norte-americana, o racismo contra o negro, com o romance “*O choque das raças*”.

Lobato pretendeu escrevê-lo para o público norte-americano e lançá-lo nos Estados Unidos, tendo para isso organizado a *Tupy Company* que nunca saiu do papel. Ambientado nos EUA e mesclando sociologia e ficção científica, “*O choque das raças*” trata das eleições presidenciais disputadas em 2228 pelos candidatos Jim Roy, o negro genial, líder de cem milhões de afro-descendentes, e Kerlog, dirigente de duzentos

¹⁸⁹ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:208.

¹⁹⁰ “(…) ‘*Não há categorias de trabalho nas suas indústrias. Não há trabalho mais ou menos nobres. Há trabalho, apenas. Varrer ou desenhar plantas: tudo é trabalho. E como ele paga um salário magnífico em troca de oito horas de trabalho, seja este qual for, ninguém se recusa ou escapa de dar realmente oito horas de esforço – e não, como aqui, oito horas de ‘empaliação*’”. (Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:210)

¹⁹¹ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:212.

milhões de brancos em busca da reeleição. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:214) A trama se desenvolve a partir do choque causado pela vitória do candidato negro. A partir do acordo firmado entre ex-inimigos brancos para enfrentar a “ameaça” do candidato negro, Lobato trata do pacto das elites, discute a questão étnica, os privilégios e o consumismo exacerbado dos brancos. (*id.*:217) Assim, a conclusão do livro é ambígua, tendo Lobato o encerrado com uma reviravolta dos brancos graças a sua inteligência e superioridade racial, (*id.*:222) o que poderia dar margem a uma interpretação racista de seu trabalho. Mas essa se desfaria com os personagens negros do *Sítio*, tia Nastácia e tio Barnabé, o povo brasileiro e de sua cultura, (*ibid.*) aos quais cabe um lugar de respeito e que sinalizam o resgate devido ao Jeca e ao comum dos brasileiros, que assim o são não por algo inato, mas pela miséria econômica e social do país, a qual combateu como ninguém.

A substância e o método

“Malfadado” com crítico de arte, Lobato está indissolivelmente ligado à literatura infantil e à nacionalização do petróleo. (CHARELLI:19) De fato, em sua estada nos EUA, Lobato concluiu que os principais problemas econômicos brasileiros eram sobretudo o ferro e combustíveis, (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:232) respondendo com suas conhecidas campanhas pela siderurgia (*id.*:253/40) e pela exploração do petróleo nacional. (*id.*:269/79) Após 1930, Lobato tentou encaminhar essas discussões com Vargas não só não obtendo resposta,¹⁹² mas iniciando-se aí uma guerra entre os dois que lhe rendeu várias estadas na prisão. (*id.*:232/5, 293/310) Desse modo, o contraste entre os EUA e o Brasil e a hostilidade de um governo que em seu entender deveria ajudá-lo o fizeram desistir de “malhar em ferro frio” com os adultos e voltar-se definitivamente

¹⁹² Um dos aspectos mais complexos de Monteiro Lobato é sua relação com Vargas. Ambos desenvolvimentistas, Lobato antecipava-se muitas vezes ao governo em termos de “iniciativas” de ação do poder público, “desmoralizando-o” diante da opinião pública. Nesse aspecto, Lobato é parecido com Assis Chateaubriand, também empresário do setor cultural, que se notabilizou pelas “campanhas” que promoveu pelas mais diferentes causas. Presume-se aqui que Capanema, que “bancava” comunistas no MES por sua competência e sensibilidade exigidas pelos cargos do órgão, seria a “fresta” por onde se entreveria o “lado moderno” de Vargas, uma vontade “oculta” de promover a afluência contra os ruidosos interesses estabelecidos desde a colônia, compensando o peso “à direita” de Dutra Góes Monteiro e Filinto Muller em seu governo. Esse “lado moderno oculto” de Vargas foi o que o qualificou para a vitória em 1950 sob os auspícios dos industriais paulistas e para o que veio depois. Nesse caso, é notória a importância de Vargas ter assumido suas duas principais causas “adultas”, a siderurgia e o petróleo, para obter o apoio popular necessário para tocar o processo contra os adversários.

para o público infantil, para influir na formação das crianças incutindo-lhes o desejo e os meios de instalar no país a utopia fordista que conduziria o Brasil, enfim, ao futuro. (*id.*:311)

Opondo-se ao senso comum vigente, pelo qual as crianças eram consideradas adultos em miniatura com a mesma psicologia deles, Lobato reconheceu que

“(...) a criança é um ser onde a imaginação predomina (...)”,¹⁹³

decidindo por dirigir-lhe a palavra nessa dimensão, *educando-a para a postura política desenvolvimentista* estimulando-lhe o conhecimento técnico-científico e a crítica política da sociedade. A partir da necessidade observada no Jeca de elevar os níveis materiais de qualidade de vida da população, Lobato produziu uma literatura infantil diferente de tudo que havia sido feito anteriormente que se tem notícia, conjugando conhecimentos gerais nas disciplinas dos ciclos preparatórios à universidade ocidental e crítica permanente aos valores ocidentais, resultando numa “parapedagogia” formasse o cidadão da utopia do Brasil economicamente independente, socialmente solidário e próspero,¹⁹⁴ algo incompatível com a ideologia do DC.

¹⁹³ Monteiro Lobato citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACHETTA:311.

¹⁹⁴ A literatura infanto-juvenil ocidental anterior à revolução francesa, escrita para um público em geral não alfabetizado, possui duas vertentes básicas uma “moral” e outra “fantástica”, composta a partir de relatos nem sempre originais de seus autores, mas recolhidos da cultura popular para auxilia-los sobretudo em sua formação cívica, a primeira representada pelas fábulas e contos de Esopo, Jean de la Fontaine, Perrault e os irmãos Grimm. No século XIX, o ensino universal, público e gratuito absorveu essa prerrogativa “pedagógica” da literatura infanto-juvenil e, para um público alfabetizado em massa, veiculou “novos ensinamentos” de forma ora mais “fantástica”, como em Andersen e Lewis Carroll, ora mais “realista”, como Mark Twain ou “escapista” de perfil alto-burguês e aristocrático, que no século seguinte alimentaria abundantemente os estúdios de Walt Disney. Outro desdobramento importante desse processo foi o surgimento da ficção científica que, voltada para o público adulto mas de forte apelo entre o juvenil burguês, procurava antecipar os rumos da sociedade e do mundo ante a realidade da ciência e do capitalismo industrial ocidentais que acabavam de entrar na “posse” econômica do mundo e no “domínio” técnico da natureza. Voltada para o público urbano, descrevia os benefícios e malefícios que acompanham simultaneamente as descobertas humanas que a afastam de sua natureza “primeira” e compõem a sua “segunda”, a social ou propriamente “humana”, sejam elas materiais ou espirituais, representada por Júlio Verne e H. G. Wells. No século XX, os acontecimentos históricos e a definição das ciências sociais deram origem à ficção científica “social”, em que os autores procuravam antecipar as consequências políticas da cientificização do Estado e a desumanização da sociedade por estruturas de

Ao contrário do DC, que atuou a partir de uma visão conservadora da matriz luso-brasileira, Lobato aplicou a essa mesma matriz a fantasia, imaginação e um projeto de país, para narra-lo às crianças tornando-se seu “amigo”, envolvendo-se com elas e a partir dessa relação entre “iguais” estabelecer a

“(…) *confiança estabelecida* (...)

que garantiria

“(…) *o sucesso do permanente movimento de construção do conhecimento* (...),

discutindo com elas temas jamais imaginados pelo DC como saúde, religião ou política. (id.:312) Além disso,

“(…) *estimulava a atividade literária dos seus leitores, encorajando-os a desenvolver enredos e histórias, ou analisando criticamente sua produção.* (ibid.)

Lobato criou um “ateneu” onde pudesse “ministrar” seu curso enciclopédico-iluminista. Tomando personagens já existentes na sociedade e no imaginário da matriz luso-brasileira, como a matrona branca, a escrava doméstica, o “sinhozinho” e a “sinhazinha”, o preto-velho, os animais de criação e os “elementais” brasileiros como os sacis e a cuca, Lobato os reelabora num domínio fantástico em que anões, gigantes, fadas, piratas e anjos discutem o Brasil e o mundo seriamente. Na série de livros *O Sítio do Picapau Amarelo*,

“*Todos são comunistas à sua moda, e estão realizando a República de Platão, com um rei-filósofo na pessoa de uma mulher* (...).

O *Sítio* é formado por dezessete volumes de “ficção” e “não-ficção”, de obras “enciclopédicas” e “iluministas”. Os livros “enciclopédicos” correspondem às matérias do ciclo escolar e preparariam o leitor para carreiras superiores de aplicação prática

poder cada vez maiores e despóticas geradas por sociedades de massa, representada por Aldous Huxley e George Orwell.

como a engenharia e a economia. Os “iluministas” discutiriam pela ficção a sociedade e a cultura para formar cidadãos conscientes de suas obrigações com o coletivo e conduzir democraticamente o país na soberania econômica, prosperidade e afluência. Em sua obra “adulta”, como “*Uma velha praga*” e “*Urupês*”, já havia exposto suas idéias sobre saúde pública, apontando seus fundamentos sociais e propondo soluções para o problema. Tem-se assim, uma “grade” de exatas, humanas e biológicas que ministrada às crianças as prepararia para o ensino superior e a substituição de importações, fazendo-os cidadãos do mais elevado senso público de justiça, incapazes da indiferença diante das mazelas da herança colonial, que resultaram no país rico do povo triste de Paulo Prado.

As histórias do *Sítio* são protagonizadas por seis personagens fixos em tramas de sucessão cotidiana e abordam temas de interesses variados dentro do universo proposto pelo autor. O embrião foi “*A menina do narizinho arrebitado*” (1920) que narra as histórias de Lúcia, uma menina órfã que vivia com sua inseparável boneca de pano Emília, confeccionada pela cozinheira negra tia Anastácia, na propriedade de sua avó, a futura dona Benta, em Taubaté. (*id.*:157/8) Sucesso de público e crítica, Lobato o refundiu em formato escolar e foi adotado em todas as escolas públicas do estado em 1921, com uma edição de 50.500 exemplares, um recorde para a época. (*id.*:161) Nos anos seguintes lançou “*O Saci*”, “*Fábulas de Narizinho*” (1922), este último adotado também nas escolas do Paraná e do Ceará, (*ibid.*) e “*Caçadas de Pedrinho*” (1930).

Em 1931 iniciou-se a saga do *Sítio*. “*Reinações de Narizinho*”, o livro-mãe, revelou a multidão de personagens fixos e eventuais que dominou o imaginário de duas gerações de leitores e formou os mais aguerridos intelectuais que o Brasil já teve.¹⁹⁵ Enquanto o DC se valia da cultura popular para isolar os brasileiros da cultura urbana dos imigrantes e “abrasileirar” seus filhos, Lobato coloca a matriz cultural luso-brasileira para dialogar com a cultura ocidental, colocando o saci ao lado de Péricles e Chapeuzinho Vermelho, inserindo a cultura popular brasileira num movimento mundial do qual ela passou a fazer parte ativa. Ao invés de, como ensinou Blaise Cendrars, destacar na cultura brasileira tradicional o arcaico e pré-industrial para daí extrair a

¹⁹⁵ A relativa brevidade do domínio lobateano do imaginário das crianças brasileiras decorre do desenvolvimento da indústria cultural brasileira, sobretudo quando a partir dos anos 60, a televisão com suas possibilidades não-literárias se tornou o mais estratégico veículo de comunicação de massa, superando essa fase de apogeu da palavra escrita entre 1940 e 1960, que produziu algumas das mais bem sucedidas experiências culturais e artísticas que já houve no país.

expressão “autêntica” da nacionalidade, Lobato parte de elementos dessa cultura primitiva e os coloca em pé de igualdade com a cultura clássica em sua literatura infanto-juvenil, permitindo que o Jeca se atreva a debater filosofia com Platão na era do cinema e propor novos rumos para o país. (*id.*:167)

Em “*Viagem ao céu e O Saci*” (1932) Lobato apresenta seu personagem mais influente, a boneca de pano Emília, que por meio de sortilégios adquiriu vida e tornou-se o senso crítico fora de controle, beirando a grosseria e o desrespeito. Na Emília, Lobato representa a si e seu inconformismo diante das injustiças do mundo e a nietzscheana disposição de reformular e refazer.¹⁹⁶ “*Caçadas de Pedrinho e Hans Staden*” (1933), narra as caçadas primo urbano de Narizinho, também neto de d. Benta, a proprietária do *Sítio*, seguida das aventuras do náufrago alemão junto aos tupinambás em 1559, o primeiro ambientado no Brasil, abrindo a produção “enciclopédica”.

O *best-seller* “*História do mundo para crianças*” (1933) Lobato trata da evolução humana segundo a organização clássica da história universal, tornando-a um tema altamente interessante para as crianças desse tempo. Narrada em tom professoral por d. Benta, despertou em muitas crianças o gosto pelo assunto. Em “*Memórias da Emília e Peter Pan*” (1933), Lobato desfia a corrosiva verve da boneca de pano em meio ao ecletismo infanto-juvenil característico de sua obra introduzindo as aventuras do personagem inglês narradas por d. Benta à sua moda.

“*Emília no país da gramática e Aritmética da Emília*” (1934) é considerado um dos livros mais originais jamais escritos e sem precedentes em seu gênero. Representando a língua como uma cidade, a turma do *Sítio* é conduzida por ela no lombo do rinoceronte-gramático Cacareco que explica as regras do português. O ponto alto da obra é a reforma ortográfica *imposta à força pela Emília* com o aval do rinoceronte. Considera-se aqui esse episódio uma “revolução” política operada pela Emília, que alterou as regras da gramática do português batendo-se por sua simplificação, ou *modernização*, “enxugando-a” e facilitando a alfabetização geral da população, o pressuposto do mercado que Lobato habilmente cultivava para si com honestidade desconcertante de propósitos e métodos. A boneca Emília é a síntese da proposta de Lobato, o “querer fazer” que arrebatou o Jeca e o transforma num Ford - ou

¹⁹⁶ “(...) Talvez influenciado por Nietzsche, em quem admirava o fato de ser um autor inacabado, sempre se refazendo, Lobato sistematicamente reformulava seus textos, alterando nomes, mudando situações, enxugando ou acrescentando palavras e frases. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACHETTA:167)

Lênin – para resgatar o homem comum da indigência estrutural e orgânica da ordem escravocrata a que a história colonial do Brasil os condenou.

Após descrever o mundo com a “*Geografia de Dona Benta*” (1935) em forma de aventura pelos mares, Lobato publicou os “*Serões de Dona Benta e História das invenções*” (1937) um curso de física seguido de uma história do conhecimento aplicado, descortinando ante o leitor a perspectiva de carreiras técnico-científicas voltadas para a produção como a engenharia e a administração de empresas, algo improvável no horizonte do DC. Com esse livro, Lobato instila o desenvolvimentismo no ideário em formação do leitor fazendo-o interessar-se pelo processo de produção em si. A crítica às mazelas do sistema fica sempre por conta da Emília, a personificação da dúvida metódica.

Após “*D Quixote das crianças*” (1937), Lobato lançou o que muitos consideram sua obra-prima infanto-juvenil, “*O poço do Visconde*”, no qual trata de seu maior cavalo de batalha, o petróleo. Nessa obra, o erudito Visconde de Sabugosa discorre longamente sobre geologia e abre poços de petróleo nas terras do *Sítio*. Estudos geotécnicos levam a “Companhia Donabentense de Petróleo”, representando na literatura as empresas de prospecção de petróleo que tentava organizar na vida real. “*O poço*” leva às crianças a mesma mensagem de “*O Escândalo do petróleo*” aos adultos. Em “*Histórias de tia Nastácia*” (1937) Lobato mergulha no folclore brasileiro. Contadas pela cozinheira negra de d. Benta, as histórias são comentadas pelas crianças e a boneca, os quais Lobato dotou de elevado senso de julgamento, apreciando os episódios com critério e segurança, transmitindo às crianças as primeiras noções de crítica literária, proposta igualmente sem precedentes.

Um das características da literatura infanto-juvenil de Lobato é o “ecletismo” de fontes para compor os ambientes nos quais se dão as aventuras. Em “*O Picapau Amarelo e A reforma da natureza*” (1939), Lobato levou para o *Sítio* todos os personagens do fabulário do ocidente, da mitologia grega aos contos da carochinha, que se mudam para lá com todas suas armas, prerrogativas e propriedades protagonizando aventuras *non sense*, como o assalto ao *Sítio* pelos monstros mitológicos e o sumiço de tia Nastácia. A personagem é encontrada no labirinto de Creta Em “*O Minotauro*” (1939) e “*A chave do tamanho*” (1942) se abre criticando a guerra e se torna uma aventura surreal em que os personagens são reduzidos a alguns centímetros e Lobato inicia o leitor na lógica e no senso de relatividade das coisas. Ao reescrever em “*Fábulas*” (1942) as velhas histórias de Esopo e La Fontaine, pela primeira vez se o faz

comentando-as e criticando-as com independência. A disposição revolucionária da Emília manifesta-se em seu desejo de “querer linchar” uma das quais a “moral da história” lhe pareceu cruel demais. Finalmente, em “*Os doze trabalhos de Hércules*” (dois volumes, 1944) esses episódios da mitologia grega foram pela primeira vez narrados de forma moderna, com a intervenção dos personagens muitas vezes salvando o próprio herói.

Do que já se escreveu sobre a literatura infanto-juvenil de Lobato, alguns comentários são esclarecedores. Além de um já notório e “indisfarçável amor pelo Brasil e sua gente” nas palavras de Orígenes Lessa,¹⁹⁷ Carlos Drummond de Andrade apontou em Lobato como alguém que apaixonadamente entregue à solução dos problemas fundamentais do país,

“(…) *uma espécie rara no Brasil, ou seja, a que não aspira a função política*
(…),¹⁹⁸

colocando-o diametralmente oposto à média dos intelectuais brasileiros de sua época descritos por Miceli. Na análise deste autor a respeito dos intelectuais brasileiros entre as décadas de 20 e 40, a ação deles concentra-se em seu papel “orgânico” ora no interior do Estado, ora num “mercado de postos” na iniciativa privada e no serviço público mas restrito a profissões liberais, tratando em sua maioria advogados e professores de faculdades de direito, os quais por meio de uma rede de contatos familiares vão expandindo a oferta de seus serviços e reproduzindo-se enquanto tais sem provocar alterações na escala do campo econômico e no *status quo*. Lobato se insurgiu contra esse monopólio da condução dos destinos do país pelo *estamento burocrático* e passou ao largo da luta por “um lugar ao sol” no “mercado de postos” públicos e privados (MICELI:xv) derivado do “mercado de diplomas” (*id.*:35) que se estabeleceu nos anos 30 e que condicionava a obtenção dos melhores postos aos diplomas obtidos nas faculdades de maior prestígio. Lobato agiu numa época de marcante

“(…) *presença do engenheiro no domínio dos estudos sociais* (...)”

¹⁹⁷ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACHETTA:360.

¹⁹⁸ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACHETTA:361.

por muito tempo reservados aos juristas. (MICELI:38/9) Segundo Fernando de Azevedo, essa situação derivou das reformas e campanhas educacionais dos anos 20, entre elas a Escola Nova, cuja pedagogia Lobato sintetizou no *Sítio*. Ao invés de ideólogos cuja função seria ditar os rumos da sociedade de dentro do Estado, como os “escritores-funcionários” ou “funcionários-escritores”, dependentes

“(…) *dos subsídios que o Estado lhes concedia* (...)”, (id.:178)

cujo papel o DC aqui representa à perfeição, sua pedagogia procurou formar “bons alunos”, pessoas altamente interessadas em se qualificar profissionalmente para exercer seu ofício com a “menor alienação possível”, estimulando a formação de *engenheiros* jacobinos perfeitos.

Deve se considerar que o engenheiro, excetuando o civil, não tem como exercer seu ofício privada e liberalmente haja vista a enorme mobilização de recursos fixos, insumos e trabalho coordenado que suas atividades demandam. Empregado por natureza, no setor privado ou público, engenheiro encontra-se na posição social intermediária, entre os proprietários do capital e os da força de trabalho, numa situação política delicada, tendo que extrair o máximo rendimento do investimento mínimo. Procurou-se mostrar no primeiro capítulo como na Revolução Francesa uma das classes em conflito se dispôs fazer as conquistas intelectuais da ciência a partir de seu “lado bom” valerem para a sociedade como um todo, entendida como os fundadores da Escola Politécnica de Paris de 1794, representantes de alas esclarecidas do partido jacobino, cuja tradição se perpetuou nos militares brasileiros que implementaram o regime republicano, esteio da sociedade afluyente, e chegou até Monteiro Lobato.

Essa disposição encarnou-se notavelmente em Paula Souza que não só fundou a Politécnica de São Paulo, como também patrocinou uma reforma do ensino no estado que lançou bases para qualificar os estudantes dos cursos de engenharia dessa escola, bem como da Faculdade de Engenharia Mackenzie (1870), não só anterior à Politécnica, como também importante colaboradora na industrialização paulista. Consciente do valor da obra de Lobato para estimular a curiosidade científica das crianças, Washington Luís apoiou a inclusão de seus livros no currículo escolar do estado, tornando-o um “intelectual orgânico” do PRP, num papel oposto ao dos intelectuais do DC, modernizando a matriz cultural luso-brasileira e não a conservando intocada pela cultura urbana. Noutras palavras, o projeto de Lobato tornava as crianças brasileiras

mais “cosmopolitas”, na medida que seu imaginário compartilhava e dialogava como outras culturas, ao contrário do “nacionalismo” do DC e Blaise Cenrars, que restringia a manifestação da nacionalidade à esfera da arte, que reduzia o adulto “abrasileirado” ainda criança ao artesão-operário produtor para o mercado de elite comprador de arte antiga e moderna.

A pedagogia de Lobato é completa: conhecimentos gerais e educação moral e cívica, em livros “iluministas” de ficção e “enciclopédicos” de “não-ficção” conforme descrito acima. Ao aprendizado lúdico de português, matemática e estudos sociais, somava-se a formação do cidadão para defender a exploração a seu favor do ferro e do petróleo do país, promover a saúde pública, a economia de mercado e a afluência sem *laissez-faire*, numa espécie de “sociedade civil ideal”. Os personagens são tipos cujo diálogo representa a “jurisprudência” que vai se formando ao longo das aventuras. Cada um é a metáfora de um “nível” da realidade dada aos olhos e ouvidos da criança, o qual transmite as qualidades ou defeitos desses níveis.

Dona Benta Encerrabodes de Oliveira é a ordem estabelecida e a prudência. Proprietária privada do *Sítio*; diverte e educa ao mesmo tempo. Inteligente e culta, enérgica e compreensiva, é também sensata e carinhosa. Representa o ideal político de Lobato, o Estado formador de condições fordistas de trabalho sem questionar sua natureza. O *welfare* total em vigor no *Sítio*, “dado” pelo *status* e pelo pensamento progressista da proprietária, permite-lhes viver as aventuras cuja narrativa é paralela à “formação” escolar do ouvinte e/ou leitor. Com um profundo senso de justiça e parcimônia, d. Benta orienta as crianças durante o ingresso na ordem competitiva que possibilita a revolução burguesa, mostrando por que agir em equipe. Lúcia, a “Narizinho” é órfã e vive com a avó. Narizinho é meiga e conduz as aventuras da turma do *Sítio* personificando a sagacidade.

Tia Nastácia e tio Barnabé, respectivamente cozinheira e hortelão do *Sítio*, representam os vínculos da sociedade brasileira com seu passado escravagista. Esses personagens colocam as crianças em contato com a cultura mesma popular do DC. Lobato, no entanto, dinamizou a narrativa de ambos, colocando-a para discutir com a “oficial”, clássica, dos manuais. Acusa-se Lobato de “racismo” ao apresentá-los como “ignorantes”, supersticiosos, “tendo seu lugar delimitado” na história de modo servil. O “resgate do Jeca” atingiria a todos brasileiros nascidos nas fímbrias do sistema, o que para o ideário higienista da época era considerado a tarefa básica do regime republicano, retirando o homem simples da miséria que o despotismo lhe impunha para transforma-lo

em cidadão contribuinte. Além disso, o julgamento do fabulário narrado por Nastácia e Barnabé pelos personagens é reverente, tendo sido usado didaticamente por Lobato para iniciar as crianças na crítica literária. O Visconde de Sabugosa, confeccionado por tia Nastácia em um sabugo de milho, representa a erudição, o conhecimento oficial, amiúde satirizando o bacharelismo brasileiro por meio de tiradas acagianas. Uma de suas características é ter seus eruditos e corretíssimos pareceres às vezes impiedosamente achincalhados pela Emília, sua esposa, que não respeita sua sabedoria e seus títulos.

Pedrinho é o neto urbano de d. Benta. Seu atributo é a coragem e o espírito aventureiro. Todavia a coragem “Indiana Jones” de Pedrinho, fundamental para o bom andamento das aventuras rocambolescas dos personagens, não exerce sobre o leitor a mesma influência das virtudes do trio feminino d. Benta-Narizinho-Emília que domina a narrativa por suas qualidades intelectuais de astúcia, prudência, verve e determinação. E, de fato, o personagem mais influente do *Sítio* foi a boneca Emília, que teria, entende-se aqui, marcado profundamente uma geração de brasileiros de reconhecida audácia política.

A “infernai” Emília

Uma das coisas que mais encantaram Lobato em sua temporada nos EUA foram as conquistas sociais e políticas das mulheres. Atento ao que acontecia ao seu redor,

“(...) Lobato detecta o feminismo, uma tendência que ia se firmando naquela sociedade.”

E suas considerações sobre a situação sócio política da mulher norte-americana

“(...) enfatizam uma postura já manifesta na sua literatura infantil, onde os personagens femininos são tratados com especial relevo. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:238)

Essa confiança nas virtudes inatas da mulher, sua imagem associada à idéia de refúgio, aconchego ou *welfare*, teria-o levado a depositar suas esperanças de transformação da sociedade brasileira na mulher, à semelhança da professora primária que conduz a criança para fora de seu âmbito pessoal e familiar para a convivência com os outros

formando a coletividade. Para conferir maior “imparcialidade” a sua idéia de Estado, Lobato, localiza-o na “avó”, o poder na república senatorial do *Sítio*, mantendo vínculos afetivos com os “governados” mas sem a mediação direta da hereditariedade. O julgamento permanente da realidade é operado pela Emília,

“(...) o próprio Lobato, que, pela postura eternamente questionadora da boneca de pano, extravasa seu inconformismo. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:164)

Manifestando seu inconformismo com uma verve incendiária, Emília encarnou o *sapere aude!*, o iluminismo desenfreado, e moldou um espírito crítico da realidade afiadíssimo, presente na formação da juventude em um dos períodos mais críticos da história política brasileira.

Lobato foi lido sobretudo por brasileiros nascidos aproximadamente entre 1925 e 1955, quando a “capacidade literária” anterior à industrial cultural pesada (com veículos de comunicação não escritos como rádio, cinema e televisão) ainda não havia se “esgotado” ante a chegada de um meio como a televisão. E de todas as iniciativas culturais do DC, talvez as de maior sucesso de público foram as atividades da Biblioteca Infantil (BI). Inaugurada em 1936, a BI atendeu em seu primeiro ano mais de 25.000 crianças; pouco para os quase um milhão de habitantes da cidade, mas ainda assim um número expressivo. (RAFFAINI:68) Havia na BI o jornal das crianças “*Voz da Infância*”, que publicava críticas de livros, crônicas, desenhos e biografias de escritores famosos. (*ibid.*) O menino Paulo Vanzolini aí escreveu:

“(...) Naturalmente o autor mais lido é Monteiro Lobato. O simpático autor da Emília é o ídolo da criançada, deixando de longe os insípidos contos estrangeiros. (ibid.)

No segundo número há uma entrevista com o autor. A empatia que se estabeleceu entre Lobato e seus leitores mirins não tem precedentes na literatura infanto-juvenil, chegando a se constituir uma “febre” saudável que acometeu, por exemplo, os filhos da burguesia moradora das imediações da rua Major Sertório, na vila Buarque onde se localiza a BI. Ali, freqüentaram quando crianças intelectuais do calibre de Alfredo Bosi, José Arthur Giannotti, Boris Fausto, Ernst W. Hamburger e os irmãos Campos. (*id.*:69)

Misturando sonho e realidade, Lobato compartilhava o universo fantástico delas ao passo que elas compartilhavam o idealismo de seus projetos para o país. Na correspondência que mantinha com as crianças, elas escreviam-lhe pedindo pó mágico, mas uma delas contou-lhe que achava

“(…) *Ótima essa idéia da Emília modificando a natureza* (…),

imaginando o que seria

“(…) *se a Lambreta-mor resolvesse modificar o homem* (…), (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA:316) (grifos meus)

assimilando idéias revolucionárias. E a correspondência com as crianças mostra também que elas queriam se tornar os personagens de seus livros. (*id.*:312) Transformando o aprendizado em algo de fácil assimilação, Lobato criou uma elite intelectual que floresceu em boa parte fora dos esquemas empregatícios públicos e privados descritos por Miceli. Salvo o magistério, essa geração de “lobateanos” atuou decisivamente na política brasileira a partir dos anos 50 e 60. Azevedo, Camargos e Sacchetta relatam o caso do leitor “Modesto”, que mesmo depois de adulto continuou leitor de Lobato e seu correspondente. Relatando ao autor que a Emília o havia “libertado da rotina mental em que vivia”, interessou-se por filosofia e concluiu que d. Benta era uma “pedagoga revolucionária utópica possível porque seu método de camaradagem não existiria nem no Brasil nem no mundo”. (*id.*:324) Algumas cartas depois, Modesto compromete-se diante de Lobato a “dedicar vida e esforços à continuação de sua obra”, “contra tudo e contra todos”. (*id.*:325) O afeto dos pequenos extrapolava o faz-de-conta, como quando um garoto de Manaus o felicitou pela absolvição em primeira instância no Tribunal de Segurança Nacional por conta de sua refrega com Vargas pelo petróleo. (*ibid.*) As inúmeras cartas que recebia das crianças evidenciam sua inegável influência sobre toda uma geração, (*id.*:330) tendo modificado o pensamento de muita gente, fazendo com que muitos ao amadurecerem nos anos 50 e 60 se envolvessem com a verve da infernal Emília nas causas que ele defendeu, da nacionalização do petróleo à luta pelo resgate social do Jeca, sem a imposição de uma ideologia pelo autor

“(…) *num autêntico rasgo nietzscheano.* (*id.*:332)

A obra de Monteiro Lobato junto ao grande público conheceu alguma sobrevida com a transmissão televisiva ao vivo do *Sítio* pela TV Tupi de Assis Chateaubriand entre os anos 50 e 60, cuja adaptação teatral de Tatiana Belinky garantiu o alto nível do original. A partir dos anos 60, a negação do papel pedagógico-cultural da TV foi cada vez mais intensa, levando ao ar cada vez mais entretenimento alienado e *snobismo* social, refletindo o fato de o projeto desenvolvimentista brasileiro haver perdido todos seus elementos “jacobinos” em 1964, tornando-se um projeto político “girondino-aristocrático” de absorção passiva da modernização e contenção social da força de trabalho que interrompeu a construção da afluência no Brasil.¹⁹⁹

Todavia, isso não impediu que a insurgência política dos anos 60 no Brasil sofresse a influência indireta mas intensa de Lobato, na medida em que esse autor “doutrinou” crianças antes mesmo da alfabetização em causas políticas sérias, infundindo-lhes um sentido para a história e uma coragem de Emília para tomá-la em suas mãos e alterar seu curso. A partir do momento em que seus leitores amadureceram no fim do Estado Novo e em contato com o marxismo que conheceu um intenso surto no Brasil a partir dos anos 50, um número significativo de brasileiros urbanos encarregou-se de combater o arcaísmo rural encarnado no latifúndio para resgatar o povo brasileiro da miséria endêmica em que sua história colonial havia o atirado. Após uma excelente formação escolar e sob a influência de Lobato, muitos trilharam sua trajetória política com a verve e a determinação revolucionária da boneca de pano que representava o inconformismo de seu criador e, motivados por ela, enfrentaram a ditadura de armas na mão na virada da década de 70.

A relação ambígua de Lobato com Vargas reforça a validade de suas causas, tendo ele o perseguido, encarcerado e afugentado do país para depois encampar suas principais bandeiras. Ferro e petróleo foram os maiores cavalos de batalha econômicos de Vargas e os debates que geraram influenciaram profundamente essa geração de

¹⁹⁹ A versão televisiva do *Sítio* levada ao ar pela Rede Globo a partir de 1977, pela própria evolução do veículo, extremamente intensa e submetida a imperativos político-ideológicos após a implantação do regime militar, não teve a menor capacidade de influenciar as crianças como a obra escrita o fizera entre os anos 30 e 60. Ainda hoje produzido e levado ao ar, o *Sítio do Picapau amarelo* é apenas um programa a mais na grade da emissora, sobrevivendo comercialmente do *licensing* de produtos da marca para o público infantil, como material escolar, acessórios, brinquedos, produtos alimentícios e de higiene.

brasileiros nascidos entre 1925 e 1955 formados sob influência de Lobato no sentido de encaminhar uma luta pela nacionalização das riquezas do país, a reforma agrária, o socialismo e o fim da propriedade privada, objetivos revolucionários clássicos, assumida pelas correntes de formadas na década de 50 e que partiram para a ação na seguinte. Os frequentadores da Biblioteca Infantil, colunistas da *Voz da Infância*, os amigos de Monteiro Lobato se encarregariam de fazer com que o país se tornasse um

“(...) *refúgio onde não há opressão nem cárceres.*”²⁰⁰

* * *

No segundo pós-guerra, o de Kubitschek, o Brasil chegou ao ponto de sua história mais próximo da “afluência”, à beira da revolução burguesa, quando se tornou incontável e definitiva a inversão da população brasileira, de eminentemente rural para urbana, gerando uma massa social “emergente” que vinha sendo “trabalhada” pela aderir politicamente ao desenvolvimentismo, a Monteiro Lobato cabendo papel de destaque nesse processo. O projeto de Kubitschek não é de pequena monta; era sério e foi implementado “paralelamente” a um Estado com mais sinecuras do que vermes no Jeca, nos “Grupos Executivos” subordinados diretamente à Presidência e culminou numa proposta de enfrentamento pela industrialização do imperialismo norte-americano com a “Operação Pan-Americana” (OPA), o desenvolvimento contra a repressão de Eisenhower.²⁰¹ Com o regime militar, o desenvolvimento brasileiro perde traços de “fordismo” primitivo, paradoxalmente regulamentando o trabalho arrojado imposto em 1964 pela exclusão de benefícios da legislação trabalhista, impregnando-se da conotação pejorativa que acompanha seu enunciado até hoje.²⁰²

Todavia, a conjugação de interesses que chegou ao poder em 1964 não era formada exclusivamente por industriais, mas também por interesses agrários renovados,

²⁰⁰ Citado por AZEVEDO, CAMARGOS e SACHETTA:312.

²⁰¹ “(...) Kubitschek insistia nos princípios que inspiraram a Operação Pan-Americana. As medidas de segurança, propostas por Dulles, pouco adiantariam, se os Estados Unidos não ajudassem os povos da América Latina a vencer o atraso e a pobreza, através da industrialização, sem discriminar investimentos públicos e privados. ‘Os argumentos do Brasil não convenceram Mr. Dulles, que trouxe ponto de vista firmado (...)’”. (BANDEIRA:384. Ver também 382, 388/9)

²⁰² Como uma “grande picaretagem” empreendida por empresários inescrupulosos e políticos corruptos, lesando o povo permanentemente em proveito de seu patrimônio.

como a citricultura paulista, iniciada por Antônio Prado, (LEVI:267) ou o café do norte do Paraná. Na virada dos anos 70, enquanto o aparelho de segurança enfrentava a oposição armada, a ARENA paulista revelou-se formada por indivíduos distintos como Paulo Salim Maluf e Manuel de Figueiredo Ferraz, ambos prefeitos de São Paulo mas que apontavam para futuros políticos opostos. O primeiro, herdando o desenvolvimento industrial de curto alcance social imposto em 1964, sucumbiria ao colapso do modelo entre os anos 80 e 90. O segundo, formado a partir da cultura do DC, da Igreja ultramontana e da futura democracia cristã, floresceria no Brasil pós-industrial “liberto do legado de Vargas” selando a vitória póstuma do PD agrário e aristocrático sobre seus adversários perrepistas protecionistas e populistas, aproximando o país mais do que nunca, do modelo de pacto social que tem o Liceu de Artes e Ofícios como modelo.

CONCLUSÃO

Procurou-se mostrar neste trabalho a diferença entre os papéis na vida pública de dois intelectuais como Mário de Andrade e Monteiro Lobato. A partir do que foi analisado nos capítulos, conclui-se que os dois divergem em sua ação como “homens públicos” na medida em que atuam como tais em instâncias diversas e opostas, o primeiro, num órgão da administração pública, o DC da Prefeitura do Município de São Paulo, e o outro no mercado editorial e diretamente na opinião pública. Mário de Andrade teria atuado no DC tomando parte em um projeto político de longo alcance em que variáveis sociais, culturais e político-eleitorais se confundiam, premido pelas circunstâncias e recebendo total apoio dos mais elevados escalões da administração municipal e estadual para levar adiante o projeto cultural de “abrasileiramento” da população urbana de origem imigrante, com desdobramentos no mercado de trabalho que se formava em São Paulo a partir de uma atitude defensiva diante da pressão demográfica e social causada pelos imigrantes em decorrência do avanço da própria cafeicultura. Monteiro Lobato, pelo contrário, assumiu uma postura ativa diante do processo de modernização inexorável que avançava sobre o país e propôs-se contribuir para auxiliá-lo a se equiparar ao paradigma de sociedade capitalista avançada, os Estados Unidos, procurando difundir no Brasil o “evangelho fordista” que conduziria o país milagrosamente ao paraíso social, bastando para tanto educar as crianças para agirem nesse sentido quando adultos.

Essa solução é radicalmente oposta à do DC, que em seu horizonte também contemplou uma proposta de pacto social entre empregados e empregadores. Ao invés da tensão social permanente entre trabalhadores *blue collar* e os gerentes e proprietários que os exploram com “ferocidade burguesa”, como no “fordismo” messiânico de Lobato, um acordo “aristocracia-povo” para viabilizar o preparo de uma legião de “artistas-operários” que fizessem frutificar a “vocação artística do Brasil”, tão “natural” quanto a agrária, revelada na “redescoberta” do Brasil rural e pré-capitalista por Mário de Andrade e Blaise Cendrars, que encontrou no barroco mineiro a essência da “brasilidade” e em sua expressão artística, a manifestação por excelência da nacionalidade. A fábrica produtora de bens de consumo ou o Liceu de Artes e Ofícios produzindo arte aplicada de luxo nas residências da oligarquia ou nas repartições

públicas por ela controlada? O DC teria trabalhado pelo desempate em favor da última, na medida em que se constituiu como uma prerrogativa do PD na pessoas de seus quadros mais ilustres, como Paulo Duarte, Fábio Prado e Armando de Salles Oliveira. Conclui-se pelo caráter reativo à modernização das práticas do DC em contraste com as favoráveis de Monteiro Lobato.

Por outro lado, conclui-se também que em termos materiais e culturais, a proposta de Lobato aproxima mais quem aderisse a ela da sociedade civil nos termos formulados por Gramsci, na medida em que sua proposta admite um equilíbrio maior entre o “espaço público não-estatal” em contraste com a “estatolatria” da proposta de perfil “oriental” do Departamento de Cultura. (COUTINHO:267)

BIBLIOGRAFIA

ABDANUR, Elisabeth. *Os ilustrados e a política cultural em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Emir. *Subúrbio, política cultural e identidades coletivas juvenis: mediações de Diadema*. São Paulo, s.c.p., USP/Faculdade de Educação, Dissertação de Mestrado, 1996.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ALVES, Odair Rodrigues. *Os homens que governaram São Paulo*, São Paulo: Nobel/Edusp, 1986.

ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade – Oneyda Alvarenga: cartas*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

ANDRADE, Mario de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Mário de. *Música e jornalismo: Diário de São Paulo*. (Pesquisa, estabelecimento de texto, introdução e notas por Paulo Castagna). São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993.

_____, *Entrevista e depoimentos*. (Organizado por Telê Porto Ancona Lopez). São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1983.

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX*. Araraquara: Editora da UNESP, 1994.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de, CAMARGO, Márcia, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora do SENAC, 1997.

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e Sociedade em uma Economia de Abastecimento Interno (Sorocaba, Séculos XVIII e XIX)*, Tese de Doutorado, São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 2000.
- BALIBAR, Étienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Races, nations, classes, lês identities ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. (Dois séculos de História)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BAPTISTA, Alcione Fernandes. *O povo capturado na apreensão do Brasil. (Uma releitura dos estudos brasileiros de folclore, 1945-1964)*. Rio de Janeiro, s.c.p. UFF/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Dissertação de Mestrado, 1985.
- BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BARBALHO, ALEXANDRE. *Relações entre estado e cultura no Brasil*. Unijuí, Editora UNIJUI, 1998.
- BARBATO JUNIOR, Roberto Luiz de Arruda. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais da cultura de São Paulo*. Campinas, s.c.p., Tese de Doutorado /Universidade Estadual de Campinas/IFCS, 2001.
- BARCELOS, Jalusa (org.). *CPC, uma história de paixão e de consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BAZIN, Germain. *História da história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BEHAR, Regina Maria Rodrigues. *PCB; duas políticas culturais 1945-1958*. Brasília: Dissertação de Mestrado, s.c.p., 1992. UNB/Instituto de Ciências Humanas.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial*. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *Artesanato, arte e indústria*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada na FAU\USP, s.c.p., 1988.

BENDÁ, Julien. *La trhison dês clers*. Paris: Bernard Grasser, 1927.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Cedec/Brasiliense, 1989.

BERLINCK, Manoel Tosta. *CPC da UNE*. Campinas/SP: Papirus, 1984.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____, *Dicionário de política*. Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasqueno. [Tradução: Carmen C. Varnale], 8ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. (2 volumes).

BOMENY, Helena. (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *Vargas e a oligarquia paulista: História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932)*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BORON, A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____, (org.) *Cultura Brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1992.

_____, “Lobato e a criação literária”. In: *Boletim Bibliográfico*, São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, 1-2:19, jan.– jun, 1982.

BOTELHO, Isaura. *As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas*. São Paulo: mimeografado, s. d. , s.c.p.

BOURDIEU, Pierre, “Campo intelectual e projeto criador”. *In: POUILLION, J. et al, Problemas do Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____, *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Papirus, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. “Teoria política e institucionalização acadêmica”. *In: Clássicos do Pensamento Político*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998, pp.271-277.

_____, *Partido Comunista, capitalismo e democracia.(um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964*. São Paulo: USP/FFCHL/DCP, 1987.

_____, “A Ilegalidade Mata.O Partido Comunista e o sistema partidário (1945/1964).” *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997, pp. 24-35.

BRUNO, Ernani da Silva. *São Paulo. Terra e Povo*. Porto Alegre: Globo, 1966.

_____, *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo*. (3 volumes), São Paulo: HUCITEC/PMSP,1984.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPELLO de SOUZA, M. C. *Estado e partidos políticos no Brasil. (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CANABRAVA, Alice Pifer. *A Grande Lavoura*. *In: HOLANDA, Sérgio Buarque de & CAMPOS, Pedro Moacyr. História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Volume IV, São Paulo: Difel, 1971.

CANDIDO, António. Prefácio. In: MICELI, Sérgio . *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel,1979. p. ix-xii.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CAVACANTI, L. (org.) *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: UFRJ,1993.

CERTEAU, Michael de. *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

CHAIA, Vera L. M. , “Reformas do sistema partidário e o poder central no Brasil”. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, nº 03, 1989, pp. 76-81.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso e outras falas*. 3ª edição. São Paulo: Moderna,1982.

_____, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____, “Uma opção radical e moderna: democracia cultural”. In: *Polis*. São Paulo: nº 12, 1992, p.10-38. (Cadernos Pólis).

CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nas vernissagens: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional o Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

CORBUSIER, Roland. *Formação da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

- _____, *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: Gramsci e América Latina*, Nicola Badaloni (et. alli). [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- D'ARAÚJO, M. C. S. *O segundo governo Vargas, 1951-1954: Democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DAMATTA, Roberto. “As festas da ordem”. *In: O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____, “Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações”. *In: Conta de mentiroso*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DEMO, Pedro e OLIVEIRA, Liliane L. N. de Aranha. *Cidadania e direitos Humanos – sob o olhar das políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, número 391, nov. 1995, pp. 5-36.
- DUARTE, Paulo. *Contra o vandalismo e o extermínio*. São Paulo: Depto. Municipal de Cultura, 1938.
- DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2ª edição. [Prefácio de Antonio Candido]. São Paulo: Editora HUCITEC/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- DURAND, José Carlos Garcia. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil (1855-1985)*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 12ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FALCÃO, Joaquim Arruda. “Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional”. *In: MICELI, Sérgio. Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 21-40.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1982.

- FARIA, Ana Lúcia G. *Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação/USP, 1993.
- FARIA, Luis de Castro. *Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polifonia: a guisa de depoimento e reflexão*. In: CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 27-40.
- FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. III, São Paulo: Difel, 1983.
- _____, (org.) “Expansão do café e política cafeeira”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, vol. I, São Paulo: Difel, 1983.
- _____, *História Geral da Civilização Brasileira*. 5ª edição. Tomo III, Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975.
- FEIJÓ, Martin César. *O que é política cultural*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. “Políticas culturais e patrimônio histórico”. In: *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 29-33.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 3, nº 6, 1990, p. 180-195.
- FERREIRA, Oliveros da Silva. “Política e governo no estado de São Paulo”. In: MARCONDES, J. V. Freitas & PIMENTEL, Osmar (orgs.). *São Paulo, Espírito Povo, Instituições*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.
- FLEISCHER, D.V , “Brazilian political Parties and Party System, 1945-1997”, *Revista Brasiliense de Políticas Comparadas*. Brasília, 1 (2): 227-257, 1979.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de patrimônio*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na ordem Escravocrata*. 3ª edição. São Paulo: Kairós Livraria, 1985.

FREYRE, Gilberto (1900-1987). “Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje”. (Conferência realizada na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte). *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1960.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GARNIER, Jean Pierre. “Da cultura ao ‘cultural’: a caminho de uma estetização do político”. Nonoclutura e Recreação. *Revista Crítica de Opinião, Artes e Idéias*. 24.out. 2000. disponível em: <http://www.zonanon.com/plural/doc39.html>.

GEDDES, B. e ZALLER, J., “Sources of popular support for authoritarian regimes”. In: *American Journal of Political Science*, 33, 2, pp. 319-47.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____, *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil: Moeda e Vida Urbana na Economia brasileira*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Unicamp, 1979.
- HABERMANS, Jurgén. “Conscience historique et identité post-traditionnelle”. In: *Écrits politiques*. Paris: Cerf, 1990.
- HABERMANS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora dos Tribunais, 1984.
- HADDAD, Zuleika. *Exposição mostra como estudantes vêem seus direitos*. São Paulo, Jornal OESP, Caderno C, p. 6, 5.out. 2001.
- HAYASHI, Marli. *A Gênese do Adhemarismo (1938-1941)*. Dissertação de mestrado ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1996.
- HILL, Christopher. *A Revolução inglesa de 1640*. 3ª edição. [tradução: Wanda Ramos], Lisboa: Presença, 1985.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos. O Breve Século XX, 1914 – 1991*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque e FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, Tomo III, 1977.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: cpc, vanguarda e desbunde: 1960-70*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.
- IANNI, Octavio. “O Estado e a Organização da Cultura”. In: *Revista Civilização Brasileira*, nº 01, julho de 1978.
- _____, *Ensaio de Sociologia da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981, p. 161-189.

JAGUARIBE, Hélio. “Etapas do comunismo brasileiro e outros estudos constantes. In: SCHARTZMAN, S. *O pensamento nacionalista e os Cadernos do Nosso Tempo*. Brasília: Câmara dos Deputados/UnB, 1989.

_____, *Para uma política nacional do desenvolvimento*. [s. ref.], 1956.

_____, *O nacionalismo na atualidade brasileira*. [s. ref.], 1958.

KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: Empresário, Trabalhador, Intelectual e Ideólogo da Indústria do Livro no Brasil*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP, 1978.

LACERDA, Aline Lopes de. “A obra getuliana ou como as imagens comemoram o regime”. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.7, nº 14, 1994, p.241-264.

LANDERS, Vasda B. *De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LAVAREDA, J. A. Governos. “Partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1945”. In: *Revista DADOS*, 32 (3): p. 341-362, 1989.

LEVI, Darrel E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LIBÂNEO, Maria Lúcia Leonardi. *A invenção da cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1989.

LIMA Junior, Olavo Brasil e SANTOS, Wanderley Guilherme. “Esquema geral para análise de políticas públicas”. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 10(2), 241-256.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros durante o período de 1945 a 1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 37-60.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra , 1982.

LOBATO, Monteiro. *Cartas Escolhidas*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1972.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difel, 1961.

MACHADO A L. *Estrutura social da república das letras; sociologia da vida intelectual brasileira 1870-1930*. São Paulo: Grijalbo, 1973.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANCHESTER, Alan Krebs. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia, os intelectuais e a política no Brasil. 1920-1940”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 4 , Vol. 2, junho de 1987.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977-78. (Volume V)

MELLO, Marcus André. “Estado, Governo e políticas Públicas”. In: MICELLI, Sergio. *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: ANPOCS/Editora Sumaré, 1999.

MICELI, Sérgio. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

_____, *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Pólis, 1984.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, Tomo I e II, 1959.

MORAES, R. (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MOREIRA, Regina Luz (org.). *Arquivo Gustavo Capanema. Inventário analítico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 3ª edição. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2001. (volumes I e II).

MOTA, Carlos Guilherme. “Cultura e política no Estado Novo (1937-1945)”. In: *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v.7, 1979, p. 87-94.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1985.

_____, *Viagens Incompletas*. São Paulo: Editora SENAC, 2003. (Vols. I e 2).

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado”. In: *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília: UnB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, Vol. 54).

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “As festas que a república manda guardar”. In: *Estudos Históricos*. Nº 04, p. 172-189.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____, *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____, *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO, Antonio Arnoni. *1922: Itinerários de uma falsa vanguarda. Os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO, Fábio. *A Administração Fábio Prado na Prefeitura de São Paulo*. (Entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*). São Paulo: Seção Gráfica da Prefeitura, 1936. (Coleção Departamento de Cultura).

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.

_____, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____, *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: São Paulo 1926-1934*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, 1982.

RAFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na forma Brasil: O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo, Humanitas/FFLCH, 2001.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIBEIRO, José A P. *As diversas facetas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Rosswitha K. Editores/Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, [s. d.].

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A Queiroz Editores, 1985.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Glogal Editores, 1982.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica (1894-1994)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP/FDTE, 1985.

SCHWRCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1922.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 5ª edição, São Paulo, Cortez Editora e Autores Associados, 1980.

- SILVA, Fernando Fernandes da. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da Humanidade*. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Editora Petrópolis, 2003.
- SILVA, Regina Helena A *São Paulo, a invenção da metrópole*. Tese de Doutorado da FFLCH-USP, São Paulo, 1997.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981.
- SÍTIO. (17 Vols). São Paulo: Brasiliense, 1952.
- SKIDIMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.
- STAROBINAS, Lilian. *O Caleidoscópio da modernização. Discutindo a atuação de Monteiro Lobato*. São Paulo (s.c.p.), Dissertação de Mestrado, FFLCH /USP, 1992.
- SZMRECSÁNYI, Maria Irene. “Produção, Apropriação do Espaço na Economia Cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930)”. In: *Revista Sinopses*, nº 05, São Paulo: FAU-USP, 1984.
- _____, “Rio e São Paulo: Raízes da Substituição da Metrópole Nacional”. In: *Revista USP*, nº 17, São Paulo: USP, 1993.
- SZMRECSANYI, Tamás. “Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899\1939”. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 6, n.1, janeiro/abril, 1986.
- TEIXEIRA, Anísio. *O problema brasileiro da educação e cultura*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica e Departamento de Educação, 1934.

TEIXEIRA COELHO. *Dicionário crítico de política cultural. Cultura e imaginário*. São Paulo: Editora Iluminuras/FAPESP, 1997.

TONI, Flávia. *A missão de pesquisas folclóricas do Departamento de Cultura*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, [s.d.]

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ e VIVEIROS, E. B. “O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica”. In: *Artefato – Jornal de Cultura I*, 1, janeiro de 1985.

VELHO, Gilberto. *Mudança, Crise e Violência. (Política e cultura no Brasil contemporâneo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELLOSO, Mônica. *Os intelectuais e a política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

VIANA, Hermano. *A descoberta do samba*. Tese Doutorado, UFRJ./Museu Nacional, 1994.

VILAÇA, Marcos Vinícius. *Cultura e Estado*. Brasília: Secretaria da Cultura, 1985.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, [s. d.].

WEFFORT, Francisco C. *A cultura e as revoluções da modernização*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

_____, *O populismo na política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.